



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 184, SÁBADO, 21 DE OUTUBRO DE 2023



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos
de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 156^a SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS SEMIPRESENCIAL, EM 20 DE OUTUBRO DE 2023

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a debater políticas de combate à fome, de garantia da segurança alimentar e de redução do desperdício de alimentos, nos termos do Requerimento nº 872/2023, do Presidente Senador Rodrigo Pacheco.	7
1.2.1 – Discurso do Presidente (Senador Rodrigo Pacheco)	8
1.2.2 – Oradores	
Sr. Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	9
Sra. Renata Miranda, Secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária	12
Sr. Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	15
Sra. Natália Tavares de Azevedo, Diretora do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura	19
Sr. João Marcelo Dieguez Pereira, Prefeito da Cidade de Nova Lima-MG	22
Senadora Jussara Lima	24
Sr. Eder Eduardo Bublitz, Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimentos (Abracen)	25
Sr. Rodrigo Segurado, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras)	27
Sr. Clenio Nailto Pillon, Presidente em exercício da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	30
Sr. João Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia)	34



Sr. Rodrigo Fernandes Afonso, Diretor-Executivo da organização não governamental Ação da Cidadania	37
Sra. Geyze Diniz, Fundadora e Presidente do Movimento Pacto Contra a Fome	41
1.3 – ENCERRAMENTO	45

PARTE II

2 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicação

Do Senador Esperidião Amin, que justifica a não participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 552/2023-CDIR (Ofício nº 80/2023)	47
---	----

2.1.2 – Deferimento

Deferimento do Requerimento nº 934/2023.	50
---	----

2.1.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 525/2023, na origem , que <i>restitui o autógrafo sancionado que se converteu na Lei nº 14.697 de 11 de outubro de 2023.</i>	52
---	----

2.1.4 – Projetos de Lei

Nº 5087/2023, do Senador Flávio Arns, que <i>concede ao município de Morretes, no estado do Paraná, o título de Berço Nacional do Montanhismo.</i>	55
--	----

Nº 5089/2023, do Senador Jorge Seif, que <i>revogam-se o Capítulo II (Dos Crimes contra as Instituições Democráticas), o Capítulo III (Dos Crimes contra o Funcionamento das Instituições Democráticas no Processo Eleitoral) e Capítulo IV (Dos crimes contra o Funcionamento dos Serviços Essenciais) do Título XII (Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito) da Parte Especial do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	58
---	----

Nº 5090/2023, do Senador Ciro Nogueira, que <i>dispõe acerca do regime de teletrabalho e do regime híbrido de jornada de trabalho e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	73
--	----

2.1.5 – Projeto de Resolução

Nº 99/2023, do Senador Jorge Seif e outros Senadores, que <i>acrescenta § 3º e 4º ao art. 150 do Regimento Interno do Senado Federal, para garantir, em comissão parlamentar de inquérito, o mesmo tempo de leitura do relatório do relator para a leitura de cada um dos relatórios de eventuais votos em separado e para estipular prazo mínimo entre a apresentação de relatório, ainda que parcial, e sua votação pelo colegiado.</i>	86
---	----

2.1.6 – Requerimentos



Nº 935/2023, do Senador Luis Carlos Heinze, requer a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 4605/2023.	91
Nº 936/2023, do Senador Zequinha Marinho e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o dia da Bíblia.	94
Nº 937/2023, do Senador Alan Rick e outros Senadores, requer voto de solidariedade ao Programa Mais Médicos e aos Médicos Brasileiros Formados no Exterior em razão de campanha difamatória veiculada na mídia.	96

PARTE III

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	101
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	155
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	158
6 – LIDERANÇAS	159
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	161
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	169
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	171
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	208



Ata da 156^a Sessão, de Debates Temáticos Semipresencial,
em 20 de outubro de 2023

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 38 minutos e encerra-se às 13 horas e 32 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão de debates temáticos, destinada a debater o tema “políticas de combate à fome, de garantia da segurança alimentar e de redução do desperdício de alimentos” foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 872, de 2023, de autoria desta Presidência, e aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos para o andamento da sessão:

- Será, inicialmente, dado o uso da palavra pelos convidados, divididos em blocos de cinco, tendo cada um o prazo de até dez minutos para a sua exposição.

- Após o encerramento de cada bloco, será aberta a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, organizados em blocos de cinco, dispondo cada Senador de até cinco minutos para as suas considerações.

A presente sessão terá a participação dos seguintes convidados:

- Exmo. Sr. Ministro Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;

- Exmo. Sr. Ministro Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;

- Sra. Renata Miranda, Secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária, representando o Exmo. Sr. Ministro Carlos Fávaro;

- Sra. Natália Tavares de Azevedo, Diretora do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura, representando o Exmo. Sr. Ministro André de Paula;

- Sr. Prefeito João Marcelo Dieguez Pereira, Prefeito da Cidade de Nova Lima, MG;

- Sr. Eder Eduardo Bublitz, Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen);

- Sr. Clenio Nailto Pillon, Presidente em Exercício da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);

- Sr. João Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia);

- Sr. Rodrigo Fernandes Afonso, Diretor-Executivo da organização não governamental Ação da Cidadania;

- Sra. Geyze Diniz, Fundadora e Presidente do Movimento Pacto Contra a Fome.

Convido para compor a mesa os seguintes convidados:

- Exmo. Sr. Ministro Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; (*Palmas.*)

Senador da República licenciado emprestado ao Executivo.

- Exmo. Sr. Ministro Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; (*Palmas.*)

- Sra. Renata Miranda, Secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária, representando o Exmo. Sr. Ministro Carlos Fávaro; (*Palmas.*)

- Sra. Natália Tavares de Azevedo, Diretora do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura, representando o Exmo. Sr.



Ministro André de Paula.

Sejam muito bem-vindas! Muito obrigado. Podem se sentar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Para discursar - Presidente.) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, Nelson Mandela, símbolo da luta pela igualdade racial e defesa dos direitos humanos, ex-Presidente da África do Sul e vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1993, dizia: “Superar a pobreza não é um gesto de caridade. É um ato de justiça”.

O acesso à alimentação digna, nutritiva e suficiente deveria ser um direito assegurado a todos e a todas. Infelizmente, mesmo hoje, ainda não o é.

Desde a década de 1990, temos implementado estratégias de segurança alimentar, que nos levaram, em 2014, a sair do Mapa da Fome, organizado pelas Nações Unidas. No ano seguinte, contudo, voltamos a figurar na triste listagem. Em 2020, primeiro ano da pandemia de covid-19, já havíamos retrocedido 16 anos na luta contra a fome no Brasil. A fome tem rosto e tem nome. Em 2022, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que mais de 33 milhões de pessoas não tinham assegurado o que comer. Quase 60%, ou seja, a maioria da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau, de leve a grave. Isso é absolutamente inaceitável.

A sessão de debates de hoje – e agradeço à Geyze Diniz por ter instado e provocado essa reflexão para que fizéssemos este grande debate na manhã de hoje do Senado Federal –, esta sessão, Geyze, pretende dar um passo importante em direção à solução desse gravíssimo problema humanitário. Ministros de todas as pastas associadas ao tema estão aqui presentes, assim como representantes de setores estratégicos da sociedade civil – ou os ministros de Estado ou suas representantes – aqui debaterão. Também participam Senadoras e Senadores que se dedicam a encontrar uma resolução definitiva para esse problema. Eu elaborei o requerimento de realização desta sessão de debates ciente de que o Poder Legislativo tem muito a contribuir para a luta contra a fome no país.

Existem diversos fatores que convergem para a escalada do problema. Entre eles, com destaque, está a pandemia, que lançou o Brasil, assim como diversos países do mundo, em um ambiente de grave crise sanitária e recessão econômica. O que estava ruim ficou ainda pior. Podemos citar, ainda, vários outros fatores, como as mudanças climáticas, a escalada do preço dos alimentos e o descaso com as políticas de segurança alimentar. As desigualdades regionais e de renda, de raça e de gênero também são fatores decisivos neste cenário. A fome, dessa maneira, é uma questão de origem multifatorial, com graves repercussões na vida das famílias brasileiras. A sobrevivência da nossa população está em jogo. Mesmo em níveis mais leves de insegurança alimentar, podemos testemunhar seu triste impacto na educação, na saúde e até na empregabilidade dos afetados.

Caetano Veloso, em sua música Gente, cantou: “Gente é para brilhar, não para morrer de fome”. A fome não poderia jamais ser um fator limitador das potencialidades do ser humano. Precisamos agir com rapidez e corrigir essa injustiça, para que a nossa gente possa, finalmente, brilhar.

Eu agradeço, portanto, a todas as pessoas presentes aqui hoje, desejo a nós um excelente debate a respeito desse tema; que as ideias ventiladas neste encontro tenham reflexos na melhoria da vida das brasileiras e dos brasileiros.

E se há um tema que deve unir todos os brasileiros, nas suas mais diferentes ideologias, vertentes, pensamentos, é o combate à fome e a melhora da dignidade das pessoas. Essa é a missão número um da política e nós devemos debater e encontrar a solução, sob pena de reconhecermos a incompetência da política brasileira em não resolver esse problema. Por isso nós estamos aqui debatendo hoje, para que, ao contrário, possamos mostrar a competência da política brasileira e resolver um problema crônico e grave



do Brasil.

Eu quero agradecer a todos e convidar para sua exposição... (*Palmas.*)

Neste momento, a palavra aos convidados, no primeiro bloco, que terão o prazo de até dez minutos, vou conceder a palavra ao Exmo. Sr. Ministro de Estado Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que pode ocupar a tribuna para o seu pronunciamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, a quem eu quero saudar, na sua pessoa e na pessoa da Senadora Jussara, como parte também integrante desta Casa, dizer que é uma honra muito grande aqui representar o Governo do Presidente Lula numa área que tem uma responsabilidade, vocês não imaginam o quanto me dá um frio na barriga representar o povo brasileiro nesse desafio, que certamente, com milhares de pessoas, vamos vencer.

Assim eu quero saudar também o meu querido ex-Senador Suplicy, também conhecido no Brasil e no mundo por sua luta em relação à causa do combate à fome e à pobreza. (*Palmas.*)

Saudar a minha querida Renata Miranda, aqui pelo Ministério da Agricultura e Pecuária; minha querida Natália Tavares, representando o Ministro André, da Pesca; saudar nas pessoas da Geyze e do Kiko o setor empresarial, as entidades. Eu sei a importância que tem essa união, como disse aqui o Presidente Rodrigo Pacheco.

Ele citou aqui o nosso querido Mandela. Eu quero citar o nosso querido Herbert de Sousa, o Betinho, que, num dado momento, nos lembra que (*Palmas.*) erradicar a fome é mesmo uma responsabilidade ética, trata-se de ética. Não é ético a gente viver num país, uma das dez maiores economias do mundo, um país que está entre o terceiro e quarto maior produtor de alimento do mundo, e a gente, seja na rua, seja em casa, seja ao lado da escola, da empresa, do local onde cada um exerce suas atividades, às vezes, na porta da igreja, às vezes, na hora do almoço, e a gente ver alguém com a mão estendida pedindo um prato de comida.

É uma realidade e eu começo fazendo a pergunta: é possível tirar o Brasil do mapa da fome? E eu respondo pela história do próprio Brasil.

Lá atrás foi lançado o Fome Zero, e hoje é uma data importante porque foi exatamente em 20 de outubro de 2003 que o Presidente Lula apresentou ao Brasil essa organização que temos hoje, lançando o Bolsa Família, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e um conjunto de programas como o PA. Ali a participação da sociedade através de conferências estaduais, municipais, federais... Por isso, o nosso Prefeito aqui de Nova Olinda, de Minas Gerais, cidade bela onde estive em um dado momento lá das Minas Gerais.... Então, houve esta integração: municípios, estados, Governo nacional, setor público, setor privado, toda a sociedade.

E, vejam, a partir de um plano bem concebido, pensando em produção, pensando em produção para exportação, produção para a mesa do povo brasileiro, pensando em um modelo de que saía – eu sou da geração das frentes de emergência, ainda daquela caixa de leite, a Aliança para o Progresso, para combater a fome, ou das cestas de alimento – uma aposta nessa linha da transferência de renda, a partir de um cadastro, não de uma pesquisa, a partir de um cadastro, um cadastro único, que fazia chegar recursos a quem mais precisa.

A resposta é sim. A resposta é sim, porque o Brasil fez essa opção e ali, nos anos de 2011, 2012, 2013 e seguiu para frente 2014, 2015, 2016, 2017, até por volta de 2018, o Brasil alcançou um patamar muito próximo da erradicação da fome.

Lembro-me, Senador, desta Casa, ali, em 2013, 2014, numa agenda, na época, comandada pela Presidenta Dilma, também mineira, e ela ali lançava o Busca Ativa, porque o IBGE, o Ipea e todos os estudos apontavam que nós tínhamos, naquele instante, algo em torno de 700 mil famílias para que



pudéssemos erradicar a fome. Então, o Busca Ativa... Onde estão essas famílias? O Brasil, por permanecer, por um período superior a três anos, abaixo de 2,5% da população em situação de fome, a FAO, lá em Washington, na ONU, em 2014, anunciou o Brasil fora do mapa da fome. Ao mesmo tempo, vejam só, como um programa como esse é importante para a redução da pobreza – a redução da pobreza –, o Brasil, que entrou no século XXI com uma pobreza na casa de 47%, chegou, em 2018, a 22% – a 22%! O Brasil ali reduziu, em um patamar muito elevado, a fome; o Brasil reduziu a pobreza e, vejam só, cresceu a classe média, cresceu a classe média. Em 2014, nós alcançamos o maior patamar da classe média brasileira com 54%, o que mostra que fazer uma aposta planejada, seguindo a ciência, é possível não só para atender aos mais pobres, mas também com eles elevar o patamar econômico.

Estabilidade social, estabilidade econômica. Lembro aqui uma passagem que ficou muito conhecida, uma crise mundial e o Presidente da República do Brasil – o Presidente, hoje também, Lula – dizia: “no Brasil vai ser uma ‘marolinha’”, numa aposta de que o caminho traçado pelo Brasil também era uma vacina, para que o Brasil pudesse superar crises como essas, que eram externas e que, portanto, tiveram mesmo um efeito menor no Brasil.

Porém, eu imagino o que seria do Brasil se tivéssemos seguido naquele patamar, mas teve um desmantelamento. Ali, quando se jogou na lata do lixo toda essa organização, todo esse sistema: não tem mais conferências, não tem mais essa participação integrada com municípios, estados... Quem é Prefeito ou Prefeita, independentemente de disputa política, sabe aqui que não se tinha mais a segurança do cofinanciamento do repasse para sustentar cada Cras, cada Creas, cada Centro POP, esse sistema com 12 mil unidades no Brasil, com profissionais de alta qualidade. E, aqui, eu faço um agradecimento, nesses 20 anos do Bolsa Família, a esse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras integrado com várias entidades do setor empresarial, dos trabalhadores, das entidades religiosas, várias entidades.

Então, quando se desmantela, quando se troca o cadastro único, quando se troca a área do respeito à lei, à técnica, por um aplicativo, o que acontece? Desmantela.

Sr. Presidente, eu estive na Bahia essa semana...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS – ... e lá visitei uma família, a família da D. Luana. E aquela família, marido e mulher, com 12 filhos, não conseguiam entrar no Auxílio Brasil, mas se ela tivesse entrado no modelo anterior – agora ela foi alcançada no Busca Ativa pelo Bolsa Família –, ela receberia R\$600. Divididos esses R\$600 por 14 pessoas, seria um *per capita* de R\$42.

Então, Sr. Presidente, eu vim aqui hoje para agradecer, agradecer ao Senado Federal, agradecer ao Congresso Nacional, porque esta Casa nunca faltou com o Brasil nas causas dos mais pobres.

Aqui, aprovou-se desde o primeiro arcabouço, que nos trouxe até aqui, como agora, novamente, já na transição – eu estava aqui acompanhando –, colocou as condições para a gente, em 2023, ter uma retomada. E aqui, Sr. Presidente, aprovou-se o novo Bolsa Família, o PAA, um conjunto de estratégias que são importantes.

Então, quero aqui, nessa oportunidade, agradecer. Agradecer e dizer que estou animado. Animado porque, ao mesmo tempo, acabamos de lançar aqui, com o Ministro Fávaro, o Ministro Paulo Teixeira, o Ministro André, o Presidente Lula, o Brasil, o novo Plano Safra, que não é só um plano de crédito, é um plano que quer, como quer o Congresso: cestas básicas mais baixas – e aqui faço um apelo para a isenção de tributos, para que a gente possa ter um preço adequado à alimentação.

Aqui, a gente tem a condição de garantir o combate às perdas que, lá da produção, do transporte, até a armazenagem, chegam a 56%.

(Soa a campainha.)



O SR. WELLINGTON DIAS – Aqui a gente combateu o desperdício, que, na industrialização, na comercialização, até o consumo, chega a mais 44%, ou seja, Presidente, aqui nós estamos falando de 8 vezes os 33 milhões que encontramos em 23 passando fome. Então é um ponto importante que temos que juntos trabalhar, setor público e setor privado.

E eu encerro citando aqui, Sr. Presidente, a história de um jovem. Um jovem que é do mundo real. O nome dele é Kelson Rocha. Ele tem 29 anos. Ele é lá do Município de Paraná, no Rio Grande do Norte. O Município é Paraná, mas é no Rio Grande do Norte. Esse jovem, filho de agricultor, esse jovem tinha que ajudar os pais na roça, ele conta. E ali chegou para ele, em 2003, o Bolsa Família. E a mãe, com esse dinheirinho, já não precisou do trabalho dele, e ele pôde estudar.

Esse jovem veio a se formar em administração. Depois ele passou a fazer uma formação de pós-graduação, já num programa em que ele estudou educação, pobreza e desigualdade social. E esse jovem hoje trabalha ajudando outras pessoas a saírem da fome.

Euuento a história desse jovem porque o Banco Mundial acaba de divulgar uma pesquisa importante. A pesquisa é sobre esses 20 anos do Bolsa Família. E ela mostra que essa primeira geração, do Kelson, os filhos das famílias do Bolsa Família, 64% saíram da pobreza. Sessenta e quatro por cento saíram da pobreza.

É esse caminho que voltamos a trilhar, Sr. Presidente, agora, quando lançamos o Bolsa Família.

E eu encerro também com uma boa notícia. O modelo que implantamos, com um valor *per capita* com 150 a mais para famílias que têm crianças até seis anos, ali com mais 50 para a gestante, e quis o Congresso incluir as nutrizes, a fase da amamentação, aqui também, as com mais de sete anos e adolescentes recebendo um valor a mais, vejam só, de 21,3 milhões de famílias atendidas no Bolsa Família, 19,7 milhões, protegidas da pobreza desde junho, passam a ter uma renda *per capita* superior a R\$218. Passam a ter o que diz o Presidente Lula, o direito de tomar café, almoçar e jantar todo dia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON DIAS – Mas, Sr. Presidente, eu encerro dizendo que temos um desafio. Por isso que tenho chamado a atenção de cada um dos setores da nossa economia, porque o caminho seguro aqui, todo esse trabalho de transferência de renda, de complementação alimentar, isso aqui é uma proteção social.

O que o Brasil quer é emprego, é empreendedorismo. Comandado pelo Ministro Haddad, ali liderado pelo Presidente Lula, fazer a economia crescer, ali abrir oportunidades de emprego. E se a gente olhar para o Cadastro Único, para esse público do Bolsa Família, que hoje tem melhor qualidade, melhor preparo, muitos com vocação empreendedora; e se a gente der as mãos a essas pessoas que nem o Kelson teve, certamente a gente vai ter um Brasil melhor!

Por isso, Sr. Presidente, a fome é mesmo um problema de ética e eu acho que o Brasil é um país solidário. Juntos, novamente, vamos tirar o Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON DIAS – ... do mapa da fome e fazer um país ainda mais igual.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu agradeço a S. Exa. o Ministro do Desenvolvimento Social, nosso colega Senador Wellington Dias. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Quero dizer que é um colega Senador da República que, gentilmente, hoje, como Ministro, vem até nós, nesta sessão do Senado, para poder discutir o tema que é hoje tratado: a fome e o combate ao



desperdício de alimentos. Vai precisar se ausentar agora em razão de um compromisso no Palácio do Planalto com o Presidente Lula.

Quero dizer que o Parlamento brasileiro, Ministro Wellington Dias, deposita confiança em V. Exa. para liderar o desenvolvimento social no nosso país e permitir que haja a erradicação da fome. Muito obrigado por sua presença. É uma alegria tê-lo recebido. Muito obrigado. (*Palmas.*)

Eu gostaria de registrar a presença entre nós, nas galerias do Senado, dos alunos do ensino médio do Centro de Ensino Médio 804, do Recanto das Emas, em Brasília, Distrito Federal. (*Palmas.*)

Muito obrigado. Sejam muito bem-vindos e muito bem-vindas ao Senado Federal!

Faço também um registro, com alegria, da presença do ex-Senador, Deputado Estadual Eduardo Suplicy, um grande defensor da renda mínima em nosso país, que entrega a esta Presidência o encaminhando de um estudo feito por S. Exa. acerca, justamente, do tema de que estamos a tratar hoje. Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Registro também a presença do ex-Vice-Governador de Minas Gerais Paulo Brant no Plenário do Senado Federal – seja muito bem-vindo, Paulo Brant! – e do ex-Presidente da Assembleia Legislativa, ex-Deputado Federal Romeu Queiroz – muito obrigado pela presença! –, dois políticos importantes do Estado de Minas Gerais.

Passo a palavra, neste instante, à Sra. Renata Miranda, Secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária, que representa, neste ato, o Ministro Carlos Fávaro.

Pode ocupar a tribunal. Tem dez minutos, Secretária.

A SRA. RENATA MIRANDA (Para discursar.) – Obrigada, Presidente.

Aproveito para quebrar o protocolo e cumprimentar, primeiro, a sociedade brasileira aqui presente com esses jovens. Parabéns pela iniciativa de trazê-los aqui. É importante que eles acompanhem como funciona a tomada de decisões neste país, que participem, porque, afinal de contas, nós estamos aqui decidindo, em grande parte, como há de ser o futuro deles. Então, parabéns pela iniciativa de trazê-los aqui.

Quero cumprimentar, então, o Presidente do Congresso Nacional, o Senador Rodrigo Pacheco, parabenizá-lo pela iniciativa, em nome do Ministro Carlos Fávaro. É uma honra representar o Ministro aqui. Quero colocar aqui a minha tietagem mineira: é uma honra, um orgulho para nós tê-lo na Presidência da Casa. Quero cumprimentar toda a Casa, todos os Parlamentares, todos os colegas do Executivo que estão aqui. Faço questão também de cumprimentar a Sra. Natália Tavares de Azevedo, mais uma mulher à mesa. Na pessoa dela cumprimento todas as outras mulheres aqui presentes. Que bom que somos tantas aqui, juntas! Muito bom tê-las aqui. (*Palmas.*)

Bom, falar de segurança alimentar no Ministério da Agricultura, além de ser uma bandeira fundamental para este Governo, Presidente, e uma bandeira fundamental no Ministério da Agricultura, entendemos que falar de segurança alimentar é falar de paz, e precisamos falar de paz. E a gente, quando fala de paz, não está falando de guerras de outras nações, de outros povos, mas a gente está falando de uma guerra contra a violência que está instalada. Em todas as ruas, eu acho que a gente vê isso, todos os dias, em todos os semáforos. É uma guerra contra a escassez, uma guerra contra a desigualdade. Enquanto estivermos, ainda, tratando desses abismos que separam a sociedade: o acesso à distribuição de renda e à prosperidade em um país tão rico, ainda mais quando se fala de produção de alimentos, a gente estará falando de uma guerra interna, de uma violência latente e que explode a qualquer momento, em todo o tempo que a gente está vivenciando no nosso dia a dia.

Então, falar de segurança alimentar é um pilar essencial para a dignidade da sociedade. No momento em que a gente fala de segurança alimentar, a gente está falando de saúde, a gente está falando de educação,



de manter os alunos na escola, a gente está falando de segurança pública. Então, não deveria ser uma das prioridades, deveria ser a prioridade de Governo, entendendo a estabilidade que ela causa em todos os elementos de Estado.

A gente sabe que, para uma questão tão complexa e histórica, não existe uma solução simplista. Isso é extremamente importante que a gente entenda num ambiente democrático como o que esta Casa aqui representa, porque não há uma bala de prata. Nós temos que entender que é a convergência de ações públicas, do setor público, mas também do setor privado, é a convergência de todas as Casas que vai fazer com que a gente encontre uma resultante que nos leve a sanar esse problema que envergonha a todos.

E é nesse sentido que a gente trabalha no Ministério da Agricultura, focando em ações que não sejam pontuais, mas olhando a complexidade das ações estruturantes regulatórias e indutoras que nós temos que promover. Dentro do Ministério da Agricultura, nós temos o compromisso, Presidente – e aqui eu quero tomar as palavras do Ministro Wellington Dias, que colocou, que precisamos gerar emprego, precisamos dar dignidade à população, então, precisamos aumentar o empreendedorismo, gerar emprego e renda –, nesse sentido, o Ministério da Agricultura tem o compromisso da transformação tecnológica. Nós entendemos que a transformação tecnológica da agropecuária brasileira nos levará a uma transformação social e a uma transformação econômica.

Aproveito para ressaltar aqui o meu Presidente, Clenio Pillon, na representação da Presidente Silvia, da Embrapa, que também representa esse compromisso histórico do Brasil na produção de alimentos, porque é disso que a gente está falando e é com isso que a gente tem que olhar para o futuro. Esta Casa precisa nos apoiar, apoiar a ciência, apoiar essa transformação tecnológica, que se dá em vários elementos, em várias dimensões.

Nós temos que trabalhar para o aumento da produtividade de alimentos. Sim, nós temos que entender que nós temos um país riquíssimo, de uma biodiversidade única no mundo, com um clima excepcional, para todos os gostos, e nós temos que produzir cada vez mais, utilizando cada vez menos, gerando menos impacto ambiental, gerando um sistema produtivo cada vez mais resiliente às mudanças do clima.

Nós temos o maior plano histórico e global, que é o Plano ABC, o plano da agricultura de baixo carbono, que é um exemplo mundial, que não somente aumenta a produtividade, mas também aumenta a resiliência dos sistemas e mitiga a emissão de gases de efeito estufa. Nós temos que, com isso, gerar maior impacto social e ambiental, para que, então, a gente trabalhe um compromisso que não pode ser esquecido nesta Casa e tão bem foi citado na iniciativa, que é a questão da distribuição e acesso a alimentos. Não basta só produzir alimentos, sermos o maior produtor de alimentos, e não garantirmos a distribuição e o acesso. Então, dentro do Ministério da Agricultura, somente para ilustrar a todos, é importante que entendamos que a produção de alimentos não se dá com uma estratégia; é com um conjunto de estratégias. Dentro do Ministério da Agricultura, só como exemplo, nós temos, como eu falei, o plano de agricultura de baixo carbono, com que, além de inserir tecnologias regenerativas no sistema, a gente reduz custo de produção e aumenta a produtividade. Nós temos o Programa Nacional de Bioinsumos, Presidente, que está cada vez mais um sucesso, aumentando a disponibilidade de produtos biológicos e mudando a matriz de insumos da agropecuária brasileira. Temos o Programa Carbono + Verde, que qualifica o produto brasileiro como um produto de baixa emissão de carbono. Nós temos um grande programa de recuperação de pastagens degradadas em andamento, Programas de Desenvolvimento Territorial no Nordeste e na Amazônia.

E eu convido todos da Casa a conhecerem esses programas, que têm a participação de muitos Parlamentares, que reconhecem que o desenvolvimento territorial traz esse olhar que preserva a cultura, olha o ecossistema local, desenvolve os arranjos produtivos locais, traz os atores locais, empoderando,



gerando emprego e renda. Convido todos a conhecerem esses programas.

Também temos vários programas estruturantes que aceleram essa transição tecnológica, que a gente às vezes não associa, mas estão relacionados à produção de alimentos e à questão da luta contra a insegurança alimentar. Por exemplo, temos um grande programa – uma pena o Ministro Wellington Dias ter saído, mas a equipe dele aqui presente são grandes parceiros nossos –, que é o Rural + Conectado, um programa que busca levar conectividade ao meio rural. A primeira fase desse programa, Presidente, atendeu mais de 2,3 mil localidades no Nordeste, onde temos o menor IDH, baixíssima densidade demográfica, onde as grandes empresas não têm interesse econômico em levar as antenas. Este Governo, a partir de um arranjo com o Ministério das Comunicações e o BNDES, utilizando recurso do Fust, conseguiu este ano lançar esse programa que atende mais de 19 milhões de pessoas. E nós sabemos que a conectividade é tão básica hoje quanto é água e luz. Nós sabemos o quanto isso traz dignidade e integra as pessoas na sociedade, levando os serviços sociais, aumentando a possibilidade de emprego, retendo os jovens no campo – precisamos falar disso.

Nós temos vários trabalhos de ecossistemas de inovação, que dinamizam, trazendo a academia para trabalhar com as empresas privadas, olhando o território e aumentando as oportunidades de negócio. Temos os *hubs* digitais junto com a Embrapa, levando capacitação. Nós temos o Inmet trabalhando conosco no Ministério da Agricultura, Presidente, em que a gente trabalha com isto: redução de riscos climatológicos.

Nós temos que olhar para o Inmet, olhar a importância desses órgãos que trabalham para a Defesa Civil e ver a importância do impacto de evitarmos desastres. É muito mais barata a prevenção do que a correção desses impactos grandiosos que nos levam a uma maior gravidade na segurança alimentar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA MIRANDA – Meu Ministro, por favor, faço questão de destacar sua presença aqui.

E encerrando minha manifestação, também em relação às ações de cooperativismo, temos, cada vez mais, que induzir ao associativismo, ao cooperativismo, para fortalecermos os pequenos produtores e atividades de agregação de valor.

Com isso, Presidente – feliz aqui de ter o Ministro Paulo Teixeira neste momento da minha fala, porque eu quero contar um caso, como boa mineira que sou, não poderia também deixar de honrar... O Ministro Wellington Dias contou um caso, espero que o Ministro Paulo Teixeira tenha um caso para contar, porque senão ele vai ficar desalinhado, e eu vou contar para vocês um caso que eu vivi agora no Vale do Rio São Francisco.

Estivemos lá em comitiva e eu ouvi de um sertanejo um depoimento muito interessante, muito emocionante, Clenio, e que tem a ver com a nossa Embrapa. Ele é um sertanejo típico, com muito orgulho, num assentamento, que mostrou a produção de uva que hoje ele exporta. Ele começou o depoimento dele falando assim: “Sabe qual é a nossa maior sorte aqui? O clima, porque aqui o solo é fraco, mas a gente maneja o solo, coloca o que é necessário para a produção de uva e não chove, o que é uma grande vantagem para a produção de uva”. Ele foi falando tudo o que produzia, aí, virou e falou assim: “Eu saí daqui de perto com a minha família; vários dos meus familiares morreram de fome, nós não tínhamos o que comer, nós não tínhamos água, nada. E hoje nós estamos na prosperidade”.

Por que foi muito bonito ouvir esse depoimento dele? Ele não se deu conta, mas eu trago em público isto: ele não se deu conta de que, entre o passado e o presente dele – é o mesmo clima, é a mesma região...

(*Soa a campainha.*)



A SRA. RENATA MIRANDA – ... o mesmo município –, o que há de diferente entre o passado e o presente dele chama-se inovação tecnológica. Ele teve acesso à irrigação, ele teve acesso à estrutura, teve acesso às tecnologias resilientes, resistentes e produtivas, que transformaram a vida dele, que o tiraram da miséria e da morte e que o levam à prosperidade para ser um exportador de uva. E todo o mérito à Embrapa Semiárido, que esteve junto com ele – quero aqui também ressaltar a Abrafrutas e todas as entidades que fortalecem o agro brasileiro.

Então, nós temos que pensar nisso, Ministro; pensar nisso, Presidente. Nós temos que ter esta Casa apoiando essas estratégias, que são estruturantes, transformadoras, que geram emprego e renda e dão dignidade à população.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu agradeço à Renata Miranda, Secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária, que representa o Sr. Ministro Carlos Fávaro nesta sessão.

Concedo a palavra, com muita satisfação, neste momento, ao Exmo. Sr. Ministro Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, que pode ocupar a tribuna para o seu pronunciamento.

Seja bem-vindo, meu caro Paulo Teixeira! (*Palmas.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA (Para discursar.) – Bom dia a todas, bom dia a todos.

Cumprimento este grande Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e quero aqui sublinhar, Senador Rodrigo Pacheco, o importante papel que a V. Exa. teve nos últimos anos na Presidência desta Casa, diante dos riscos à democracia que este país passou. V. Exa. foi decisivo para que nós pudéssemos fazer essa passagem. Então, quero aqui lembrar desse fato, que vai para a história de V. Exa. e para a história deste país.

Cumprimento também o Ministro Wellington Dias, que esteve aqui; o Ministro do Desenvolvimento Social. Cumprimento a Senadora Jussara Lima, Senadora pelo Estado do Piauí. Cumprimento também o Senador Izalci, Senador aqui pelo Distrito Federal. Quero também cumprimentar, em nome do Ministério da Agricultura e Pecuária, a Renata Miranda, que acaba de fazer uso desta tribuna. Em nome do Ministério da Pesca, a Natália Tavares de Azevedo, representando aqui o Ministro André; o João Marcelo Dieguez Pereira, Prefeito da Cidade de Nova Lima, que, segundo o Senador Rodrigo Pacheco, é um dos melhores Prefeitos do Brasil. Essas são palavras do Senador Rodrigo Pacheco. (*Palmas.*)

Cumprimento também o Eder Eduardo Bublitz, que é o Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimentos (Abracen); o Rodrigo Segurado, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras); o amigo querido Clenio Nailto Pillon, Presidente em Exercício da Embrapa; o João Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia); o Rodrigo Fernandes Afonso, Diretor-Executivo da Ação da Cidadania; e a Geyze Diniz, Fundadora e Presidenta do Movimento Pacto Contra a Fome.

Senhoras e senhores, nós estamos aqui para debater as políticas de combate à fome, de garantia da segurança alimentar e de redução do desperdício de alimentos e também para comemorar os 20 anos do Bolsa Família.

O Bolsa Família é um programa muito bem-sucedido de transferência de renda, mas não só de transferência de renda, como também de articulação de políticas públicas para a superação da pobreza e da miséria. É um programa que articula a atenção à saúde.

O Presidente Lula agora também decidiu que aquelas pessoas que estejam no Programa Bolsa Família não pagarão a prestação das suas casas no Programa Minha Casa, Minha Vida. Essas pessoas têm direito



a participar dos programas de reforma agrária, a participar dos programas de formação profissional... Enfim, é um apanhado de políticas para a superação da pobreza e da miséria, e o Brasil conseguiu, a partir desse programa, em 2014, articulando com os demais programas, tirar o país do Mapa da Fome, conseguiu tirar 40 milhões de brasileiras e brasileiros da miséria e da fome.

Por isso, quando comemoramos, comemorados, de um lado, com um certo sentimento de que os últimos seis anos não foram bons, porque muitas dessas políticas foram desarticuladas, e o Brasil voltou para o Mapa da Fome novamente. E agora nós temos o desafio de esta geração e das lideranças políticas do país tirarem o país novamente do Mapa da Fome.

Eu, como Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quero aqui relatar quais são os esforços que nós temos nessa direção.

O primeiro diagnóstico que nós temos é que o Brasil vai bem na produção de grãos. Hoje mesmo, o jornal *Valor Econômico* disse que 80% a 90% da exportação do agro dizem respeito a 20 produtos. Assim, nós temos uma produção que representa um ganho econômico para o país, a melhoria da bolsa, da receita do país... Enfim, nós temos um superávit, e o agro é muito importante para esse superávit.

Essa parte do agro está vinculada também à produção de alimentos, principalmente de proteína animal.

Agora, nós, nos últimos anos, vivenciamos um problema sobre o qual nós estamos debruçados: ao mesmo tempo, diminuiu a produção de alimentos que estão na cultura alimentar do povo brasileiro. O feijão, o arroz, a mandioca, as hortaliças, as leguminosas, as frutas... Nós diminuímos essa produção para o mercado interno, e o desafio nosso passa por recuperar esta produção, recuperar a produção de alimentos que estão na cultura alimentar do povo brasileiro, porque uma parcela do povo brasileiro saiu para o Mapa da Fome, e outra parcela, em razão de aspectos econômicos e também da pandemia, migrou para ultraprocessados, embutidos, salgadinhos e açucarados.

Então, nós temos dois problemas sérios de insegurança alimentar: a insegurança alimentar grave das pessoas que não comem porque não têm nada para comer; e, de outro lado, as pessoas que comem mal e, por isso, têm uma insuficiência de calorias e, igualmente, têm doenças associadas à má alimentação.

Então, qual é o nosso desafio? O nosso desafio é aumentar a produção de alimentos para combater a inflação de alimentos; ampliar a diversidade de alimentos para dar conta da cultura alimentar do povo; e baratear essa produção de alimentos e favorecer o acesso a eles.

Por isso o Presidente Lula recriou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: para aumentar a produção de alimentos no Brasil, diversificar a produção de alimentos e, também, baratear a oferta desses alimentos.

Por isso, nós começamos este ano com três programas de compras públicas.

No primeiro, já existente, nós turbinamos R\$1,5 bilhão para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Pnae, para as crianças, melhorar a alimentação das nossas crianças, com 30% para a agricultura familiar, para que tenha comida fresca na mesa das crianças nas escolas.

Muitas crianças brasileiras se alimentam durante a semana e têm crise alimentar no final de semana em razão da situação das suas famílias. Então, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é um caso de sucesso de alimentação das crianças.

O segundo programa que o Presidente Lula lançou – esse ele recriou – é o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA.

O Programa de Aquisição de Alimentos compra alimentos dos agricultores familiares e doa esses alimentos para as entidades que trabalham com pessoas que estejam em insegurança alimentar, doa esses alimentos no Cras para aquelas famílias estejam em insegurança alimentar. Esse é um dos programas mais



bem-sucedidos deste país, é o PAA.

E, agora, a Conab, o MDA e o MDS utilizaram o Cadastro Único para quem deva vender para o PAA. E o que é que ocorreu? Qual foi o fato? Hoje a Conab compra de indígenas, de quilombolas...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO TEIXEIRA – ... de extrativistas, de agricultores pobres, de agricultores da reforma agrária.

Quando a gente olha o mapa do PAA, a gente vê que ele atingiu o Brasil. Ele foi para o Norte, ele foi para o Nordeste. Ele é um grande programa, inclusive para promover a alimentação daquelas pessoas que vivem do PAA, porque ele ajuda a organizar a renda dessas pessoas.

E o Presidente Lula resgatou um decreto da Presidenta Dilma de compras públicas: as Forças Armadas têm que comprar 30% da agricultura familiar, as universidades federais, os institutos federais e os hospitais federais. Com isso, a gente organizou um programa de compras públicas, porque as compras públicas ajudam no pagamento de curto prazo e com preço de mercado.

Tem gente aqui de supermercado. Vocês, se pudessem discutir esse tema nos supermercados brasileiros, para aquele agricultor ter uma forma de pagamento diferenciada e de mais curto prazo, diferente do outro agricultor mais estruturado, que consegue esperar um prazo maior de pagamento, o PAA, o PNAE e o programa de compras institucionais ajudam a pagar, com valor bom e no curto prazo.

Uma quarta medida que nós fizemos: voltamos a dar crédito para os quilombolas. Uma quinta medida: lançamos um programa de assistência técnica e extensão rural que, já hoje, monta 120 milhões – isso porque o agricultor precisa ter assistência técnica, dada a disponibilidade tecnológica.

A Renata aqui dizia – e o Pillon sabe – que nós temos tecnologia no Brasil disponível.

O Brasil não tem problema tecnológico na agricultura. Já fez milagre na agricultura no Cerrado e no Nordeste e vai fazer no Norte agora. O que o Brasil precisa é de assistência técnica, é chegar àquele agricultor familiar.

Também lançamos o Plano Safra da Agricultura Familiar, e a novidade, deste ano, do Plano Safra da Agricultura Familiar, é que ele era muito concentrado no Sul. Nós queremos financiar o Sul, mas nós estamos levando o financiamento para o Nordeste. Ontem, fizemos uma reunião com o Norte e o Centro-Oeste, para levar o Plano Safra para todo o país. Aumentou, no Nordeste, que era um dos nossos objetivos, e aumentou a mecanização no Plano Safra.

O outro projeto que nós lançamos foi de financiamento da mecanização no campo. Dentro desse programa, estamos desenvolvendo mais máquinas menores para os agricultores familiares. Por exemplo, na Região Amazônica, nós queremos desenvolver um elevador para a coleta do açaí. Tem que ter uma máquina para as quebra-deiras de coco do babaçu. Tudo isso nós estamos desenvolvendo juntos, para diminuir...

Eu discuti com a Tereza Nelma, do Ministério da Pesca, e ela disse que as mulheres limpam o camarão com o dedo dentro d'água, o que pode trazer uma série de doenças funcionais, e também vão perdendo a digital na limpeza do camarão. Então, tem que ter máquinas mais fortes.

E, dentro do Plano Safra, a gente fez dois estímulos importantes: o campo está envelhecendo, nós precisamos incentivar a permanência do jovem, e vamos incentivar a permanência do jovem com escola, com formação profissional, com acesso à escola técnica e universidade, e vamos incentivar as mulheres, porque as mulheres estão tomando a frente na agricultura. Lançamos um programa de reforma agrária e lançamos os Quintais Produtivos.

Junto com o Ministro Wellington e o Ministro da Casa Civil, nós estamos desenhando um programa, agora, de irrigação com energia solar fotovoltaica e um programa para trabalharem juntos MDA e MDS,



para localizar a pobreza no campo, para fazer um investimento grande de superação da pobreza e da miséria no campo brasileiro.

Comida farta na mesa do povo para que todos se alimentem. Esse é um desafio que a gente tem que lançar.

Cada um aqui está na elite do que faz, quem é empresário, quem é Parlamentar, quem atua em nome da sociedade civil, e nós temos uma tarefa da nossa geração; nós precisamos entregar um país com uma mudança civilizatória: que todos se alimentem adequadamente e tenham acesso a todos os direitos básicos de que o povo precisa. Por isso, nós queremos mesa farta e recuperar a cultura alimentar do nosso povo – recuperar a cultura alimentar do nosso povo.

O povo do Norte come açaí, ele come tucupi... Não é isso? Não dá para... Essa ideia de levar cesta básica para populações indígenas não dá certo. Você tem que levar assistência técnica em que crédito?

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO TEIXEIRA – Então, nós temos que recuperar a batata doce, tantos... A fruta, e esses mecanismos nós temos que recuperar na cultura alimentar do nosso povo.

E um segundo aspecto – e aí, Geyze, eu quero te cumprimentar – é o combate ao desperdício.

Eu estive agora num assentamento no Paraná, em que a renda, naquele assentamento, de cada família, vai de R\$6 a R\$10 mil. Tem uma agroindústria de leite, produzem leite, queijo, manteiga, iogurte, vendem... É uma beleza. Quero sugerir que você vá visitar. Mas, eu me lembro... Ela se chama Roseli, e o marido se chama Fernando. Ela falou: “Olha, se eu vendo esta alface aqui, eu vendo o núcleo da alface; mas, se eu tivesse uma agroindústria aqui, eu lavaria aquelas folhas e não desperdiçaria aquelas folhas”.

Então, o desperdício hoje, desde a produção ao consumo, é altíssimo, e é por essa razão que o tema do desperdício, que você tem colocado, é muito fundamental.

E eu quero fazer um diálogo aqui, se o senhor me permitir, Senador Rodrigo Pacheco, com os supermercados. Eu queria pedir aos supermercados algumas providências que eu já, outro dia, dialoguei.

Primeira providência: ponham uma gôndola só da agricultura familiar no supermercado de vocês. Em todos os supermercados do Brasil, uma gôndola voltada para a agricultura familiar, com uma política diferenciada da dos supermercados, para que se crie uma cultura de consumo da agricultura familiar. E uma outra gôndola só de produtos da Amazônia.

Nós não estamos preocupados... O cidadão que mora em São Paulo, Rio, Recife, Salvador... Ele está preocupado com a Amazônia? Um jeito é comprar produtos que tenham uma produção sustentável na Amazônia. Então, uma segunda gôndola de produtos da Amazônia.

E, terceiro – são três os pedidos –, quero saber se vocês fariam uma política diferenciada de preços para o pequeno agricultor, de preços e de pagamento, para que esse pequeno agricultor pudesse ser o esteio da produção de alimentos, e o Brasil pudesse ter soberania alimentar.

O Presidente Lula tem uma obsessão. Em todos os discursos que ele fez, ele falou isto: “Eu quero que este país se alimente, que cada brasileiro e brasileira se alimentem pelo menos três vezes ao dia”. E a gente precisa ter essa tarefa civilizatória de entregar a mesa farta, com comida de qualidade, para o povo brasileiro.

Eu, para concluir mesmo, queria dizer: nós precisamos fazer no campo uma transição ecológica. Que transição ecológica?

Primeiro, o Clenio que sempre me ensinou isto...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO TEIXEIRA – ... sair de uma agricultura de base química, baseada em agrotóxico,



para uma agricultura de base biológica, baseada em bioinsumos, fazer uma transição ecológica e fazer uma agricultura regenerativa, que recupera água, matas ciliares, áreas de proteção ambiental. E nós queremos fazer na Amazônia, contrapor ao desmatamento uma agricultura de agroflorestas, agricultura com produção de alimento e florestas produtivas, que produzem açaí, guaraná, castanha, cacau, que são produtos muito mais rentáveis do que aquela produção que hoje pressiona aquele bioma e outros biomas brasileiros.

Senador Rodrigo Pacheco, eu parabenizo este Senado por sediar numa sexta-feira um ato de tão grande importância para o povo brasileiro. E acho que quem está aqui ou quem assiste...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO TEIXEIRA – ... esse evento quer, e a essa juventude que chegou aqui, nós temos que ter essa tarefa de alimentar bem o povo brasileiro. Que o Brasil saia do Mapa da Fome e que todas as crianças, jovens e idosos possam se alimentar e ter os demais direitos que este país tem condições de oferecer a todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – A Presidência agradece ao Exmo. Sr. Ministro Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Cumprimento V. Exa. pelo belíssimo pronunciamento, pela solicitação que faz aos supermercados do Brasil nesse intuito comum que é o da redução do desperdício de alimentos e combate à fome no Brasil, razão de ser desta sessão de debates temáticos.

Eu quero saudar todos os nossos visitantes na galeria do Senado na manhã de hoje, em especial os alunos do ensino fundamental do Colégio São Luís, de São Paulo capital. (*Palmas.*)

Sejam muito bem-vindos e muito bem-vindas ao Senado Federal.

Concedo a palavra neste instante à Sra. Natália Tavares de Azevedo, Diretora do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura, representando o Ministro André de Paula.

V. Exa. tem a palavra da tribuna.

A SRA. NATÁLIA TAVARES DE AZEVEDO (Para discursar.) – Bom dia a todas e todos.

Gostaria inicialmente de saudar o Presidente, Exmo. Sr. Senador Rodrigo Pacheco, e cumprimentar meus colegas que estão à mesa, os nossos Ministros de Estado Paulo Teixeira, Wellington Dias, que já teve que se ausentar, a companheira Renata, que está representando o nosso Ministro Fávaro, por extensão, saudar todas as autoridades aqui presentes, os componentes da iniciativa privada, da sociedade civil. Esse é um tema tão caro à sociedade brasileira, um tema sempre urgente em nossa sociedade. Para mim é uma satisfação e uma honra estar aqui representando o nosso Ministro André de Paula. Quero estender os cumprimentos do nosso Ministro a todos e todas. É um desafio porque o nosso Ministro é muito competente, muito experimentado, então é um desafio vir aqui representá-lo no dia de hoje e falar de um tema que é tão sensível à sociedade brasileira, que é o setor da pesca e aquicultura.

Esse setor, nos últimos anos, tem padecido com a falta de políticas públicas sistemáticas para o setor. Então, o primeiro destaque que nós gostaríamos de dar é o compromisso do Presidente Lula com o setor da pesca e aquicultura. Lembrando que foi o nosso Presidente Lula que criou pela primeira vez um Ministério da Pesca e Aquicultura, no ano de 2009, e depois assumiu o compromisso de recriá-lo agora no seu novo mandato e o fez, fortalecendo seu compromisso com o setor da pesca e aquicultura, que tem um papel fundamental neste tema que nós estamos aqui debatendo no dia de hoje.

O setor pesqueiro e o setor aquícola, no Brasil, são responsáveis pela produção de proteínas de altíssima qualidade, o pescado. Então, nós temos hoje, no Brasil, mais de 1,5 milhão de toneladas



produzidas de pescado todos os anos em nossas costas, de mais de 8,5 mil quilômetros de costa, e as maiores bacias de água doce do mundo. Então, nós temos o compromisso de potencializar a produção desse pescado, melhorar as cadeias produtivas da pesca e aquicultura e garantir ao povo brasileiro o acesso a esse pescado.

É importante a gente considerar também que nós temos, no setor de pesca e aquicultura, também um grande contingente populacional envolvido no setor, nos mais diversos rincões deste país. Nós temos mais de 1 milhão de homens e mulheres das águas, trabalhadores e trabalhadoras, que colocam essa proteína de qualidade na mesa da sociedade brasileira, além de um setor aquícola que tem crescido bastante exponencialmente nos últimos anos, também colocando proteína de qualidade na mesa da população brasileira, mas que, por outro lado, também padece das situações de insegurança alimentar e nutricional, em muitos casos, por depender das condições ambientais, das condições climáticas.

Quero chamar aqui a atenção para um fato que está acontecendo neste momento no país, que é a grande estiagem na Região Norte. Acho que todos nós temos acompanhado com bastante preocupação essa situação, o ministério tem agido nesse sentido e a gente tem um grande contingente de homens e mulheres das águas que estão em situação de insegurança alimentar por conta das mudanças climáticas. Essa é uma situação urgente, e o nosso Ministro e o nosso ministério têm o compromisso de desenvolver políticas públicas para o nosso setor que respondam a esses desafios ecológicos colocados para a nossa sociedade brasileira hoje.

Na retomada do Ministério da Pesca e Aquicultura, nós temos desenvolvido – junto com o nosso Ministro André de Paula, com a nossa Secretária Tereza Nelma, com o nosso Secretário Expedito, com o Secretário Prof. Cristiano Ramalho – políticas públicas que têm como foco a reestruturação, a melhoria das condições da cadeia produtiva do pescado no país que tem sofrido com uma desestruturação, com um processo de precarização das embarcações, dos entrepostos pesqueiros, dos terminais nos últimos anos, por falta de políticas de fomento, de crédito ao setor, estruturadas com continuidade e que permitam ao setor ter estabilidade no seu crescimento e na sua atividade.

A gente tem um duplo desafio, portanto. De um lado, temos 1 milhão de homens e mulheres das águas que produzem proteína de alta qualidade, mas, por outro lado, muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar; e, por outro lado, o desafio de reestruturar o setor pesqueiro e aquícola, potencializando a produção da pesca e da aquicultura. Nesse sentido, em face desse desafio, nós, no Ministério da Pesca e Aquicultura, com a nossa estrutura recém-criada, temos buscado desenvolver um conjunto de articulações institucionais com os nossos ministérios parceiros, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministro Paulo Teixeira, com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, do nosso Ministro Wellington, com a Embrapa, com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), para quê? Para potencializar as nossas ações na interface com os ministérios, que são nossos ministérios parceiros, com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento também, porque nós temos muito a avançar na questão higiênico-sanitária da nossa cadeia produtiva, que é um dos grandes desafios hoje da nossa cadeia. Garantir o acesso à cadeia de frios, o acesso ao gelo, a condição de beneficiamento e transporte adequado do pescado, porque nós acreditamos que o pescado oriundo especialmente da aquicultura familiar e da pesca artesanal pode e deve estar nas políticas de abastecimento alimentar, no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), no Programa Nacional de Alimentação Escolar, para fazer essa dupla interface: de um lado, garantir – como o Ministro Paulo muito bem colocou – uma segurança, uma estabilidade, na renda, na comercialização para pescadores e aquicultores, e, de outro lado, colocar esse alimento, que é um alimento de alto valor nutricional, uma proteína de excelente qualidade, na mesa da população brasileira. Então, nós temos esse forte compromisso. Essa é, no nosso entendimento, uma ação fundamental e estruturante. Toda a nossa política do Ministério está pensada na geração de



trabalho e renda, na segurança alimentar, mas também no crescimento da produção, especialmente do setor aquícola, que ainda tem a potencialidade de gerar mais proteína – essa proteína de alta qualidade –, respondendo ao crescimento, através de políticas adequadas de financiamento, de crédito, de fomento, de assistência técnica e extensão.

E, também, para melhorar a cadeia produtiva da pesca, que em muitos casos, a gente já tem uma situação de que nós precisamos ser responsáveis ecologicamente, para não fomentar uma indústria depredadora, mas, por outro lado, ainda há muito desperdício na cadeia produtiva da pesca, justamente por uma grande cadeia de intermediação, que demanda uma cadeia de frios muito extensa e que faz com que muito do nosso pescado seja perdido.

Existem muitos pescados, principalmente na pesca artesanal, que não têm um valor comercial reconhecido e que podem, se bem trabalhados, bem beneficiados, abastecer a mesa dos brasileiros e gerar renda para as comunidades tradicionais pesqueiras.

Ainda, eu gostaria de fazer um destaque aqui em relação ao papel das mulheres, especialmente das mulheres pescadoras, das mulheres das águas, dentro do tema da segurança e da soberania alimentar. São as mulheres das águas, muitas vezes, que garantem, a mais de um milhão de famílias envolvidas no setor pesqueiro da pesca artesanal, o alimento na mesa.

As mulheres na atividade produtiva da pesca artesanal têm o seu trabalho invisibilizado e um déficit de políticas públicas que respondam a esse papel fundamental que elas têm.

Então, nós, na Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, temos uma prioridade na ação em relação às nossas marisqueiras, às descascadeiras – como o Ministro colocou – do camarão, a todas as mulheres que estão na cadeia produtiva, que têm esse papel fundamental de garantir o alimento das suas famílias, mas que, muitas vezes, não têm uma condição adequada de trabalho, como o Ministro Paulo também colocou. Estão em condições, muitas vezes, insalubres, com falta de equipamento, sem acesso às tecnologias adequadas que diminuem a penosidade do seu trabalho.

Então, esse é um compromisso que nós temos...

(Soa a campainha.)

A SRA. NATÁLIA TAVARES DE AZEVEDO – ... no Ministério da Pesca e na Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.

Para responder a esse desafio, o Ministério tem buscado desenvolver uma série de programas, entre eles, o programa que nós lançamos no dia 2 de agosto, junto com os demais ministérios parceiros, que é o programa Povos da Pesca Artesanal, que foi criado no dia 2 de agosto, por meio do Decreto Presidencial nº 11.626, que estabeleceu a política, pela primeira vez, um programa destinado aos povos das águas, aos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, que são a maior parte do público do Ministério da Pesca, em termos de contingente populacional. Sem deixar de reconhecer também a necessidade de políticas efetivas para o setor industrial, para o setor empresarial, que também cumpre um papel muito importante na produção do pescado e que demanda uma série de esforços na melhoria da qualidade do produto. Inclusive, para poder retomar a exportação do pescado nacional para a Europa, nós precisamos de uma reestruturação das nossas embarcações, com a adequação higiênico-sanitária dos nossos entrepostos pesqueiros.

Então o Ministério da Pesca e Aquicultura vem atuando em todas essas frentes, fortalecendo a aquicultura, buscando a qualificação da produção aquícola e, ao mesmo tempo, garantindo uma série de políticas para a pesca artesanal, que tem uma prioridade no Governo Lula, que responde inclusive pelo lançamento do nosso programa Povos da Pesca Artesanal.

Então nós queremos pescado artesanal, pescado da pesca industrial, pescado da aquicultura na mesa do brasileiro a um preço baixo, em quantidade e que garanta, lá na ponta, para pescadores e pescadoras,



renda, trabalho, dignidade nas suas condições de trabalho, certo?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu agradeço à Natália Tavares de Azevedo pelo seu pronunciamento, ela que é Diretora do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações, da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, do Ministério da Pesca e Aquicultura, que representa, neste ato, o Exmo. Sr. Ministro André de Paula.

Concedo a palavra, neste instante, ao Prefeito de Nova Lima, em Minas Gerais, João Marcelo Dieguez Pereira, para o seu pronunciamento. Com a palavra o Prefeito João Marcelo.

E apenas confirmando que, de fato, falei que é um dos melhores Prefeitos do Brasil, porque de fato é. V. Exa. tem a palavra. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA (Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos e a todas, Senadores e Senadoras, autoridades, convidados. Cumprimento a todos, na pessoa do nosso Presidente, Senador Rodrigo Pacheco.

Bom, estar no Senado hoje para tratar de um problema estrutural do Brasil e apresentar aqui a solução que nós encontramos em nosso Município, Nova Lima, Minas Gerais, para enfrentar a pobreza, combater a fome, muito me enobrece, mas mais ainda, me torna possível sonhar que talvez essa solução seja uma alternativa complementar para os mais de 5 mil municípios do nosso Brasil.

Nova Lima é uma cidade que vive um verdadeiro dilema, um paradigma de ser conhecida como a cidade dos ricos. É a cidade com a maior renda média do Brasil. E ao chegar à região norte da nossa cidade, divisa com a capital Belo Horizonte, e encontrar os condomínios luxuosos, os carros importados, talvez essa percepção de cidade dos ricos possa parecer uma verdade inabalável.

Mas quem segue a estrada e conhece, de fato, o centro e a origem da nossa cidade sabe que, assim como todo o Brasil, no nosso vasto território, Nova Lima possui suas ocupações em situação de vulnerabilidade social, de pobreza, de miséria e de fome.

E é em cima disso que nós nos debruçamos para enfrentar esse paradigma.

Ocupar esta tribuna no dia de hoje, 20 de outubro de 2023, para poder apresentar a nossa estratégia de um horizonte e de um futuro melhor para a nossa cidade, que passa por quatro eixos.

O primeiro deles é o da diversificação econômica, potencializando as várias vocações econômicas que existem no nosso Município e que são capazes de gerar emprego para a nossa população.

O segundo é uma verdadeira revolução na educação básica, uma revolução pedagógica, tecnológica e, por que não dizer, alimentar. No nosso município, o hortifrutícola é comprado da agricultura familiar dos nova-limenses. No nosso município, as famílias recebem cesta básica no período das férias escolares para garantirem a qualidade da alimentação dos nossos alunos.

O terceiro eixo é o da qualificação profissional, para o qual nós temos hoje o maior programa de qualificação técnica gratuita da história da nossa cidade, programas de qualificação em idiomas (inglês, espanhol e mandarim) para quem mais precisa, com as instituições privadas do nosso município, e cursos profissionalizantes.

E o quarto eixo – aonde a gente sempre quis chegar – é o das pessoas que mais precisam, em vulnerabilidade, através de um forte programa de enfrentamento à pobreza.

Daí nasceu o Nova Renda, que é o maior programa municipal de transferência direta de renda da história do nosso município, aprovado pela Câmara Municipal e já sancionado por mim. Escolhemos uma data histórica para fazer o lançamento do Nova Renda. A última terça-feira, dia 17 de outubro, foi o Dia Internacional para Erradicação da Pobreza.

Através do Programa Nova Renda, 5.880 famílias serão contempladas. Isso significa dizer que todas



as famílias em situação de extrema pobreza e de pobreza, do nosso município, estarão contempladas. É um benefício que vai do valor mínimo de 10% a 50% do salário mínimo, com condicionantes claras como o tempo mínimo de residência no município de 5 anos, a participação nos nossos serviços, programas da assistência social, de educação, de saúde, e como, por exemplo, cartão vacinal em dia, filhos matriculados na escola, pré-natal no SUS. Enfim, há uma série de contrapartidas para que essas famílias tenham acesso a esse benefício.

A gente sabe que é muito difícil superar a pobreza, principalmente para aquelas famílias que não têm acesso a bens básicos e que passam por insegurança alimentar, econômica. A Prefeitura, através do Programa Nova Renda, não oferece luxo, pois, muitas vezes, os programas de transferência de renda são injusta ou maldosamente interpretados. Pelo contrário, a Prefeitura oferece um fôlego para que essas famílias consigam sair dessa situação de insegurança e para encontrarem caminhos para, definitivamente, superar a condição de pobreza em que vivem.

Em nossa cidade, Presidente, nós estamos destinando 1% da receita do nosso município e atingindo 14% da nossa população. Com R\$12 milhões nós estamos atingindo 5.580 famílias nova-limenses. Para que isso não ocorra somente na minha gestão e para que se torne uma política pública constante, ainda na última terça-feira, encaminhei à Câmara Municipal uma proposta de emenda à Lei Orgânica do município garantindo a obrigatoriedade de destinarmos no mínimo, 1% das nossas receitas para a transferência direta de renda e combate à pobreza e à fome em nosso município. (*Palmas.*)

Não queremos que Nova Lima seja uma cidade de poucos. Queremos que Nova Lima seja uma cidade para todos, uma cidade de oportunidades. O enfrentamento da pobreza em nosso país seria muito mais forte se todos os municípios tivessem essa mesma atitude.

E aqui eu lanço um desafio. Nós municípios já temos a obrigatoriedade constitucional de destinar 25% das nossas receitas para a educação e 15% para a saúde. Por que não destinarmos 1% para combater a pobreza? Os 14% das famílias novalimenses que serão atingidas, eu sei que a matemática não é simples, mas numa proporção do Brasil, representam os 30 milhões de brasileiros que passam fome. É isso que estamos fazendo em Nova Lima e é esse o desafio que eu lanço aqui.

Esse desafio, Presidente, pode ser transformado em realidade através de uma PEC, e a ferramenta está na mão de vocês, Senadores e Senadoras.

Cidade rica é cidade sem pobreza. Eu quero que Nova Lima seja conhecida como a cidade dos ricos não pela quantidade de ricos que lá vivem, mas por não mais existir pobreza lá. (*Palmas.*)

E eu quero que o nosso Brasil seja um país rico, não somente por sua pluralidade, por sua diversidade, por suas riquezas naturais, mas porque a gente, de fato, conseguiu acabar com a fome, com a miséria e com a pobreza.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu cumprimento...

O SR. JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Pois não.

O SR. JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA – ... gostaria de, só, para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeito.

O SR. JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA – ... oficializar a entrega da nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MG) – Perfeito. (*Pausa.*)

Cumprimento o Prefeito João Marcelo, de Nova Lima, Minas Gerais, pelo seu pronunciamento.

Cumprimento-o, também, pelo programa de transferência de renda inaugurado pelo Município, que haverá de servir como exemplo para os municípios brasileiros, sobretudo àqueles que têm melhores condições econômico-financeiras.

Muito obrigado, Prefeito João Marcelo.

Ouvimos, nesse primeiro bloco, cinco convidados.

Antes de passar para o segundo bloco de convidados, eu concedo a palavra à Senadora Jussara Lima, para o seu pronunciamento. (*Pausa.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores que aqui se encontram, Ministro Wellington Dias, que por aqui passou e que eu tenho a honra de ser a sua suplente e de estar aqui trabalhando e carreando bons frutos para o nosso estado, quero cumprimentar o Ministro Paulo Teixeira, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e dizer para o Ministro que o Piauí é pioneiro com relação às gôndolas nos supermercados. O Governo do Estado fez parceria com a empresária Van Fernandes do supermercado Carvalho Super, e lá já está distribuído em vários locais dentro do supermercado gôndolas com produtos da agricultura familiar. Isso nos honra muito, o Piauí estar contribuindo com o Governo Lula nesse projeto tão importante.

Quero cumprimentar a Renata Miranda, que está aqui representando o Ministro Fávaro, que falou com muita propriedade, e que bom ter mulheres também como você ocupando o espaço de poder, seja bem-vinda; a Natália Tavares, que também falou muito bem aqui com muita propriedade, representando aqui o nosso querido Ministro André de Paula; o João Marcelo Pereira, Prefeito da cidade de Nova Lima, um jovem, pelo que vejo, e tão preocupado com a questão da fome no nosso país. Precisamos de pessoas e de homens também como você, Prefeito.

Quero cumprimentar Eder Eduardo, Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimentos; Rodrigo Segurado, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras); Clenio Nailto, Presidente em exercício da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); João Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos; Rodrigo Fernandes Afonso, Diretor-Executivo da Ação da Cidadania; e Geyze Diniz, essa mulher de uma simplicidade e que eu poderia até dizer assim, que saiu da sua zona de conforto para ir ao encontro daquelas pessoas que mais precisam no nosso país. Precisamos de mulheres como você, Geyze. Seja bem-vinda aqui ao Congresso Nacional e conte comigo.

Parabenizo o Presidente Rodrigo Pacheco pela iniciativa desta sessão temática sobre o combate à fome, garantia da segurança alimentar e redução do desperdício de alimentos. Este é um assunto que afeta milhões de famílias brasileiras e precisa ser pauta prioritária, sempre, em qualquer discussão sobre desenvolvimento social no nosso país.

A presença do Ministro Wellington Dias aqui mostra o compromisso do Presidente Lula e toda a sua equipe com esta causa. As ações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome já vêm fazendo uma grande diferença para as fatias mais carentes da população brasileira.

O drama da fome tem solução e ela é menos complexa do que imaginamos. Em um passado recente, conseguimos tirar o Brasil do mapa da fome da ONU, graças a políticas públicas assertivas e gestão adequada dos recursos disponíveis. Hoje, os levantamentos apontam que há cerca de 33 milhões de brasileiros vulneráveis em situação de fome.

Para alimentar esse contingente...



(Soa a campainha.)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – ... são necessários 7 milhões de toneladas por ano. Parece muito? Sim, parece. Entretanto, o Brasil desperdiça oito vezes mais do que isso. Todos os anos são desperdiçados 55 milhões de toneladas de comida em nosso país.

Essa situação não pode persistir, e a solução está em nossas mãos, Presidente. Vamos todos nos unir, Governo Federal, Parlamento, entes federados e sociedade para saciar a fome e dar dignidade aos brasileiros.

O combate à fome passa por programas de renda mínima familiar e medidas para reduzir as desigualdades regionais e também depende de questões como estabilidade econômica do país, melhora na educação, geração de emprego, acesso à água e saneamento básico e proteção ambiental.

Nós, representantes do povo, temos a obrigação de colaborar com o Governo Federal para que as políticas públicas atuem em sintonia, concorrendo para o sucesso do Plano Brasil sem Fome, lançado em agosto passado, sob a coordenação do nosso valoroso Ministro Wellington Dias.

Finalizo, Sr. Presidente, relembrando as palavras do saudoso Herbert de Souza, o Betinho, um dos pioneiros da mobilização brasileira contra a fome: “Quem tem fome tem pressa”; “A fome é a pior das indignidades do ser humano”.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu agradeço à Senadora Jussara Lima pelo seu pronunciamento e passo imediatamente a palavra aos convidados do segundo bloco, que terão prazo de dez minutos para os seus pronunciamentos.

Concedo a palavra ao Sr. Eder Eduardo Bublitz, Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimentos (Abracen), por dez minutos.

O SR. EDER EDUARDO BUBLITZ (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Rodrigo Pacheco.

Só gostaria de confirmar se o senhor me ouve.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Estamos ouvindo bem.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. EDER EDUARDO BUBLITZ (*Por videoconferência.*) – Que bom!

Senador, eu quero agradecer o convite, pedir escusas até por algum erro de formalidade que a gente possa cometer – não é do nosso dia a dia estar em frente a tantas e nobres autoridades.

Quero saudar o senhor pela iniciativa; também saudar o Ministro Wellington Dias – a respeito do qual eu abro um parêntese para citar a humildade que esse servidor público tem, é impressionante! Pude conhecê-lo pessoalmente e cabe a saudação –; o Ministro Paulo Teixeira; a Sra. Geyze Diniz, Presidente do Pacto Contra a Fome – o nosso programa, que vou apresentar ao senhor e aos demais, foi inscrito no prêmio Pacto Contra a Fome, mas, infelizmente, em função de a Ceasa ser uma empresa pública não pôde prosperar no prêmio; mas faço questão de convidar a Sra. Geyze Diniz para que venha conhecer *in loco* o que a gente vem fazendo aqui no Paraná –; a Renata, que representa o Ministério da Agricultura. Enfim, as demais autoridades, Senadores que se fazem presentes.

As CEASAs têm um papel fundamental, esquecido às vezes, de garantir a segurança alimentar das populações. Nós trabalhamos todos os dias. As CEASAs, durante a pandemia, não pararam nem um dia. Apesar de não ser uma das atividades essenciais – infelizmente, no programa de vacinação, por exemplo, não fomos colocados como uma prioridade –, a gente trabalhou, não fechou nem um dia e fez a nossa



parte, que é a garantia da segurança alimentar de produtos do agro, hortifrutigranjeiros, ovos, enfim.

Nós trabalhamos com produtos que geram alta densidade de renda aos produtores rurais. A Ceasa vende produtos que mantêm o homem do campo. As CEASAs são extremamente importantes para essa cadeia de abastecimento nacional, para essa rede do agronegócio brasileiro. A Ceasa do Paraná, a Ceasa do Rio Grande do Sul, a Ceasa do Rio de Janeiro, enfim, todas elas compram de agricultores do Brasil inteiro. A gente consome muito produto do Vale do São Francisco, aqui no sul do Brasil, assim como as CEASAs do Norte e do Nordeste compram os produtos da agricultura de clima temperado do sul – e a gente cita maçã, pêssego, enfim.

Esses produtos mantêm o agricultor no campo, pois eles oferecem a ele uma grande renda por hectare, e eu acho que é isso que a gente deve buscar. O agricultor, o jovem, eles querem ficar no campo, mas a condição é bem simples: eles precisam ter renda, precisam ter dignidade, precisam ter conectividade, porque o jovem do campo também quer ter acesso ao Instagram, ao WhatsApp, à rede social, independentemente de qual seja, e, ao navegar na internet, obter informações. Então, esse tema da conectividade, insisto, é extremamente importante para o nosso homem do campo e para o jovem do campo.

No Brasil, 30% do que se produz no agronegócio... E eu digo que o agronegócio não pode ser tratado como uma palavra feia. O agronegócio é desde o produtor de alface que tem no seu quintal uma pequena produção que vende aos seus vizinhos até o grande produtor de soja. Nós temos grandes referências internacionais nessa produção. De tudo o que se produz no agronegócio, 30% é desperdiçado.

O Brasil alimenta mais de 1 bilhão de cidadãos do mundo. Nós alimentamos o mundo e a nossa missão é cada vez mais alimentarmos o mundo. Então, no Brasil, se a gente alimenta muita gente, a gente não pode ter pessoas passando fome e passando situações de insegurança alimentar.

E como a gente faz para combater esse desperdício? Eu acho que essa, Senador Rodrigo Pacheco, é a grande missão e o que eu mais gostaria de oferecer a quem nos assiste como oportunidade de ação para que a gente possa de fato mudar a vida dos brasileiros.

Nós temos no Paraná um programa que se chama Banco de Alimentos Comida Boa. O nosso Governador Ratinho Júnior, inclusive, colega de partido do senhor, criou, juntamente com a Ceasa, onde ocorria um grande volume de desperdício, um programa de combate ao desperdício de hortifrutigranjeiros. Então, nós saímos de uma posição de 200 toneladas por mês de alimentos coletados no Estado do Paraná para quase 600 toneladas por mês, nós triplicamos esta coleta. Esse custo anual ao Estado do Paraná é de R\$2,5 milhões por ano. O Senador e Ministro Wellington Dias, inclusive, esteve aqui na Ceasa de Curitiba conhecendo esse programa. O custo é de R\$0,35 o quilo desse alimento, um custo extremamente baixo para a natureza de produto de que a gente está tratando. Hortifrutigranjeiros têm um valor agregado maior. Então, são 270 carretas que seriam destinadas ao aterro sanitário, e hoje essas 270 carretas de produtos vão para a mesa de quem mais precisa.

A gente atende quase 300 entidades: hospitais filantrópicos, casas lar, casas de passagem, asilos, centros de tratamento de dependentes químicos, enfim, todo mundo que está em algum tipo de vulnerabilidade nutricional a gente atende com esse programa. São mais de 150 mil pessoas, no Estado do Paraná, beneficiadas com esse programa de redução de desperdício. É um programa que tem um impacto muito grande na questão da sustentabilidade, na questão social e com dois detalhes bem importantes. Nós aqui trabalhamos com mão de obra de apenados com monitoração eletrônica. Essas pessoas recebem capacitação dentro do nosso programa. Eles trabalham, recebem salário, reduzem suas penas. A gente começou a medir o número de pessoas que saem do programa e vão para a formalidade de trabalho. A gente alcançou 68% de ressocialização. Então, a gente tem mais um ganho social. E, agora, a gente está indo para mais uma vertente: a gente reduz o impacto ambiental do desperdício. Frutas como o abacaxi,



que pode sofrer algum trauma e ocorrer um furo, que não podem ser destinadas ao consumo humano por questões de vigilância sanitária, hoje, essas frutas que não podem ser destinadas ao consumo humano, mas ainda estão aptas a serem consumidas, a gente tem destinado a instituições que mantêm fauna silvestre para repovoação da Mata Atlântica. A gente já está mandando para três dessas instituições mais de 6 toneladas por semana de produtos para ajudar esses criatórios de animais silvestres.

Estamos trabalhando bastante para que possamos, com o que iria para o aterro, fazer compostagem também, para devolver ao agricultor que comercializa na Ceasa os produtos para que ele possa adubar de uma forma mais natural e mais barata.

Então, Senador, eu quero agradecer novamente e colocar as CEASAs ao dispor de todas as nossas autoridades, para que a gente, juntos, possa combater o desperdício e fazer com que as famílias brasileiras tenham mais dignidade. Eu, que sou filho de um pequeno agricultor, estou extremamente honrado com esta possibilidade de falar ao Senado Federal.

Muito obrigado.

Deus abençoe a trajetória de vocês e desse trabalho importante! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Amém!

Muito obrigado, Eder Eduardo Bublitz, que é Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento.

Quero aqui reconhecer a importância das CEASAs no Brasil para o propósito que destinamos para esta sessão de debates: o combate à fome e a redução do desperdício de alimentos. Por isso, cumprimento V. Sa. e todos os colaboradores das CEASAs no Brasil. Que todos tenham esse comprometimento que estamos aqui manifestando no Senado Federal.

Muito obrigado, Eder Eduardo Bublitz.

Passo a palavra, imediatamente, ao Sr. Rodrigo Segurado, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), que pode ocupar a tribuna para o seu pronunciamento, por dez minutos.

O SR. RODRIGO SEGURADO (Para discursar.) – Presidente Rodrigo Pacheco, muito obrigado pela oportunidade e por convidar a Associação Brasileira de Supermercados para compartilhar a nossa visão sobre o tema, já que somos parte da solução.

Eu gostaria de cumprimentar os Senadores e as Senadoras, na pessoa da Senadora Jussara Lima e dos Ministros de Estado Wellington Dias e Paulo Teixeira.

Eu gostaria já de responder a uma das questões que foram colocadas em relação ao fomento da agricultura familiar e à disposição do setor supermercadista de fazer isso. Já houve diversos acordos de compromisso firmados anteriormente pelo setor para não só fomentar a agricultura familiar como também destinar áreas específicas de exposição e de fomento dessa atividade, e estamos à disposição para levar para o setor todas as sugestões que houver no sentido de ampliar essa parceria.

Eu gostaria de dar uma perspectiva rápida para vocês do ponto de vista de como está organizado e estruturado o setor supermercadista no Brasil. Faço aqui uma breve explanação para, depois, entrarmos, então, na pauta.

A Associação Brasileira de Supermercados representa o setor supermercadista nacionalmente, através de 27 associações estaduais de supermercados. Portanto, nós temos atuação nacional.

Nós atendemos, por dia, 28 milhões de consumidores nas nossas 94 mil lojas espalhadas por todas as cidades e municípios do Brasil.

Nós empregamos 3,2 milhões de pessoas direta e indiretamente.

Somos o maior gerador de primeiro emprego do Brasil, com 2 milhões de colaboradores diretos, e abastecemos a população brasileira com R\$700 bilhões, que as famílias gastam, despendem para se



abastecer. Isso significa 7,5% do PIB brasileiro, só para se ter uma ideia da dimensão e da capilaridade do setor supermercadista.

Nós representamos os supermercados, nós representamos os hipermercados, as lojas de vizinhança, as lojas de conveniência, os “atacarejos”, os contêineres instalados dentro dos condomínios e o digital – o *e-commerce* e a venda pela internet.

As nossas 94 mil lojas espalhadas por todo o Brasil demonstram um alto nível de competição entre as empresas. Nós temos um nível de rentabilidade, uma margem muito baixa, muito estreita, de 2%, o que nos leva a ter um nível de eficiência extremamente elevado – nós temos 98% de eficiência operacional –, caso contrário, nós teríamos margens ainda mais reduzidas. Então, é um negócio de escala, ou seja, as empresas precisam ter volumes e muitas lojas para ter um resultado.

Se nós compararmos internacionalmente, o Brasil tem a menor concentração de poder econômico entre as três maiores empresas de supermercados, se comparado a outros países do mundo. Só 28% das empresas do setor supermercadista brasileiro estão concentradas em três maiores empresas; 72% do mercado estão descentralizadas através de famílias empresárias e investidoras brasileiras, com suas operações locais e regionais através de 1.250 empresas. Isso mostra que o nível de descentralização de poder econômico e de competição é extremamente importante.

Nossa sede é em São Paulo. Nós temos aqui um escritório em Brasília.

Nossa agenda institucional e legislativa é publicada, é aberta, com todos os nossos pleitos institucionais, que estão à disposição de todos.

Entrando, então, no mérito da nossa discussão de hoje, nós temos três alavancas principais, que são sugestões do setor para os nossos temas de redução do desperdício de alimentos, combate à fome e segurança alimentar. Vou discorrer rapidamente sobre cada um deles.

Na redução do desperdício de alimentos, nós temos uma proposta de modernização do prazo de validade dos produtos através do que internacionalmente é chamado de *best before*, “melhor consumir até”; no combate à fome, nós entendemos que uma das alavancas importantes é a isenção de imposto para a doação de alimentos; e, na segurança alimentar, a grande alavanca é a Cesta Básica Nacional de Alimentos isenta, aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado. Se essa conquista da Câmara for ratificada no Senado Federal, nós provavelmente estaremos diante do maior programa de transferência de renda, isentando alimentos – aliás, no mundo todo, alimentos não se tributam, tributam-se muito pouco –, e não como isenção ou benefício, mas como aproveitamento de uma das alíquotas do IVA, da reforma tributária de consumo de que nós estamos diante.

Rapidamente, sobre a redução do desperdício de alimentos, através da modernização do prazo de validade: nessa coluna aqui, estão os R\$700 bilhões do setor supermercadista, dos quais 98% é de eficiência operacional e 2% é de ineficiência. Ou seja, 2% do que a gente compra não chega a atender ao consumidor, por “n” razões – erros administrativos, desvio, e 56% de quebra operacional – que são intrínsecas à atividade.

Dos 56% de quebra operacional, 43% são perdidos por vencimento do prazo de validade. Isso significa R\$3 bilhões de reais que, por vencimento de prazo de validade, são perdidos, desperdiçados. Isso, na ponta do setor supermercadista, na ponta da cadeia nacional de abastecimento, sem citar toda a cadeia nacional de abastecimento, que tem 200 cadeias produtivas em que há muita perda antes do elo final, que é o varejo.

Então, acreditamos que modernizar o prazo de validade, através do *best before*, pode reduzir, em 10%, pelo *benchmark* internacional, esse desperdício.

E aqui nós apresentamos um pouco a curva topográfica.

Esse gráfico apresenta o ciclo de vida dos produtos de consumo, e, hoje, o prazo de validade determina



que, no final da faixa azul, o produto tem que ser descartado, porque venceu o prazo de validade. Portanto, esses produtos conseguem ter utilidade de uso e de consumo porque eles se mantêm com qualidade, propriedade e segurança alimentar. Então, alterando o sistema de prazo de validade, é possível não desperdiçar R\$3 bilhões, por ano, na ponta, por essa razão.

E nós colocamos, aqui na vertical – e essa razão se dá na matriz de qualidade e tempo –, frutas, verduras e lácteos, que são perecíveis... Esses são produtos cujo prazo de validade é muito crítico, mas massas, biscoitos e enlatados podem ter outros tratamentos de prazo de validade. Agora, café, sal refinado, açúcar e outros produtos nem precisam de prazo de validade, porque eles têm um tempo de duração muito alto. Então, modernizar esse sistema é uma alavanca de redução do desperdício.

Sobre o combate à fome, nós acreditamos que quem doa não deve pagar imposto. Então, tudo que for possível isentar de imposto para doações de alimentos é a nossa proposta.

Aqui tem uma comparação, com base no ano passado, 2022, em que a gente conseguiu medir, em mil toneladas anuais, a doação de alimentos por algumas instituições. Então, a Ação da Cidadania trata ou distribui 5 mil toneladas por ano; a Mesa Brasil, 44 mil toneladas; a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, 74 mil toneladas; e o setor supermercadista – de forma individual, cada uma das empresas –, de forma silenciosa e até discreta, faz a essas famílias distribuição e doação de alimentos que somam 120 mil toneladas.

Caso haja um movimento aqui de modernização da legislação para isenção das doações, a gente pode dobrar o volume de doações de alimentos. Isso, na capilaridade que o setor supermercadista tem, pode significar um grande avanço para o combate à fome.

E, por último, a cesta básica nacional de alimentos.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO SEGURADO – Esse é um trabalho que a gente tem acompanhado, com muita força, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e Aguinaldo Ribeiro e Eduardo Braga foram extremamente sensíveis, e nós concordamos com o texto da cesta básica nacional isenta, justamente para fazer uma grande transferência de renda para a população e promover acesso da população aos alimentos. Isso pode gerar um impacto bastante grande na segurança alimentar do país.

E, rapidamente, aqui eu saio um pouco do setor supermercadista: uma iniciativa que nós tivemos foi a criação do Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento.

O Brasil consome 80% do que produz de alimentos no mercado doméstico – nós temos uma população continental –, e, no Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, nós reunimos 16 setores da economia da cadeia nacional de abastecimento, dos insumos agrícolas aos supermercados, para discutir impacto social, ambiental e de governança, e essas entidades, conosco há três anos – estamos indo para o quarto ano –, através dessas lideranças dos presidentes dessas entidades de classe, definimos, de 80 projetos, cinco projetos prioritários: redução dos custos da cadeia nacional de abastecimento, através da reforma tributária, isentando impostos sobre a cesta básica nacional; o consumo consciente e economia circular, acelerando a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da responsabilização compartilhada entre os *stakeholders*; a redução do desperdício, através da adoção do Best Before; o combate à fome, conectando o mapa do desperdício com o Mapa da Fome, criando uma conexão direta entre quem pode doar e quem pode receber; e disseminação de conhecimentos sobre ESG.

Dessa maneira, Presidente, são três as alavancas que nós sugerimos, que são aderentes à nossa temática: a redução do desperdício de alimentos, através da modernização do prazo de validade de produtos; o combate à fome, através...

(Soa a campainha.)



O SR. RODRIGO SEGURADO – ... da isenção de impostos para doação de alimentos; e a segurança alimentar, através da cesta básica nacional de alimentos isenta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu agradeço ao Rodrigo Segurado, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Peço que encaminhe o nosso abraço ao João Galassi, Presidente da Abras.

V. Sa. apresenta propostas objetivas, que eu repassarei ao setor técnico da Casa, para que possa identificar a situação jurídica atual e eventuais projetos que possam ser implementados. Eu cumprimento pela objetividade, pela proposta – ou as propostas que foram formuladas –, que vão ao encontro do que é o nosso objetivo de combate ao desperdício de alimentos.

O SR. RODRIGO SEGURADO – Eu só queria aproveitar, Presidente, e deixar um abraço do Presidente João Galassi, que não pôde estar por um imprevisto. Então, viemos representá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Agradeço. Muito obrigado.

E vamos dar encaminhamento a essas propostas, que me parecem muito úteis ao combate à fome e ao desperdício de alimentos no Brasil.

Eu concedo a palavra, neste momento, ao Clenio Nailto Pillon, Presidente em exercício da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que tem a palavra por dez minutos.

E registro também, nas galerias do Senado, a presença da comitiva de Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no Estado de Santa Catarina, que estão aqui presentes (*Palmas.*) juntamente com o Presidente, Vereador Isaac Pacheco Silva, que é Pacheco também. Muito bem. Parente.

Sejam bem-vindos ao Senado Federal. Muito obrigado pela presença.

Tem a palavra o Clenio Nailto Pillon, por dez minutos.

O SR. CLENIO NAILTO PILION (Para discursar.) – Bom dia a todos e todas.

Queria fazer uma saudação muito especial ao nosso querido Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco; na sua pessoa, saudar todos os demais Parlamentares, Senadores que estão aqui conosco.

Queria cumprimentá-lo também por nos propiciar este momento de debate de um tema tão crucial, estratégico para o nosso país, e especialmente para uma empresa como a Embrapa, uma empresa de pesquisa agropecuária a serviço do Estado brasileiro e da produção de alimentos.

Quero saudá-lo também como Presidente do nosso Congresso Nacional e, Senador, agradecer muito especialmente ao carinho que esta Casa tem dado à pesquisa agropecuária nacional nos últimos anos, não somente alocando recursos importantes para que a gente tenha soberania sobre conhecimento, importantíssimo para a produção de alimentos neste país, mas também por nos propiciar espaços de oportunidades para a gente poder contribuir com a construção, desenho de inúmeras políticas públicas, muito bem capitaneadas pelo senhor e pelo Congresso Nacional como um todo.

Quero saudar os nossos ministros que estiveram aqui conosco, o Ministro Wellington Dias, nosso querido Ministro Paulo Teixeira; querida colega embrapeana Renata Miranda, representando aqui o nosso querido Ministro da nossa casa, Carlos Fávaro; saudar também a Natália Azevedo, representando o nosso Ministério da Pesca e Aquicultura – temos uma parceria muito forte com esse Ministério; saudar o João Pereira, Prefeito da cidade de Nova Lima – bem-vindo, Prefeito; Eder Bublitz, da Abracen; Rodrigo Segurado, representando aqui também a nossa querida parceria com a Associação Brasileira de Supermercados; João Dornellas, da Abia; Rodrigo Afonso, Diretor-Executivo da Ação da Cidadania; também a Geyze Diniz, Fundadora e Presidente do Movimento Pacto Contra a Fome. Cumprimento



também por vocês estarem juntos e terem estimulado também esta iniciativa.

A primeira mensagem, Senador, que eu queria deixar muito clara aqui é que a gente combate fome e insegurança alimentar investindo em ciência. Nós vivemos uma verdadeira revolução, uma verdadeira transformação da agricultura nos últimos 50 anos. Coincidemente, são os 50 anos de trajetória também da nossa empresa, da nossa Embrapa, completamos dia 26 de abril deste ano.

Todos lembram que, na década de 70, o Brasil era ainda um grande importador de alimentos. Nós importávamos praticamente tudo que consumíamos. Nós produzímos, na época, menos de 0,5 tonelada de cereais por habitante/ano.

Com investimento em ciência, não só feita pela Embrapa mas também por todas as nossas demais entidades que fazem parte do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que também são importantíssimas e foram importantíssimas nesse esforço, incluindo a própria iniciativa privada e todos os demais segmentos, nós fizemos uma verdadeira revolução. Enquanto nós aumentamos em 100% a nossa área cultivada de cereais, nós quintuplicamos a nossa produção de alimentos neste país. E fizemos isso realmente com muita sabedoria, e o Brasil hoje é uma grande referência para o mundo na produção de alimentos.

Para os senhores terem uma ideia, nós temos hoje, à disposição da sociedade brasileira, em torno de 1,5 tonelada por habitante/ano de cereais. Isso não é pouca coisa. Foi uma verdadeira revolução que fizemos no campo, num ambiente tropical, com muitos desafios que nos foram colocados, desafios de vencer solos diferentes, latitudes diferentes, ambientes diferentes, culturas diferentes, com a expansão da nossa fronteira agrícola, especialmente na região do Cerrado, com todos os desafios que ele nos apresentava naquele momento.

Portanto, seguir investindo em ciência aplicada ao desenvolvimento dos países, especialmente aplicada à produção de alimentos, é fundamental, e a gente quer contar, Senador, seguindo com o apoio desta Casa e com todas as demais instituições, para que isso siga acontecendo.

Graças a Deus, nós recentemente retomamos a trajetória de investimentos robustos na pesquisa agropecuária nacional, o que é fundamental não só para a geração de novos conhecimentos, mas também para a própria soberania nacional, não só na produção de alimentos, mas também na soberania científica e tecnológica deste país.

Acho que ninguém de nós também tem dúvida de que nós estamos falando hoje de três transições importantes. A primeira delas é a transição alimentar.

Na transição alimentar, o papel e o olhar do consumidor cada vez serão mais fundamentais. Esse consumidor está muito mais atento hoje, ele não quer mais somente atender às suas calorias diárias; ele quer um alimento saudável, produzido em bases sustentáveis. Isso nos impõe desafio, inclusive, não só de política pública, mas um desafio científico e tecnológico.

Nós temos também a transição energética, fruto do conexão da produção de alimentos com a produção de energia e de matérias-primas em bases renováveis.

O mundo todo está atrás hoje de novas fontes, novas alternativas para a produção de energia, e a multifuncionalidade da agricultura tem um papel fundamental nesse processo: para além desse serviço tão nobre que é oferecer alimentos para o país e para o mundo, também prover matérias-primas para a produção de combustíveis. E, de novo, o Brasil é uma grande referência para o mundo nesse campo, porque também investimos desde os anos 70, os anos 80, em vários programas que nos colocaram e nos colocam na vanguarda do conhecimento científico nesse campo, aproveitando todas as potencialidades não só da nossa biodiversidade, da nossa bioeconomia, mas também todo o potencial que a agricultura nos oferece, a partir da gestão de resíduos, da oferta de matérias-primas diversificada em todos os nossos biomas, para que a gente possa produzir não só energia, mas produzir também combustível verde, que



serão extremamente importantes, decisivos para o futuro da humanidade.

E a terceira transição, não menos importante, é a transição climática. Estamos, o mundo inteiro, preocupados com o que está acontecendo com a crise climática, que é uma primeira etapa desse processo de mudança do clima que nós já estamos vivenciando neste momento. E a agricultura, de novo, tem um papel fundamental nisso.

E a produção de alimentos tem uma conexão muito forte com a transição climática, porque tanto a produção de alimentos afeta as mudanças do clima quanto as mudanças do clima também afetarão cada vez mais, especialmente no ambiente tropical, a produção de alimentos.

Portanto, aqui também caberá cada vez mais um olhar muito importante, atento, das instituições de ciência, tecnologia e inovação, para que a gente possa conviver com as mudanças do clima e seguir produzindo alimentos em bases saudáveis e sustentáveis, de forma cada vez mais eficiente e segura.

Eu costumo dizer, Senador, que não só a segurança alimentar é fundamental para o nosso país; nós precisamos também ter soberania alimentar. O exemplo que nós vivemos recentemente, com a guerra, especialmente na Ucrânia, nos colocou muito fortemente o desafio de como a gente reduzir a dependência do Brasil à importação de insumos, especialmente fertilizantes.

Para os senhores e senhoras terem uma ideia, no ano passado, em 2022, o Brasil importou cerca de 82% de todo o nitrogênio, fósforo e potássio que utiliza para a produção de alimentos neste país. Portanto, nós podemos até ter segurança alimentar, mas estamos muito longe ainda de termos soberania alimentar, porque, se alguém resolver não mais exportar nutrientes para nós, nós teremos um problema muito sério.

E, recentemente, nós tivemos uma política pública que veio para nos colocar um novo horizonte nesse olhar sobre a nossa soberania para a produção de insumos com base local, territorial, que foi o nosso Plano Nacional de Fertilizantes, coordenado por vários ministérios, incluindo também o nosso ministério, o Ministério da Agricultura, que nos coloca no horizonte, até 2050, superarmos grandemente esse desafio em relação à redução da dependência da importação de insumos externos.

Não só na pauta dos insumos – e já foi colocado aqui pelos que nos antecederam –, mas a importância hoje da agenda do desenvolvimento de novos insumos para agricultura, numa agricultura de base biológica...

(Soa a campainha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – ... a pauta dos bioinsumos, cada vez mais, vem carregada de desafios diários para todos nós, e não temos dúvida que esse será o futuro da nossa agricultura, uma agricultura de base biológica. Estamos investindo muito fortemente nessa agenda que é fundamental para a gente garantir justamente essa oferta de alimentos em quantidade, mas também com saudabilidade.

A soberania sobre a nossa genética também é um processo importante para a nossa segurança alimentar. Só a Embrapa, Senador, tem 93 programas de melhoramento genético, literalmente de A a Z.

Nós trabalhamos com todas as espécies agroalimentares, vegetais, animais, buscando aumento de produtividade, buscando funcionalidades dos alimentos, buscando convivência também com as mudanças do clima, e isso é extremamente importante para aquilo que o Ministro Paulo Teixeira também frisou aqui, para que a gente possa cada vez mais diversificar a nossa oferta de alimentos, buscando a vinculação também sociocultural com os espaços territoriais onde esses alimentos são produzidos.

Não menos importante para a segurança e soberania alimentar é a questão da água. Nós temos hoje no Brasil em torno de 8 milhões de hectares cultivados com irrigação. Isso é muito pouco, ainda, para um país continental como o nosso, um país que tem biomas, que tem dificuldades imensas de convivência com períodos extensos de seca.

Nós precisaremos investir mais fortemente em políticas públicas e em ciência, inclusive, para que a



gente possa, cada vez mais, ampliar a nossa área de irrigação, para que a gente possa ser mais eficiente e conviver melhor para as mudanças do clima, especialmente na nossa Região Nordeste do país. Depois comentaremos, logo a seguir, que nós temos uma série de estratégias tecnológicas para fazer essa convivência, especialmente com a seca.

Portanto, temos também aqui um desafio de superarmos essa gestão da água em prol da produção de alimentos, cada vez mais importante. A água é um insumo decisivo para a produção de alimentos.

(Soa a campainha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – Não menos importante é também a própria soberania nossa sobre o conhecimento. De novo, a importância de seguirmos investindo fortemente em ciência, tecnologia e inovação para que a gente possa, cada vez mais, ter ganho, salto de produtividade, com qualidade, para que a gente possa garantir a oferta de alimentos não só para o país, mas também para o mundo todo.

Vou encerrar minha manifestação, brevemente, colocando algumas tecnologias que julgamos chave, que foram desenvolvidas especialmente ao longo das últimas duas décadas e que foram decisivas para essa transformação da agricultura nacional em um grande *player* mundial na produção de alimentos com segurança alimentar e, também, garantindo soberania alimentar para o nosso país, especialmente na referência ao ambiente tropical.

A primeira delas é o sistema plantio direto: uma revolução que foi feita, lá nos anos 70, início dos anos 80. Hoje nós temos 33 milhões de hectares cultivados em sistema plantio direto, que é uma tecnologia de agricultura de conservação que nos ajuda a poupar terra, que nos ajuda a melhorar a infiltração de água no solo e que nos ajuda a ser mais efetivos e mais eficientes na produção de alimentos.

Não menos importante é, também, o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta, os sistemas integrados de produção. Nós temos hoje em torno de 17 milhões de hectares cultivados nesses sistemas que nos permitem produzir mais que um cultivo, produzir mais que um serviço ambiental, dentro do mesmo espaço, da mesma área, produzindo alimento, proteína animal, produzindo celulose e outros tantos produtos e, ainda, contribuindo para o meio ambiente com o sequestro de carbono no solo, que nos ajuda a conviver também com as mudanças do clima e melhorar a qualidade do nosso solo.

A fixação biológica do nitrogênio talvez tenha sido a grande revolução nesses últimos 50 anos, que nos ajuda, só na cultura da soja, a pouparmos em torno de R\$40 bilhões por ano em não aquisição...

(Soa a campainha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – ... de insumo nitrogenado processado, como é o caso das leguminosas que se utilizam dessa tecnologia.

Temos aí o desafio de trabalhar também a fixação biológica em gramíneas. Estamos avançando fortemente nesse sentido, produzindo novos insumos para a agricultura.

A biofortificação hoje já é uma realidade. Nós temos aqui o Chefe-Geral da Embrapa Hortaliças, que tem liderado também essa iniciativa, trabalhando a incorporação e desenvolvimento de genética também, de várias espécies de batata-doce, feijão, milho, arroz, ricas em ferro, em zinco, em vitaminas, em outros compostos que são importantes para a nutrição da nossa população.

As estratégias todas de reservação de água, especialmente para a região semiárida do país, inclusive também outras tecnologias sociais de saneamento rural, incluindo as cisternas, as barraginhas, barragens subterrâneas, o sistema Embrapa. Queria fazer uma saudação aqui à nossa Senadora aqui do Piauí, Jussara Lima. É a nossa unidade que lidera esse esforço lá. Os quintais produtivos de frutas, o zoneamento agrícola de risco climático, que foi uma grande peça, uma grande plataforma de dados e informações que subsidia



políticas públicas como o Programa do Seguro Rural e o Proagro, economizando, no ano passado, cerca de R\$15 bilhões com investimento em ciência, colocando-a como uma ferramenta de suporte à tomada de decisão.

Redução de perdas de alimentos. Nós temos em torno de 20% de perdas de alimentos, especialmente voltados para frutas e hortaliças no pós-porteira e antes da mesa do consumidor. Esse é um desafio também, estamos trabalhando fortemente no melhoramento genético de espécies vegetais para maior tempo de prateleira. Caixas apropriadas para transporte, filmes com nanotecnologia e várias outras soluções que as nossas unidades têm desenvolvido.

Temos também o desafio da agricultura urbana e periurbana, a bioeconomia inclusiva, que é uma pauta importantíssima...

(Soa a campainha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – ... estratégica para a nossa atuação no âmbito da nova Diretoria Executiva da Embrapa.

E por fim, não menos importante também o é, queria reforçar aqui, Presidente Rodrigo Pacheco, a importância que é seguirmos investindo também em política pública no campo da assistência técnica e extensão rural. Nós temos ainda um contingente muito grande de agricultores, especialmente agricultores familiares, que ainda não se conectaram com esse conjunto de tecnologias que trouxemos aqui, com tantas outras soluções tecnológicas que nós já temos disponíveis no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que são importantíssimos para a produção de alimentos, para a nossa segurança alimentar e nutricional.

Queria agradecer mais uma vez, Senador, deixando aqui um desafio fundamental, que entendo seja muito importante, cada vez mais daqui para frente: a integração plena de políticas públicas em base territorial. A ciência é uma grande política pública, fundamental, mas sozinha não vai promover desenvolvimento, nem inclusão sócio-produtiva.

(Soa a campainha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – E é fundamental que a gente possa seguir investindo fortemente numa integração das políticas, sejam de acesso ao mercado, sejam de comercialização, de crédito, de assistência técnica e extensão rural, lá na base territorial, porque isso é fundamental para a nossa segurança e soberania alimentar.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo espaço. A Embrapa seguirá nesse esforço, contribuindo com o país nessa superação desse desafio. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Clenio Nailto Pillon, Presidente em exercício da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que completou 50 anos de grandes serviços prestados ao Brasil. Muito obrigado pela sua presença.

Concedo a palavra ao Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, Sr. João Dornellas, que pode ocupar a tribuna para o seu pronunciamento. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DORNELLAS (Para discursar.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, na pessoa de quem eu cumprimento todas as autoridades que já estiveram aqui, que estiveram presentes, o Ministro Wellington Dias, o Ministro Paulo Teixeira, a Senadora Jussara Lima – muito obrigado pela presença –, o Senador Izalci Lucas e as colegas Renata e Natália Tavares, também, que representaram os seus Ministérios. Quero cumprimentar todos os colegas da iniciativa privada, da sociedade civil.

Quero dizer que é uma honra estar aqui no Senado, hoje, mostrando quem é a indústria de alimentos



no Brasil, porque não dá para falar de segurança alimentar sem falar da segurança do alimento. Uma coisa é a segurança alimentar, que se refere essencialmente ao acesso ao alimento, mas, para isso, você precisa de alimentos seguros.

Quem é essa indústria, no Brasil? No Brasil, nós temos 38 mil empresas que produzem alimentos e bebidas todos os dias; 94% delas são micro, pequenas e grandes empresas, geram 1,9 milhão de empregos diretos – CLT, carteira assinada – e produzem 250 milhões de toneladas de comida, por ano.

Eu dizia, Senador Pacheco, que essas indústrias de alimentos, que são basicamente 38 mil empresas, geram alimentos seguros. E não dá para falar de segurança alimentar sem falar de alimento seguro. Basicamente, 60% do que passa pelo campo brasileiro passa pela indústria. O que não passa pela indústria é a soja e o milho exportados em grãos, o boi que é exportado vivo ou o fumo e o algodão, que não passam pela indústria de alimentos. Basicamente, o que o campo produz de alimentos passa pela indústria. E o que a gente produz na indústria? Do que produzimos, 89%, praticamente, são para o nosso dia a dia – são arroz, feijão, óleo de soja, açúcar, sal, que passam pela indústria de alimentos, tudo isso passa pela indústria de alimentos; 72% desse total são usados para abastecer o mercado interno e 28% são exportados.

Com esses 28%, a gente chega a 190 países. O Brasil, a partir de 2023, é o primeiro país do mundo em exportação de alimentos industrializados, em volume. Então, para nós, é motivo de muito orgulho.

Então, Senador, eu sempre digo que os dados que o Brasil tem são impressionantes. Nós temos 33 milhões de pessoas passando fome. Segundo o Ministro Wellington Dias, nós temos 94 milhões de pessoas no Cadastro Único. Segundo os dados da Pnad Contínua de novembro, Senadora Jussara, de 2022, 70% dos brasileiros que trabalham recebem até dois salários mínimos. Então, sendo um país que tem um campo forte, uma indústria forte, que tem capacidade ociosa para seguir produzindo, não deveríamos ter fome no Brasil. Não faltam alimentos, no Brasil, falta renda para as pessoas terem acesso a esse alimento.

A gente produz esses 250 milhões de toneladas através do que se chama processamento de alimentos. O que é o processamento? São as diversas fases, o que a gente faz em casa também. Quando você vai cozinhar, na sua casa, você vai processar o alimento. Começa por selecionar e acaba utilizando a ciência dos alimentos para selecionar, para conservar, para transformar, para acondicionar e para distribuir. Cada uma dessas fases, todas elas, são muito importantes na segurança alimentar.

O processamento de alimentos para que serve? Ele traz mais segurança ao alimento, aumenta sua vida útil. Inclusive, aumenta a preservação e a biodisponibilidade de nutrientes. No caso do tomate, por exemplo, o licopeno, que é uma substância importantíssima no combate ao câncer... Você consegue ter mais licopeno biodisponível no tomate industrializado, no molho de tomate, no extrato de tomate, do que no próprio tomate *in natura*, por processos que são utilizados na própria indústria de alimentos.

Alguns exemplos muito simples. Em 1862, Louis Pasteur desenvolveu o primeiro processamento industrial, vamos dizer, de alimentos ao descobrir que o leite se perdia facilmente e ele percebeu que existiam alguns seres vivos ali dentro que precisavam ser exterminados. Descobriu que no leite tinha bactérias e ele criou uma técnica, então, de aquecimento do leite, seguido de resfriamento, que, até hoje, é utilizada na indústria no mundo inteiro e é chamada de pasteurização, em homenagem a ele.

Outra técnica muito interessante é a liofilização, que consiste em desidratar, por vácuo, alguns alimentos. Graças a isso, permitiu-se, inclusive, que os astronautas pudessem levar alimentos processados para o espaço. Ali você não pode ter nenhum problema de saúde, você não pode ter nenhum problema de nutrição. Então, para a Nasa, inclusive, é mais importante a nutrição do que qualquer outra coisa. A nutrição e a variedade de alimentos. Em 2016, na Estação Espacial Internacional, os astronautas passaram a consumir maionese, bolo de chocolate, bolo de *blueberry*, por exemplo, todos eles desidratados, todos



eles fabricados com técnicas industriais.

Para nós, Senador, é importante demais poder falar de segurança do alimento e nós temos muito orgulho em dizer da segurança do alimento, porque nós seguimos técnicas validadas pelo Codex Alimentarius e pelo Jecfa, que são órgãos da OMS, da ONU e da FAO. No Brasil, nós seguimos o Ministério da Agricultura, seguimos a Anvisa, seguimos o Inmetro, aplicando rígidos padrões de qualidade não só microbiológicos, mas também padrões de qualidade físico-químicos para produzir alimentos seguros. E esse alimento seguro é o que nos faz poder não só disponibilizar o alimento para o consumidor, mas assegurar que ele não vai adquirir nenhum tipo de problema ao consumir esse alimento.

E por que isso é importante? Por que a gente fala disso? Porque uma das maiores preocupações que a OMS tem quanto a alimentos são os 250 tipos de doenças que podem ser transmitidas por alimentos. Infelizmente, uma a cada dez pessoas no planeta, por ano, se contaminam de alguma certa forma com alimentos e 420 mil dessas pessoas que se contaminaram chegam a morrer. É aquela diarreia que, infelizmente, aparece, uma virose que aparece. E são alimentos não industrializados.

Depois de anos de desenvolvimento tecnológico, é uma vergonha para nós, por exemplo, ver que uma mulher, uma servidora, inclusive, ficou um ano internada por consumir um molho *pesto* contaminado com botulismo. O caso da Polícia que apreendeu 11 toneladas de queijos feitos no quintal de uma casa sem o processamento devido aqui no DF. Ou o caso de surto de botulismo, outra vez, ocorrido no mês passado em Paris, onde uma pessoa morreu e oito ficaram hospitalizadas na primeira semana. Mas o caso ainda não está sob controle e a OMS declarou haver um surto de botulismo em Paris. Tudo isso por toxinas, por bactérias, por não haver o processamento correto do alimento.

O processamento correto do alimento evitaria esse tipo de coisa. E aí por isso que a gente vem, com muito orgulho, representar a indústria de alimentos, porque na indústria a gente consegue controlar, através de tecnologia e de desenvolvimento, e não submeter o consumidor a problemas de segurança do alimento.

Lembrando que a segurança alimentar existe, pela definição da FAO, quando toda pessoa, em todo o momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos, portanto, alimentos seguros, alimentos nutritivos para satisfazerm à suas necessidades alimentares e à suas preferências também a fim de levarem uma vida saudável e uma vida ativa.

Eu frisei as preferências aqui porque, cada vez mais, nós temos gente que, infelizmente, não entende de alimentos dando receita para as pessoas serem mais felizes “consuma isso, não consuma aquilo”.

Infelizmente as redes sociais estão cheias de *fake news*, onde você tem medo de consumir um alimento porque dizem que você vai morrer disso ou daquilo. Muita gente ali não entende o que está falando, e a gente precisa combater esse tipo de *fake news*. Eu dizia: no Brasil há 33 milhões de pessoas, sendo que 35 mil toneladas, Rodrigo, são jogadas fora todos os dias, descartadas no Brasil.

O caso do supermercado, do qual 43% dos alimentos, Senador, são desperdiçados por um sistema que o Brasil usa de data de validade. Por isso, estamos juntos com a Abras nesse processo, nessa cadeia, e apoiamos que o Brasil estude muito seriamente. A gente tem estudado junto ao Ministério da Agricultura para modificar esse processo de data de validade para aquilo que é mais moderno e o mundo convencionou chamar de *best before*, que significa exatamente aquilo: consumir preferencialmente antes de.

Não tem sentido, e evidentemente não serve para todos os alimentos. Não estamos falando, por exemplo, de carnes frescas, de queijos frescos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DORNELLAS – ... de leites frescos, mas não tem sentido, por exemplo, quando você está na sua casa vendo um filme à noite com seu filho, vai à despensa pegar um pacote de biscoito, vê



que venceu há dez minutos, está lá, e já é meia-noite, mas venceu. O que que você faz? Vai jogar fora aquele biscoito? Não faz sentido isso. Só que mesmo não fazendo sentido a ideia de ter uma data de validade fixa, como no Brasil, parece que nós estamos falando da Cinderela, que à meia-noite a carruagem vira abóbora e você tem que descartar. Não é assim para a grande maioria dos alimentos secos, desidratados e tratados através de vácuo e esterilização não precisaria ser assim.

Parece brincadeira, mas a gente joga muito alimento bom fora ao mesmo tempo em que tem tanta gente passando fome no Brasil. Então, a gente apoia completamente e estamos juntos no Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento.

Eu estou terminando, Senador, para dizer que a indústria brasileira produz alimentos seguros, volto a frisar: nós exportamos para 190 países desse planeta. Isso significa que nós cumprimos a legislação sanitária de 190 países do planeta. Isso fez nós nos tornarmos, a partir de 2023, o maior exportador de alimentos industrializados do mundo. Então, temos condição e estamos preparados para ajudar o Brasil a combater a fome e o desperdício de alimentos. Estamos aqui nos colocando à disposição do Senado, à disposição do Brasil para que a gente possa realmente ter uma situação melhor na nossa sociedade daqui para frente.

Parabenizo muito o Senado e parabenizo pessoalmente o Senador Rodrigo Pacheco por essa iniciativa tão importante de discutir neste momento em que o Brasil enfrenta essa calamidade que é a fome. Não precisaríamos estar nessa situação, Senador. Eu volto a dizer, nós temos um campo forte, temos uma indústria forte que exporta para o mundo inteiro e que tem capacidade ociosa. Conte conosco, conte com a indústria brasileira para a gente combater a fome e o desperdício de alimentos.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu agradeço em nome da Presidência do Senado ao Sr. João Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, e convido a ocupar a tribuna o Sr. Rodrigo Fernandes Afonso, Diretor-Executivo da organização não governamental Ação da Cidadania, com o prazo de dez minutos. (*Palmas.*)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO (Para discursar.) – Obrigado, Senador. Presidente, de fato, é uma honra estar aqui, eu agradeço muito pelo convite. Eu queria também reforçar a fala do Ministro Paulo Teixeira em relação à sua Presidência à frente do Senado, que foi fundamental para a garantia da democracia nesses últimos anos.

Eu quero agradecer esse empenho e essa luta para que a gente pudesse estar aqui hoje. Passamos quatro anos em dificuldade de diálogo com o Governo e de participação como sociedade civil, e estar aqui agora, presente, podendo falar no Senado com um chamamento do senhor, honra-nos muito e a gente agradece e fica muito feliz de estar nesse processo democrático novamente.

Eu queria agradecer também a presença de todo mundo – não vou fazer falas individuais. Quero agradecer especialmente ao Ministro Wellington Dias; ao Paulo Teixeira, que são parceiros na luta contra a fome; a todos os parceiros aqui do setor privado; à sociedade civil, à Geyze Diniz, do Pacto Contra a Fome; estou vendo a Lilian Rahal ali também, que é uma parceira enorme nossa no MDS. Vou agradecer a todo mundo e dizer que estamos juntos nessa luta para acabar com a fome no Brasil.

Quero dizer, Presidente, que eu represento uma organização, que é a Ação da Cidadania, que foi fundada pelo sociólogo Herbert Souza, o Betinho, uma figura histórica no combate à fome no Brasil, uma figura que está nas falas de praticamente todas as pessoas que falam em relação à segurança alimentar, mas, se Betinho hoje estivesse vivo, estaria indignado. Estaria num momento completo de indignação por a gente ter saído do mapa da fome em 2013 e 2014 e, apenas em quatro anos, já ter praticamente voltado



ao mapa da fome neste país.

Um país que produz tanto alimento, um país tão importante como o Brasil conseguir fazer com que a gente voltasse ao mapa da fome em poucos anos, depois de 20 anos de construção, lembrando que Betinho começou a sua luta em 1993, e o Brasil saiu em 2013 do mapa. Foram 20 anos de luta, de construção, de governos diferentes para que a gente pudesse chegar a este momento, e em apenas quatro anos o retrocesso aconteceu de forma dramática.

É importante lembrar que a gente saiu com as políticas públicas, muitas delas baseadas nas lutas de Betinho. A própria criação do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), uma série de políticas públicas como o Bolsa Família foram baseadas nas lutas de Betinho e que provaram ser os instrumentos fundamentais para que a gente pudesse, de fato, acabar com a fome neste país e chegar muito próximo de ser um país livre da fome.

Infelizmente, tudo mudou. Em pouco mais de seis anos a gente volta a um número trágico, porque o Brasil, quando Betinho lançou a Ação da Cidadania, tinha 32 milhões de brasileiros em situação de fome. Hoje nós temos 33 milhões, ou seja, a situação é pior do que quando Betinho lançou.

Como a gente deixou isso acontecer, Senador? Como nós, como população, como sociedade civil, como setor privado, como Parlamento, como Governo, Executivo, como Judiciário, deixamos na nossa frente uma destruição, um retrocesso de 20 anos de construção para um país que era referência no mundo?

Um dos organismos da ONU, que é a WFP, que está presente aqui no Brasil, não é o que ela faz nos outros países, como ela faz na Ucrânia, como ela está fazendo agora na Palestina, entregando alimentos. No Brasil, ela tem um escritório de excelência, porque ela justamente mostrava para o mundo como as políticas brasileiras funcionavam e tiraram 40 milhões de pessoas da extrema miséria.

Então, nós éramos referência nessa luta. O que aconteceu? Como a gente deixou isso acontecer? Então, esses retrocessos são trágicos para o Brasil. E são retrocessos que, por mais que a gente tenha agora um Governo que olha para a fome, que foi um Governo que criou muitos dessas políticas, depende de todos os atores trabalharem em conjunto para o sucesso.

A gente hoje – eu quero dar alguns exemplos para o senhor e para todos os presentes desses retrocessos –, para se ter uma ideia, a gente está falando, ouviu-se a Embrapa falar, outras organizações falando, a gente, nas nossas cestas básicas, é obrigado a comprar arroz e feijão da China, porque o Brasil não tem produção suficiente de arroz e feijão.

Então, quando a gente fala de produção de alimentos, que o Brasil é celeiro do mundo e que o Brasil alimenta o mundo, o Brasil não alimenta o Brasil. Nós não alimentamos a nossa população. Nós não produzimos o suficiente para isso. As políticas que estão estabelecidas e que deveriam incentivar isso recebem pouco recurso. Então, como a gente olha para um país onde a maior organização da sociedade civil que luta contra a fome não pode comprar do pequeno produtor ou comprar arroz e feijão do Brasil porque não há escala para nos atender e a gente poder distribuir alimento no Brasil?

Quero falar um pouco dos fertilizantes. Também a Embrapa os citou – e a Embrapa tem uma competência enorme no Brasil para a produção de alimentos, para tecnologias –, mas o Brasil, eu quero lembrar a todo mundo que, em 2016, a Petrobras tinha um programa de produção de fertilizantes no Brasil, que foi destruído em 2016. E tudo isso me leva a algumas frases de Betinho, que acho que são muito marcantes. A primeira frase que eu acho a mais marcante é: “A fome é uma decisão política”, Presidente. A gente decidiu politicamente, como país, que a fome voltaria, porque todas as decisões levaram a que os programas que a gente tinha estabelecido fossem reduzidos, para que a população mais carente deste país tivesse menos recurso, menos alimentos, e que a gente chegasse à situação a gente está hoje, com 33 milhões de pessoas. Então esse Parlamento, é claro, ao longo dos últimos anos, precisa fazer uma reflexão



sobre por que isso aconteceu, como nós deixamos acontecer.

Eu queria também dizer, Senador, que a gente precisa nesse momento – e eu tenho ouvido todas as conversas e, como falei, a gente é muito parceiro dos ministérios, ter mais ousadia, Senador. A gente hoje... Quando Betinho era vivo, ele dizia a frase que foi dita acho que pela Senadora: “A maior indignidade do ser humano é a fome”, porque, quando a pessoa está em situação de fome, é porque todos os outros direitos lhe foram negados. E essa é a grande realidade. Não há um país com democracia com fome. Não há. Não existe. Quando você olha os países que estão hoje na América Latina lutando pela democracia, como a Argentina, a Venezuela, uma série de outros países, pode ter certeza de que a questão da miséria e da fome está na raiz dos problemas. A gente precisa compreender que, para haver democracia nesse país de forma pujante, de que as pessoas possam participar, a miséria e a fome têm que estar em primeiro lugar. E essas são as escolhas que nós temos que fazer como Governo, como Parlamento, como sociedade e como setor privado.

Eu acho que, quando a gente olha as nossas escolhas, a primeira coisa é a construção do orçamento. Se na construção do orçamento do ano que vem a fome e a população mais carente não forem a prioridade número um, está tudo errado, porque nós estamos aqui. A gente precisa construir as bases fundamentais para erradicar isso ontem.

A gente lida com famílias na ponta, todos os dias, Senador. Todos os dias, a gente é procurado por famílias no Brasil inteiro pedindo alimento. Vou te dar dois exemplos que são dramáticos, mas que fazem parte da nossa rotina, pois a gente é meio médico e a gente tem que criar uma carapaça para conseguir sobreviver por tudo isso.

Um dos nossos comitês, passeando pela sua comunidade, um senhor o procurou e falou: “Olha, eu queria lhe dizer que hoje eu vou fazer a última refeição com a minha família.” Aí ele ficou com aquilo na cabeça. Ah, decerto ele falou: “Mas o que ele quis dizer com isso?” Ele falou: “Não, deixa eu ir lá na casa dele para entender, mais tarde.” E ele foi à casa dele. Na hora em que ele chegou na casa dele, essa família estava preparando a última refeição de verdade: estava preparando com um veneno para todos da família, porque eles não tinham alimento suficiente para sobreviver. Então, eles iam matar toda a família, eles iam se suicidar porque não aguentavam mais passar uma vida de fome.

Da mesma maneira, quando a gente entrega uma quentinha na ponta, muitas vezes vem uma criança correndo e pega uma quentinha de 800g, olha para aquilo e fala: “essa é a alimentação da minha família, do dia”.

Essa é a realidade que nós estamos vivendo hoje. A gente não pode encarar esse problema com a velocidade que nós estamos encarando. A urgência é muito maior. A gente precisa compreender essa urgência e precisa agir com essa ousadia necessária, que vai desafiar interesses. Vai desafiar interesses, não há como, mas a gente precisa entender que a prioridade tem que ser os 65 milhões de brasileiros que hoje vivem em algum grau de insegurança alimentar. São 60% da população. Como a gente pode aceitar isso?

Quero dizer que esses orçamentos precisam olhar para o PAA, precisam olhar para o Pnae, precisam olhar para a reforma agrária, que tem um orçamento ínfimo este ano, precisam olhar para uma série de outras políticas que são essenciais para a reconstrução deste país, que já se provaram eficientes. Já provaram que são os instrumentos essenciais para a gente resolver a fome no Brasil.

Eu acho que isso é importante e eu acho que, para além de aumento de orçamento, a gente está com orçamento, reforma tributária, a gente tem que, na reforma tributária, olhar para quem precisa, olhar a questão da cesta básica – a Geisy vai ter uma fala sobre isso. Acho que a gente tem que olhar para a produção de alimentos, mas olhar para as escolhas que a gente está fazendo.

Faz sentido? A gente recentemente tentou negociar no Ministério da Fazenda, com o TCU, um incentivo fiscal para organizações da sociedade civil poderem doar alimentos. Existem incentivos fiscais



para N áreas, mas, por incrível que pareça, para doar alimento para o Ação da Cidadania, não há incentivo fiscal. Então, quando a gente foi discutir isso, qual foi o retorno? Não tem recurso, não tem orçamento. Você precisa tirar de algum lugar para outro.

Eu lhe dou vários exemplos de onde tirar: dos agrotóxicos. São elementos que fazem mal para a saúde, na sua grande maioria. O país hoje é o celeiro do mundo dos agrotóxicos rejeitados na Europa e nos Estados Unidos. São bilhões e bilhões de reais em incentivos para agrotóxicos que fazem mal, enquanto 33 milhões de pessoas estão em situação de fome. Então, a gente precisa olhar para esses elementos das escolhas que estamos fazendo. Que produção de alimentos a gente está incentivando?

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO – A gente tem um Plano Safra enorme, de centenas de bilhões de reais aprovados, em que um sexto desse valor vai para a agricultura familiar, que faz o alimento que o senhor e eu comemos.

Enquanto isso – um exemplo – a soja tem um subsídio, uma renúncia fiscal de R\$60 bilhões por ano. Isso é muito mais do que a agricultura familiar está recebendo para produzir o alimento que nós consumimos no nosso dia a dia.

Tem algo errado nessas equações, Senador. A gente está olhando para uma produção que alimenta o mundo com alimentos ultraprocessados, para exportação de soja. Mas quem produz o nosso arroz e feijão? Quem está preocupado com isso? Nós temos que assumir essa ousadia, Senador. Eu tenho certeza de que o senhor vai ser parceiro disso, de olhar e debater isso com seriedade com todos os órgãos de produção de alimentos, para que a gente possa retomar políticas de produção de alimentos para a nossa população brasileira.

Quero fazer um chamamento ao setor privado aqui, ao Rodrigo Segurado, ao João. Eu acho que o momento que o Brasil vive é trágico. Quando o Betinho mobilizou, em 1993, a Ação da Cidadania, foram dezenas de milhões de voluntários. Todo o Governo, setor privado, sociedade civil, se envolveu na luta contra a fome. E o momento agora para o setor privado é uma compreensão de que agora é preciso cortar um pouco na própria carne para ajudar um pouco essa população, porque se essa população voltar a crescer, vocês vão ganhar dinheiro também. O bolo aumenta para todo mundo e você torna o país menos desigual.

Esta frase, João, de que 70% da população ganha menos de dois salários mínimos... Mas quem paga esses salários? O setor privado, é escolha do setor privado pagar dois salários mínimos. Vamos aumentar os salários. Eu sei, é um desafio, é cortar na carne, é a gente entender que a gente precisa fazer esses desafios, entender que o momento é de abrir um pouco mão. Todos nós temos que estar juntos nessa luta.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO – Só quero dizer o seguinte, Presidente e presentes: a gente precisa ter ousadia. Se a gente quer acabar com a fome, essa decisão é uma decisão política. Estamos no lugar certo. Temos um Governo Federal que olha para isso, que está preocupado com isso; temos, com certeza, um Presidente do Senado preocupado com isso, senão não estaria chamando todos nós para este debate; e temos um Parlamento que precisa estar junto disso, independentemente de ideologia. A fome não tem ideologia, a fome é para todo mundo, e a gente precisa estar junto nessa luta.

Por isso eu quero concluir que todos se juntem a essa luta, que entendam as suas responsabilidades e que partam, com ousadia, a partir de amanhã, para decidir os rumos deste país, o futuro das nossas gerações, porque são as crianças que mais sofrem. Uma criança de zero a seis anos que não se alimenta tem a chaga da fome para o resto da vida. Os engenheiros, os astronautas, os médicos, os professores do



futuro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO – ... estão sendo jogados pelo ralo, porque simplesmente não têm alimentação suficiente e não se desenvolvem corretamente ou morrem, e isso a gente não pode aceitar.

Por isso, eu queria muito agradecer, mais uma vez, o chamamento. Ressalto a importância de a gente poder falar, expressar, dizer que estamos aqui para dialogar, para trazer a sociedade civil para dialogar com o setor privado, com o Governo, com o Parlamento, para tentar achar soluções que, de fato, mexam um ponteiro para que a gente possa ser, de novo, referência no mundo no combate à fome.

Muito obrigado, Senador, presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu cumprimento o Rodrigo Fernandes Afonso, que é Diretor-Executivo da Ação da Cidadania, pelo seu belo e contundente pronunciamento, que nos insta, de fato, a uma reflexão importante de união em torno desse tema. É muito importante o seu pronunciamento. Que ele sirva para que aqueles que aqui estão hoje a debater esse tema da fome possam manter, permanentemente, a partir de hoje, esse diálogo propositivo e pragmático do que precisa ser feito, em termos legislativos e do que couber ao Senado Federal, para que esse problema seja enfrentado com qualidade e solução.

Muito obrigado, Rodrigo, pelo seu pronunciamento e chamamento.

Eu passo a palavra à última convidada de hoje, que é Geyze Diniz, fundadora e Presidente do movimento Pacto Contra a Fome. Tem a palavra, Geyze. (*Palmas.*)

A SRA. GEYZE DINIZ (Para discursar.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente do Senado Rodrigo Pacheco. Na sua pessoa, eu cumprimento todas as autoridades – os Parlamentares aqui presentes, os Ministros que por aqui passaram, os Senadores e as Senadoras – e todos que estão nos assistindo.

Eu quero muito agradecer, Senador Rodrigo Pacheco, pelo convite e por esta oportunidade de ter aberto este espaço para essa troca. É uma honra estar aqui representando o Pacto Contra a Fome para debater um tema que é tão caro a nós, como foi dito por todos os meus colegas aqui, que é o combate à fome e a redução do desperdício de alimentos.

Dito isso, eu também venho aqui para trazer um outro assunto, que é peça fundamental nessa discussão e que é tão atual neste momento, que é falarmos aqui sobre a cesta básica, uma cesta básica adequada para este momento de vida em que estamos.

Eu gostaria rapidamente de me apresentar. Eu sou Geyze Diniz, eu sou empresária, sou mãe, sou esposa, economista, trabalhei no varejo por mais de 15 anos. Eu sou conselheira de várias empresas, em vários setores, entre eles, no setor cultural, no setor de educação, mas ultimamente o que mais tem brilhado os meus olhos é trabalhar nessa questão do combate à fome.

Por que eu estou aqui? Eu venho aqui como uma cidadã brasileira, inconformada por estarmos, em 2023, nesta situação. Eu fico me questionando onde estamos e o que estamos fazendo, ou melhor, o que nós não estamos fazendo enquanto cidadãos.

Como o Kiko Afonso falou aqui, é uma vergonha nós sermos brasileiros e ainda termos fome, num país abundante, rico, que produz, que tem o alimento, e, ao mesmo tempo, tem mais de 30 milhões de brasileiros que passam fome todos os dias – e o pior, ainda a gente joga comida no lixo; quem mais come é a boca do lixo. Nós desperdiçamos oito vezes o que seria suficiente para alimentar essa população que tem fome.

Se a gente pensar em relação ao combate à fome, nós só precisamos ser uma vez eficientes, para



fazer essa transferência do que sobra para onde falta; e aqui a gente teve algumas ideias de como fazer isso. Caminhos existem.

Por outro lado, a gente desperdiça essas outras sete vezes o que seria suficiente, e isso aqui está indo para o meio ambiente. Tem muita emissão de gases de efeito estufa nesse desperdício da alimentação, nesses alimentos que estão indo para aterro sanitário, para os lixões ou até para incineração. Isso aqui é um outro ponto importante também que a gente precisa olhar.

O meu envolvimento com a questão do combate à fome veio na pandemia, quando eu me envolvi em dois movimentos em que, juntos, cocriados com a sociedade civil também, a gente arrecadou o suficiente a 5 milhões de cestas básicas distribuídas pelo Brasil.

Naquele momento eu percebi que, quando a gente se junta, a capilaridade é muito maior; e isso aqui me fez questionar o que é fome no Brasil, porque, naquele momento da pandemia, o assistencialismo era fundamental, entregar aquelas cestas era importante, mas o que era fome? Ao mesmo tempo, o que era o desperdício de alimentos na cadeia, olhando do agronegócio, passando por todos os setores até chegar na mesa de casa?

Foi então que nós chamamos uma consultoria, que fez um estudo e que mostrou, que nos trouxe – o estudo é mais profundo do que eu vou falar agora – esses dados de 33 milhões de brasileiros. Esse desperdício de oito vezes é, no mínimo, imoral que a gente aceite.

Aí um grupo de 40 cofundadores lançou o Pacto contra a Fome. O que é o Pacto contra a Fome? Ele é um movimento da sociedade civil para atuar junto a governos no combate à fome e na redução do desperdício de alimentos. Nós somos multissetoriais, suprapartidários, suprarreligiosos, supraconcorrenciais, porque a fome está acima de tudo.

Nós temos duas grandes metas: em 2030, nenhuma pessoa no Brasil com fome, alinhada às ODSs; em 2040, todas bem alimentadas. Aqui a gente está falando de questões nutricionais. Como muito foi dito, não adianta sairmos do Mapa da Fome da ONU se nós não olharmos para a qualidade dessa alimentação que a gente está entregando. Se nós queremos um país desenvolvido e pleno, uma alimentação saudável e nutricional, na primeira infância principalmente, é fundamental para o desenvolvimento do nosso país.

Nós queremos muito reconhecer todo mundo que já passou e todo mundo que atua nessa questão do combate à fome. A gente tem um exemplo aqui muito rico: Betinho. São 30 anos de história. Eu, realmente, acho que ele está incomodado, estaria muito incomodado com isso, e a gente honra, aqui, em nome dele, essa nossa ineficiência enquanto cidadãos brasileiros em qualquer que seja o lugar onde a gente atua.

Então, eu quero aqui reconhecer o papel de cada uma dessas instituições, desses cidadãos, de todo mundo que atua ou já atuou, da academia, que estuda, e, principalmente, do Governo. Nesse papel fundamental, o Governo é o grande alicerce de atuação, é o grande motor. Nós, enquanto sociedade civil, representados, podemos nos juntar todos – porque esse é o objetivo e a gente vai dar força –, mas é o Governo que tem a caneta para fazer as grandes mudanças, para, de fato, a gente, de uma vez por todas, resolver essa questão. É um querer. Se a gente quiser, a gente vai conseguir. Então, depende de nós.

Eu não posso deixar de citar que o que o pacto faz é trabalhar muito na construção de alicerces, através de dados, de tecnologias, de incentivo a políticas públicas e de articulação, trazendo todos os setores para a mesma mesa.

Até agora, a gente tem visto que esse trabalho tem surtido muito efeito quando a gente vê os parceiros que a gente tem. Então, quer sejam parceiros de instituições governamentais, como ONU, FAO e Unesco, muito presentes aqui com a gente, mas também da iniciativa privada, como Google, Accenture e mais e tantos outros que estão presentes, não vou citar todos... Hoje, a gente já tem mais de mil iniciativas, Presidente, na nossa plataforma, que é um *hub* de iniciativas, iniciativas essas que atuam no combate à



fome, redução do desperdício de alimentos ou segurança alimentar. Elas já estão na nossa plataforma com pleno acesso a todos.

Agora, eu quero fazer aqui um pleito. Esse pleito é que nós estamos aqui hoje para trazer uma discussão de uma nova cesta básica que inclua alimentos saudáveis, nutritivos e que respeite a diversidade regional e cultural do nosso país. Se nós queremos chegar, em 2040, com todas as pessoas bem alimentadas, a hora é agora. Nós não podemos perder essa oportunidade.

A cesta básica já vem sendo tratada, na reforma tributária, principalmente em torno da sua tributação. Aqui queremos parabenizar o Congresso, na pessoa do Senador Eduardo Braga, Relator da matéria, pelo trabalho e debate que vem realizando. Mas nós estamos diante de uma grande oportunidade de aprimorar o texto proposto no art. 8º da PEC 45, de 2019, para que a composição da cesta básica nacional considere a diversidade regional e cultural da alimentação do nosso país e promova uma alimentação nutricionalmente adequada e saudável.

Senhoras e senhores, eu gostaria de reforçar o nosso pleito. O Brasil é um país de dimensões continentais com uma grande variedade de cultura e ecossistemas, por isso a importância de considerar essa alimentação regional. Se quisermos ser um país bem desenvolvido, temos que promover alimentação saudável, daí a importância da qualidade nutricional.

E nós não somos os únicos que acreditamos nessa nova cesta básica. A Emenda 422, proposta pelo Sr. Senador Marcelo Castro, corrobora com a nossa opinião. Organizações e instituições de peso, como a Ação da Cidadania, a Fiesp, Banco de Alimentos, Comida do Amanhã e Gastromotiva, também são alguns dos parceiros nessa causa.

E por que o Brasil precisa de uma nova cesta? A verdade é que o brasileiro se alimenta muito mal e isso custa caro. Segundo uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em 2021, apenas 22% da população consome a quantidade ideal de frutas e hortaliças recomendada pela Organização Mundial de Saúde. Isso é mais grave ainda nas populações mais vulneráveis.

A má alimentação também gera um custo altíssimo para o Estado. Um estudo feito pela Unifesp revela que, só em 2018, o SUS gastou mais de R\$3 bilhões no tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, que estão altamente associadas à má alimentação. Eu estou falando de R\$3 bilhões!

Todo esse compilado técnico está à disposição dos senhores em uma nota técnica realizada pelo Pacto Contra a Fome.

E por que isso precisa ser definido agora, antes da lei complementar? A alimentação é um direito fundamental previsto em nossa Constituição Federal desde 2010. A cesta básica é tão essencial para garantir uma alimentação adequada para a população brasileira que merece ter suas premissas definidas ainda em PEC. Isso assegura que os parâmetros estabelecidos agora sejam respeitados quando os itens da cesta forem decididos posteriormente numa lei complementar e, depois, na esfera estadual.

Ao estabelecer uma nova cesta básica que inclua alimentos saudáveis e nutricionalmente adequados e que respeite a diversidade regional e cultural, nós não estaremos beneficiando só a população com fome, mas, sim, o país como um todo. A cesta regionalizada, com alimentos frescos e saudáveis, tem potencial de gerar mercados locais numa ordem de até R\$86 bilhões em receitas.

Além do potencial de geração de mercado, nós estamos falando em promover um ciclo virtuoso de desenvolvimento social e econômico no Brasil. Estudos mostram que, ao alimentar bem a nossa população, em especial as nossas crianças, nós só temos a ganhar como nação.

É por isso que precisamos alterar o art. 8º da PEC 45, de 2019, para que a composição da cesta básica nacional considere a diversidade regional e cultural da alimentação do país e promova uma alimentação



nutricionalmente adequada e saudável.

Eu espero ter dividido com os senhores e senhoras a urgência que nos assola.

Sr. Presidente do Senado Federal, Sr. Senador Rodrigo Pacheco, muito obrigada por esta oportunidade e pelo convite para estar aqui.

Eu deixo aqui um convite aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, aos Parlamentares e a todos aqui presentes, antes de mais nada, cidadãos brasileiros assim como eu: nós temos uma grande oportunidade em nossas mãos de contribuir de maneira efetiva para a erradicação da fome no Brasil, só basta querermos, e esse é um caminho direcionado, é olhar agora para essa composição da nova cesta básica.

Muito obrigada. Eu agradeço a todos esta oportunidade. (*Palmas.*)

E quanto mais juntos estivermos, mais certo a gente sairá dessa situação.

Sozinho, o Governo não vai resolver; sozinho, o setor privado não vai resolver...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GEYZE DINIZ – ... sozinha, a Embrapa não vai resolver; sozinha, a academia não vai resolver, o terceiro setor, que está atuando, não vai resolver. Nós só vamos resolver essa questão, primeiro, se nós quisermos e se nós atuarmos, porém juntos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu agradeço à Geyze Diniz, Fundadora e Presidente do movimento Pacto contra a Fome, pelo seu importante pronunciamento, na linha do que já havíamos conversado, quando inclusive tivemos a ideia da realização desta sessão de debates.

Eu considero que nós tivemos um produtivo dia de trabalho, diversas ideias foram lançadas, propostas concretas em torno desse tema...

Tivemos a honra da presença de dois Ministros de Estado, Ministro Wellington Dias e Ministro Paulo Teixeira; também dos representantes do Ministério da Pesca e do Ministério da Agricultura, das representantes que aqui se pronunciaram; do Prefeito João Marcelo, que trouxe uma experiência do seu município que pode ganhar grande escala em outros municípios da Federação; também a participação do setor produtivo, da associação das CEASAs do Brasil, da associação dos supermercados; da Embrapa, que é uma referência nacional na agricultura e na pecuária; também da indústria de alimentos, da associação aqui representada pelo João Dornellas; e da sociedade civil, com pronunciamento do Rodrigo Fernandes Afonso e da Geyze Diniz, externando, num tom muito elegante, mas também com contornos de indignação, por que nós não conseguimos resolver esse problema.

Eu queria propor a todos que aqui estiveram, especialmente esses convidados que aqui estiveram, que pudéssemos lançar mão, de forma prática, compilada e didática, do que precisa ser feito para contribuirmos com o Governo Federal, que, de fato, reúne as condições de exercer a liderança nesse caminho de combate contra a fome, mas do que precisa ser feito nesse intuito e nessa empreitada, tendo, cada um dos senhores e cada uma das senhoras, a compreensão de que o Senado Federal brasileiro, que no próximo ano completará 200 anos de história, tem como compromisso principal isto, a dignidade da pessoa humana, que é um fundamento da República, e a dignidade da pessoa humana passa prioritariamente pelo combate à fome, ela ter condições de viver e de exercer o seu direito, de não passar fome. Isso é o mínimo que nós podemos fazer.

Então, eu queria colocar o Senado Federal à disposição como um palco propício de formatação de políticas, de leis, de ideias em torno desse tema. E que possamos lançar, eventualmente, a partir desta sessão de debates, uma carta aberta, uma carta de proposição, de contribuição com o Governo Federal, do que precisa ser feito para nós erradicarmos a fome no Brasil. Quais as leis que existem, como elas precisam



ser modernizadas, que tipos de situações ainda não estão contempladas na legislação, eventualmente, que tipo de legislação precisa ser suprimida.

Então, esse contorno prático do que precisa ser feito, eu gostaria muito de propor e instá-los a isso, porque o Senado Federal, que hoje trata aqui da fome, mas em instantes tratará de outros temas, é o palco de todas as questões nacionais.

Eu gostaria de aprofundar nisso, e o aprofundamento pressupõe o envolvimento do Prefeito municipal, da sociedade civil organizada, da Embrapa, do setor produtivo, dos ministros de Estado, para que possamos dar andamento ao que nós discutimos hoje, repito, em termos práticos.

O que a sociedade espera de nós obviamente é o discurso, é a ideia, a definição de parâmetros e de paradigmas, mas ela exige solução. E, de fato, acho que passou da hora de nós termos solução para esse problema no Brasil.

Se há desperdício, vamos acabar com o desperdício; se há um problema na validade dos alimentos, que, com a rigidez, às vezes, da data, se faz com que haja esse desperdício, vamos buscar corrigir esse problema. Vamos identificar as políticas que existem nas CEASAs do Brasil, que existem nos municípios do Brasil, que possam servir de parâmetro para outros municípios, e assim sucessivamente.

Certamente, em algum lugar do Brasil, como há em Nova Lima, há uma experiência bem-sucedida.

O Brasil precisa aprender com o próprio Brasil, porque há lugares, no Brasil, em que isso está sendo bem sucedido. E ganhar escala em torno desse tema.

Então, eu quero agradecer muito, muito mesmo a cada uma das senhoras e dos senhores que aqui estiveram conosco a se pronunciar a respeito desse tema, agradecer a presença, em razão de um convite que fiz para a realização desta sessão de debates.

Como Presidente, eu não sou autor de tantos requerimentos dessa natureza. Normalmente, são requerimentos feitos por Senadores e Senadoras, que presidem inclusive essas sessões de debates. Eu fiz questão de ser o autor desse requerimento, eu fiz questão de presidir toda esta sessão, do início ao fim, eu fiz questão de ouvir cada um dos senhores e eu faço questão de que, desta sessão de debates, nós tenhamos algo concreto a entregar ao Brasil no combate à fome e no combate ao desperdício de alimentos.

A Presidência do Senado e a Presidência do Congresso Nacional, engajada e com esse intuito, a partir das informações que cada um dos senhores e das senhoras propiciarião à Presidência do Poder Legislativo nacional, é um bom caminho para nós conseguirmos cumprir essa nossa meta.

Muito obrigado a todos.

Cumprida a finalidade desta sessão de debates temáticos, a Presidência declara o seu encerramento.
(*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 32 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação



Ofício do Senador Esperidião Amin por meio do qual comunica que não participará da visita técnica à empresa Kapsch TrafficCom, no Chile, no dia 23 de outubro de 2023, conforme aprovado no Requerimento nº 552, de 2023.

O ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

OF.I. GSEAMI nº 080/2023

Brasília, 18 de outubro de 2023.

À Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
BRASILIA – DF

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos e me referindo ao **Ofício nº 0973.2023, de 29 de setembro de 2023**, dessa Presidência (Processo Sigad nº 00200.017396/2023-72), que autoriza minha participação em visita técnica à empresa Kapsch TrafficCom, no Chile, no dia 23 do corrente mês; informo a Vossa Excelência que em virtude dos grandes danos e transtornos causados pelas chuvas em Santa Catarina, decidi adiar a viagem para data a ser definida.

Solicito a Vossa Excelência que, por gentileza, determine aos setores competentes da Casa, as providências necessárias para a transferência das datas colocando o meu Gabinete a inteira disposição para atender o que for necessário.

Cordialmente,

ESPERIDIÃO AMIN
Senador da República



Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
Brasília – DF
13-6446

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º andar Ed. Mapil – Centro
CEP 88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48) 3222-4100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F39597E000587D6D.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 806394580058CE7F.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Deferimento



Foi apresentado Requerimento nº 934, de 2023, do Senador Marcos Rogério, de retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 933, de 2023.

A Presidência defere o Requerimento, e encaminha o Requerimento nº 933, de 2023, ao Arquivo.



Mensagem do Presidente da República





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MENSAGEM Nº 525

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, para estabelecer prazo máximo para análise de proposta de Processo Produtivo Básico (PPB).”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 14.697, de 11 de outubro de 2023.

Brasília, 11 de outubro de 2023.



Mensagem da Presidência da República

Nº 525, de 2023, na origem, que restitui autógrafo do texto aprovado do Projeto de Lei nº 1.077, de 2019, sancionado e convertido na Lei nº 14.697 de 11 de outubro de 2023.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 5087, DE 2023

Concede ao município de Morretes, no estado do Paraná, o título de Berço Nacional do Montanhismo.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (PSB/PR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5087/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

SF/23179.33417-03

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Concede ao município de Morretes, no estado do Paraná, o título de Berço Nacional do Montanhismo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica concedido ao município de Morretes, no estado do Paraná, o título de Berço Nacional do Montanhismo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O montanhismo consiste em atividade que atrai aventureiros e amantes da natureza em todo o mundo, e a cidade de Morretes, localizada no estado do Paraná, é um destino que oferece uma relação especial com essa prática. Com suas montanhas imponentes e paisagens exuberantes, Morretes se destaca como um local ideal para a prática dessa atividade.

Localizada na região litorânea do estado do Paraná, a bela e charmosa Morretes tem forte herança colonial e atrai milhares de turistas em busca de aventuras, descanso, clima agradável e boa gastronomia. A cidade está situada na Serra do Mar, cercada por montanhas cobertas por uma vegetação exuberante, proporcionando grande variedade de trilhas e picos desafiadores que atraem montanhistas de todas as partes.

Além da geografia, a cultura local também contribui para a relação entre o montanhismo e Morretes. A cidade preserva tradições históricas e culturais que encantam os visitantes. Após uma aventura nas montanhas, os montanhistas podem explorar o centro histórico de Morretes, com suas casas coloniais bem preservadas e uma rica culinária típica, que inclui o famoso barreado e a cachaça de banana. Essa fusão entre a adrenalina das trilhas e a cultura local proporciona uma experiência única.

1



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabs. 2 e 3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900

Assinado eletronicamente por Sen. Flávio Arns Fone: (61) 3303-6301 — sen.flavioarns@senado.leg.br

Avulso do PL 5087/2023 [2 de 3]

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8331620250>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

SF/23179.33417-03

A região de Morretes abriga ainda o Parque Estadual Pico do Marumbi, verdadeiro paraíso para os escaladores e montanhistas. Com seus picos imponentes, como o Olimpo e o Abrolhos, oferece trilhas desafiadoras e paisagens de tirar o fôlego. A escalada desses picos exige habilidades técnicas e é uma aventura recompensadora, proporcionando vistas panorâmicas espetaculares da região.

Foi na região de Morretes o primeiro registro histórico de atividade de montanhismo no Brasil, há cerca de um século e meio. No ano de 1879, Joaquim Olímpio de Miranda organizou expedição para se alcançar o ponto mais alto da região, o Marumbi, no que foi considerada a primeira equipe de montanhismo da história do nosso país. O cume do conjunto Marumbi foi chamado de Olimpo, em homenagem àquele expedicionário.

Morretes é também o ponto de partida para a famosa descida da Serra do Mar de trem, uma experiência inesquecível que oferece vistas espetaculares das montanhas e da mata atlântica. Para os montanhistas, essa jornada de trem acaba sendo um complemento emocionante para suas aventuras nas montanhas. Inclusive, Waldemar Niclevicz, famoso alpinista brasileiro, natural de Foz do Iguaçu/PR, teve sua trajetória profissional iniciada justamente nessa região montanhosa da Serra do Mar. Ele foi o primeiro brasileiro a escalar o Monte Everest, o K2 e os Sete Cumes. Escreveu cinco livros em que registrou as experiências vividas pelo mundo das escaladas, e recebeu diversas honrarias, sempre atento às primeiras aventuras realizadas no Parque Nacional do Marumbi, berço incontestável do montanhismo brasileiro.

Por fim, interessante mencionar que a preservação ambiental é uma preocupação fundamental em Morretes, e os montanhistas que visitam a região muitas vezes se envolvem em atividades de conservação, como a limpeza de trilhas e a conscientização sobre a importância da preservação da natureza. Essa interação entre os montanhistas e a comunidade local contribui para o desenvolvimento sustentável da região.

Pelas razões expostas, não restam dúvidas de que o município de Morretes, no estado do Paraná, merece consagrarse como o Berço Nacional do Montanhismo. Pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO ARNS

PSB/PR

2



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabs. 2 e 3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900

Assinado eletronicamente por Sen. Flávio Arns Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Avulso do PL 5087/2023 [3 de 3]

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8331620250>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 5089, DE 2023

Revogam-se o Capítulo II (Dos Crimes contra as Instituições Democráticas), o Capítulo III (Dos Crimes contra o Funcionamento das Instituições Democráticas no Processo Eleitoral) e Capítulo IV (Dos crimes contra o Funcionamento dos Serviços Essenciais) do Título XII (Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito) da Parte Especial do Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5089/2023 [1 de 15]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Revogam-se o Capítulo II (Dos Crimes contra as Instituições Democráticas), o Capítulo III (Dos Crimes contra o Funcionamento das Instituições Democráticas no Processo Eleitoral) e Capítulo IV (Dos crimes contra o Funcionamento dos Serviços Essenciais) do Título XII (Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito) da Parte Especial do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam revogados o Capítulo II (Dos Crimes contra as Instituições Democráticas), o Capítulo III (Dos Crimes contra o Funcionamento das Instituições Democráticas no Processo Eleitoral) e Capítulo IV (Dos crimes contra o Funcionamento dos Serviços Essenciais) do Título XII (Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito) da Parte Especial do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [2 de 15]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

JUSTIFICAÇÃO

A vetusta Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), constituiu um dos últimos diplomas normativos do acervo que caracteriza o chamado “entulho autoritário”, que a ditadura militar iniciada em 1964 nos legou. Essa Lei – é preciso reconhecer, diga-se! – revelou-se bem mais branda do que as que a precederam, mas nela continuam presentes resquícios, traduzidos em regras punitivas, da famigerada doutrina de segurança nacional, que, numa linguagem belicista, identificava críticos e opositores ao regime autoritário com a figura do “inimigo interno”.

Mesmo depois da retomada da democracia, a Lei de Segurança Nacional permaneceu, nas primeiras décadas de vigência da Constituição de 1988, quase que esquecida, com sua aplicação limitada a casos como os que envolviam a introdução ilegal, em território nacional, de armamento privativo das Forças Armadas. No entanto, numa reação oportunista e desmesurada, esse quadro se modificou nos últimos anos, para o crescente uso e invocação da Lei; mas com um objetivo perverso: o de punir manifestações críticas ao governante de plantão e de calar adversários políticos.

Curiosamente, já à época da edição da Lei nº 7.170, de 1983, o grande penalista Heleno Fragoso observava: *a quase totalidade dos processos movidos com base na lei de segurança, depois da revogação do Ato Institucional nº 5, refere-se a crimes de manifestação do pensamento* (A nova Lei de Segurança Nacional. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*, n.º 35, Ed. Forense, Rio de Janeiro, jan/jun. 1983, p. 60-69). Com isso, apontava para a tendência de os regimes de inclinação autoritária se valerem de leis penais rigorosas com o escopo de calar opositores políticos.

Retornando aos tempos atuais, verificamos um sensível aumento do número de inquéritos instaurados, especialmente perante o STF1, com base na Lei de Segurança Nacional, a partir de 2019, chegando a

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [3 de 15]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

51 no ano de 2020. Esse número foi de 26 em 2019, 19 em 2018, 5 em 2017, 7 em 2016 e 13 em 2015, conforme levantamento publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 21 de janeiro de 2021. E grande parte deles se refere aos chamados “delitos de opinião”, numa estratégia clara de intimidar e impor o silêncio a jornalistas, políticos, empresários, pessoas comuns do povo e até mesmo a um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Evidentemente, o uso da Lei de Segurança Nacional com esse propósito se afigura incompatível com a Constituição Federal de 1988 e com os contornos amplos que ela deu às liberdades de expressão, de informação e de imprensa (arts. 5º, *caput*, incisos IV, IX e XIV, e 220). Na verdade, no ato de promulgação da nova Carta Política, deveríamos ter considerado a Lei de Segurança Nacional não recepcionada e, portanto, alijada do nosso ordenamento jurídico, por incompatibilidade com os princípios das liberdades de expressão, de informação e de imprensa.

A existência, na antiga Lei de Segurança Nacional, de normas inconciliáveis com a Carta Política não deve levar, porém, à conclusão de que seja inconstitucional toda e qualquer norma incriminadora de condutas que desafiam as instituições estatais ou a ordem constitucional. Muito ao contrário disso, é a própria Carta de 1988 que, em seu art. 5º, *caput*, incisos XLIII e XLIV, estabelece um regime punitivo mais severo para crimes como o terrorismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, vedando, também, em seu art. 17, § 4º, que os partidos políticos utilizem organização paramilitar.

A tolerância é pressuposto de qualquer sociedade democrática. Entretanto, até para a tolerância devem ser fixados limites. Como observou o filósofo Karl Popper ao enunciar seu famoso paradoxo, quando se assegura a mais ampla liberdade aos intolerantes para que levem a cabo seus intentos, é a própria tolerância, como ideia diretora de uma sociedade, que se vê ameaçada. Por isso mesmo, um Estado que não disponha de mecanismos efetivos de contenção dos abusos dos intolerantes e de defesa da democracia caminha a passos largos, nos momentos de maior turbulência, na direção de um verdadeiro suicídio institucional.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [4 de 15]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

As nações democráticas se valem de normas penais para coibir tentativas de comprometer a existência soberana da nação ou ainda a tentativa de quebrantar o Estado Democrático de Direito. Normas que se destinam, portanto, a proteger o Estado e suas instituições contra ameaças externas e internas. Em Portugal, o Capítulo I do Título V do Livro II do Código Penal se dedica aos crimes contra a segurança do Estado (arts. 308 a 346), entre os quais figuram os de traição, inteligência com Estado estrangeiro para constranger o Estado português, sabotagem, espionagem, usurpação de autoridade pública portuguesa, alteração violenta do Estado de Direito, incitação à guerra civil, atentado contra o Presidente da República e ofensa à sua honra, coação contra órgãos constitucionais ou perturbação de seu funcionamento.

Na França, os Títulos I e II do Livro IV do Código Penal (arts. 410 a 422) preveem os crimes que constituem atentados aos interesses fundamentais da Nação e o crime de terrorismo. Entre as figuras delitivas previstas estão as de traição, espionagem, sabotagem, atentado, complô, movimento insurreccional, usurpação de comando militar, levantamento de forças armadas e incitação a que as pessoas se armem contra a autoridade do Estado ou contra uma parte da população.

Na Itália, o Título Primeiro do Livro Segundo do Código Penal contempla os crimes contra a personalidade do Estado (arts. 241 a 313), que abrangem, entre outros: atentados contra a integridade, a independência e a unidade do Estado, inteligência com Estado estrangeiro para fins de guerra, sabotagem, espionagem política ou militar, revelação de segredo de Estado, associação destinada a subverter violentamente o ordenamento econômico ou social ou a suprimir violentamente o ordenamento político e jurídico do Estado, associação com a finalidade de terrorismo ou de subversão da ordem democrática, atentado contra a vida do Presidente da República e ofensas contra a sua liberdade ou a sua honra, atentado terrorista ou com a finalidade de subverter a ordem democrática, uso de violência para modificar a Constituição ou a forma de governo, insurreição armada contra os poderes do Estado, guerra civil, usurpação do poder político ou do comando militar,

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [5 de 15]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

ato violento dirigido a impedir os órgãos constitucionais de exercerem suas funções.

Pois bem. A antiga Lei de Segurança Nacional foi revogada pela Lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021, para dispor sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, apesar a experiência estrangeira, a Lei nº 14.197, de 2021, revelou-se um verdadeiro “Cavalo de Tróia” porque passou a ser utilizada para perseguir, acusar, processar, julgar e punir qualquer um que se oponha ou critique o Governo. Para tanto, basta que o Ministério Público ou a Polícia Federal acuse um dos conspiradores de tentar abolir o Estado Democrático de Direito, para que se instaure inquérito policial e se aprisione o indiciado por tempo indeterminado. Nem o elemento objetivo do tipo previsto no art. 359-L do Código Penal, que é o emprego de violência e grave ameaça, para a configuração do tipo penal, se tornou um obstáculo às autoridades investigativas para processar o acusado, pois se entende que o mero proferimento de palavras, opiniões e críticas é motivo suficiente para que se prenda o acusado.

Contudo, não são recentes as violações aos direitos individuais dos opositores do Governo. Para citarmos alguns exemplos, a Constituição de 1988 prevê a imunidade processual, que envolve tanto uma proteção contra a prisão de membro do Poder Legislativo quanto a possibilidade de a Casa à qual pertença sustar o processo criminal contra parlamentar. Especificamente quanto à prisão, dispõe o art. 53, § 2º, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001, verbis:

Art. 53.....

.....
§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [6 de 15]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

Em sua redação original, o art. 53 tratava da prisão de congressista em seus §§ 1º e 3º. Basicamente, a norma se distingua da ora vigente por estabelecer que a votação na Casa Legislativa seria secreta e que o seu plenário decidiria também sobre a autorização, ou não, para a formação de culpa. A supressão da referência à votação secreta não significou um comando para que ela fosse aberta, mas simplesmente a desconstitucionalização da matéria, que poderia ser regulada de um modo ou de outro, pelo regimento interno da Casa legislativa. Esse não foi, contudo, o entendimento do Ministro Edson Fachin, em decisão monocrática de 25 de novembro de 2015, no Mandado de Segurança nº 33.908, que determinou fosse aberta a votação sobre a manutenção da prisão do Senador Delcídio do Amaral.

A prisão do Senador Delcídio do Amaral se deu no âmbito da Ação Cautelar nº 4.039, a pedido do Procurador-Geral da República, por decisão do Ministro Teori Zavascki, proferida em 24 de novembro de 2015 e referendada no dia seguinte pela Segunda Turma do STF. O pedido do Ministério Público foi de decretação da prisão preventiva do parlamentar, sob o argumento de que o parlamentar estava a embaraçar a investigação de organização criminosa, ato inclusive capitulado como crime (art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850, de 2013).

O Ministro Zavascki entendeu que estavam presentes indícios suficientes da existência dos crimes de organização criminosa e de embaraço à investigação de organização criminosa, bem como de sua autoria. Considerou também presentes condições que o art. 312 do Código de Processo Penal exige para justificar prisões preventivas (necessidade de garantir a instrução penal, a ordem pública e obstar a reiteração delitiva). Observou, contudo, que o art. 53, § 2º, da Constituição confere status diferenciado aos parlamentares no tocante à prisão. Sem embargo, assinalou que o crime de organização criminosa é permanente, o que atenderia, no caso, à exigência de flagrante delito para justificar a prisão. E, quanto ao caráter inafiançável do crime, concluiu que, em face do art. 324, *caput*, inciso IV, do Código de Processo Penal, segundo o qual não será concedida fiança

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [7 de 15]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

quando presentes os motivos que autorizam a prisão preventiva, o caso em julgamento se caracterizava pela inafiançabilidade.

Não obstante o apoio das opiniões pública e publicada, a decisão do STF no caso Delcídio recebeu contundentes críticas de parte da doutrina¹. No tocante às condições do art. 53, § 2º, da Constituição, a censura se concentrou na circunstância de que o crime imputado ao Senador não era inafiançável, não se prestando a estabelecer o conceito inafiançabilidade a regra do art. 324, *caput*, inciso IV, do Código de Processo Penal, a qual só tem aplicação quando é possível, em tese, a decretação de prisão preventiva, o que não ocorreria relativamente a membro do Congresso Nacional. Os críticos da decisão também apontaram que, nos termos do art. 5º, *caput*, incisos XLII a XLIV, da Constituição Federal, são considerados crimes inafiançáveis o racismo, a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. Não figurando entre eles os crimes de que o ex-Senador era acusado, estaria ausente um requisito essencial para justificar a prisão do parlamentar. Ainda que se admita a possibilidade de a lei qualificar como inafiançável um crime fora das hipóteses mencionadas na Constituição, o diploma que prevê os crimes de que o Senador era acusado não os qualificava como tal².

¹ Cf.: MOREIRA, Rômulo de Andrade; ROSA, Alexandre Moraes da. Para (não) entender a prisão de um Senador pelo STF. Disponível em <https://empriadodireito.com.br/leitura/para-nao-entender-a-prisao-de-um-senador-pelo-stf>. YAROCHEWSKY. Leonardo Isaac. Erro Supremo. Disponível em <https://empriadodireito.com.br/leitura/erro-supremo>. BADARÓ, Gustavo. O Supremo e a inafiançabilidade ou: por que prenderam o Delcídio? Disponível em <http://www.justificando.com/2015/11/26/o-supremo-e-a-inafiancabilidade-ou-por-que-prenderam-o-delcio/> Acessado em 28 de fevereiro de 2021. MALAN, Diogo. Imunidades parlamentares: aspectos processuais penais. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, v. 24, n. 122, p. 63-91, ago. 2016.

² Cabe registrar que, anteriormente à decisão no caso Delcídio, o STF já havia considerado viável a prisão de parlamentar sem que restasse caracterizada a situação de flagrante de crime inafiançável. Invocando tratar-se de “situação excepcional”, o STF

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [8 de 15]



SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

No caso Daniel Silveira, o Ministro Alexandre de Moraes reputou presente o estado de flagrância pelo fato de o vídeo com a manifestação do Deputado Federal continuar, no momento da decisão, disponível a todos os usuários da *internet*, o que, em sua visão, conferiria caráter permanente à infração. Quanto a ser o crime inafiançável, o Ministro valeu-se do mesmo raciocínio desenvolvido no caso Delcídio, invocando o disposto nos arts. 312 e 324, *caput*, inciso IV, da Código de Processo Penal.

A doutrina se divide na análise da correção da decisão do STF no caso Daniel Silveira. O que se disse anteriormente sobre inafiançabilidade é inteiramente aplicável ao presente caso. Sobre a impossibilidade de se equiparar a situação de inafiançabilidade à qualificação de um determinado crime como inafiançável, já se manifestaram, ao comentar a prisão do Deputado, Alberto Toron, Gustavo Badaró, Aury Lopes Júnior, Janaína Matida, Jacinto Nelson de Miranda, Marcella Mascarenhas Nardelli, Alexandre Moraes da Rosa³. Outros juristas, contudo, que consideraram correta a decisão, ou não tocaram nesse ponto ou invocaram o art. 5º, *caput*, inciso XLIV, da Constituição para concluir que a conduta do Deputado

deixou de reconhecer eficácia ao § 2º do art. 53 da Constituição no HC nº 89.417 (DJ de 15.12.2006) impetrado em favor de um Deputado Estadual de Rondônia, no qual se pleiteava o relaxamento de sua prisão. A Corte entendeu, no caso, que *a norma constitucional que cuida da imunidade parlamentar e da proibição de prisão do membro de órgão legislativo não pode ser tomada em sua literalidade, menos ainda como regra isolada do sistema constitucional. Os princípios determinam a interpretação e aplicação corretas da norma, sempre se considerando os fins a que ela se destina. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, composta de 24 deputados, dos quais, 23 estão indiciados em diversos inquéritos, afirma situação excepcional e, por isso, não se há de aplicar a regra constitucional do art. 53, § 2º, da CF, de forma isolada e insujeita aos princípios fundamentais do sistema jurídico vigente.*

³ Cf. o artigo de Toron e Badaró: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/a-prisao-em-flagrante-e-inafiancavel-do-deputado-daniel-silveira-psl-ri-tem-amparo-legal-nao.shtml>. E também o de Lopes Júnior *et alii*: <https://www.conjur.com.br/2021-fev-26/limite-penal-prisao-deputado-daniel-silveira-paradoxos-processuais>. Acessado em 28 de fevereiro de 2021.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [9 de 15]



SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

constituiria crime inafiançável⁴. Quer-nos parecer, no entanto, que os elementos colacionados na decisão do Ministro Alexandre de Moraes não permitem enquadrar a conduta de Daniel Silveira como ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Já quanto à situação de flagrante delito, cabe verificar, antes de tudo, o que dispõe o Código de Processo Penal sobre a matéria:

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

I - está cometendo a infração penal;

II - acaba de cometê-la;

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Art. 303. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

A caracterização da conduta praticada pelo Deputado como crime permanente recebeu duras críticas de alguns juristas, para quem a manifestação constituiria crime instantâneo, pouco importando se o registro dela permaneceu acessível após o encerramento da fala.

Crime permanente é aquele cuja consumação e, com isso, a ofensa ao bem jurídico se estende no tempo, em razão da vontade do agente, que pode controlar o momento da sua cessação (ex.: sequestro). Crime instantâneo é aquele cuja consumação ocorre em um só instante, sem perdurar no tempo, ainda que, em alguns casos, seus efeitos possam ser

⁴ Cf. o artigo de Marcelo Feller: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/a-prisao-em-flagrante-e-inafiancavel-do-deputado-daniel-silveira-psl-rj-tem-amparo-legal-sim.shtml?ori%E2%80%A6>. Acessado em 28 de fevereiro de 2021.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [10 de 15]



SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

duradouros (o chamado crime instantâneo de efeitos permanentes, de que é exemplo o homicídio).

Ao tratar do crime de ameaça, da incitação ao crime e dos crimes contra a honra (arts. 147, 138 a 140 e 286 do Código Penal), a doutrina salienta que sua consumação se dá num só momento: o instante em que a vítima ou, no caso da incitação ao crime, um número indeterminado de pessoas toma conhecimento da manifestação do agente⁵. Cabe notar que tais crimes podem ser praticados de diferentes formas, inclusive por meio de publicações na imprensa (que ficam disponíveis ao conhecimento público por tempo indeterminado).

Especialmente preocupantes foram as consequências que decorreram da generalização do raciocínio utilizado pelo Ministro Alexandre de Moraes: em tese, a situação de flagrância poderia ser invocada anos após uma declaração considerada delituosa, desde que ela permanecesse disponível na *internet*, possibilitando, inclusive, que a polícia efetuasse prisões nessas circunstâncias⁶, semanas, meses e anos após as declarações. E, como observa Igor de Oliveira Zwicker, em face da tese fixada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 603.616 (DOU de 10.05.2016)⁷, a exegese de que a manutenção de publicações *online* tornaria permanentes crimes como os de que é acusado o Deputado Daniel Silveira possibilitaria,

⁵ A esse respeito, confiram-se diversos manuais de Direito Penal como os de Damásio de Jesus, Júlio Fabbrini Mirabete e Fernando Capez. Celso Delmanto é claro em classificar a ameaça e os crimes contra a honra como crimes instantâneos (*Código Penal Comentado*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991).

⁶ Nesse sentido, o artigo de Daniel Sarmento: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-deputado-o-stf-e-o-guarda-da-esquina-18022021>. Também o já citado artigo de Toron e Badaró. E a entrevista de Conrado Hübner Mendes: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2021/02/os-dilemas-juridicos-e-os-efeitos-politicos-da-prisao-de-daniel-silveira-ouca-podcast.shtml>. Acessado em 28 de fevereiro de 2021.

⁷ *A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados.*

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [11 de 15]



SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

nesse caso, a entrada forçada da polícia em domicílio, sem a expedição anterior de mandado judicial e mesmo no período noturno, numa evidente redução do âmbito protetivo fundamental previsto no art. 5º, *caput*, inciso XI, da Constituição Federal⁸.

Para alguns dos críticos da fundamentação do *decisum*, ainda que não se trate de crime permanente, a flagrância se verificaria pelo fato de a prisão ter ocorrido poucas horas depois da postagem do vídeo na Internet, o que faria incidir a regra do art. 302, *caput*, inciso II, do Código de Processo Penal. Esse foi o posicionamento de Marcelo Feller e Daniel Sarmento. Tal percepção, porém, não parece encontrar respaldo na doutrina processual penal. Consoante Fernando Capez, a expressão “acaba de cometê-la” deve ser interpretada de forma restritiva, no sentido de uma absoluta imediatidade, ou seja, o agente deve ser encontrado imediatamente após o cometimento da infração penal (sem qualquer intervalo de tempo)⁹.

Como visto, do ponto de vista meramente temporal, as violações aos direitos fundamentais não ocorreram de forma abrupta, mas foram lentas e gradualmente sendo aplicadas. Sob o aspecto estratégico, as violações aos direitos fundamentais foram destinadas especialmente aos integrantes do Congresso Nacional, para torná-los reféns do Poder Judiciário e do Executivo. Ao menor deslize, o congressista opositor pode ser considerado criminoso por supostamente tentar abolir o Estado Democrático de Direito. Realmente, o Poder Judiciário se aproveitou da má imagem da população em

⁸ Cf.: <https://www.conjur.com.br/2021-fev-24/zwicker-inviolabilidade-domicilio-daniel-silveira>. Acessado em 28 de fevereiro de 2021.

⁹ CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2021, p. 315. Vicente Greco Filho fala em *imediatidade visual da prática da infração*, para caracterizar as duas primeiras hipóteses do art. 302 do CPP (*Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2012, item 63.1, *ebook*). Na mesma linha, Renato Marcão assevera que o inciso II do art. 302 do CPP cuida de *situação em que o autor da infração penal é visto no momento em que acaba de cometer o delito, e não logo após ou logo depois. Há uma relação de imediatidade e, portanto, uma situação de concomitância entre a conduta praticada pelo infrator e a percepção visual daquele que a seguir irá efetuar sua prisão-captura* (*Prisões cautelares, liberdade provisória e medidas cautelares restritivas*. São Paulo: Saraiva, 2012, item 3.1 do Capítulo “Prisão em flagrante”, *ebook*).

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [12 de 15]



SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23521.76756-76

relação aos políticos para impor sua agenda de dominação, pois sabe que não haverá revolta popular contra a prisão nem de Deputado Federal e muito menos de Senador.

A aliança do Poder Executivo com o Poder Judiciário, o primeiro com dominância das polícias e Forças Armadas, o segundo com a possibilidade de justificar juridicamente qualquer medida judicial contra qualquer pessoa, tornou-se a maior ameaça à democracia brasileira e, especialmente, a maior ameaça ao Poder Legislativo. De fato, o Poder Legislativo e o povo brasileiro se tornaram reféns do Poder Judiciário e do Poder Executivo, pois caso de oponham a medidas autoritária de um ou de outro os acusados serão identificados e presos, levados a julgamentos sumários como já ocorre em relação aos manifestantes de 8 de Janeiro, para sofrer condenações a sanções de dezessete anos de prisão.

No momento, o que podemos fazer para impedir o avanço da tirania é revogar o Capítulo II (Dos Crimes contra as Instituições Democráticas), o Capítulo III (Dos Crimes contra o Funcionamento das Instituições Democráticas no Processo Eleitoral) e Capítulo IV (Dos crimes contra o Funcionamento dos Serviços Essenciais) do Título XII (Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito) da Parte Especial do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), de modo a impedir que o tirano tenha motivo para investigar, processar, julgar e prender alguém por crime de opinião.

No mais, as condutas deixadas no restante do Título XII (Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito) da Parte Especial do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), no projeto foram pensadas tendo por preocupação a preservação da ordem política e social e o Estado Democrático de Direito, com abandono de qualquer alusão a um “inimigo interno” previamente estabelecido.

Então, por promover a necessária atualização de diploma legal essencial para a proteção do Estado, temos que o presente projeto merece ser

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [13 de 15]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

aprovado, sendo nesse sentido o apelo que fazemos aos ilustres Parlamentares.

Sala das Sessões,

SENADOR JORGE SEIF

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2029832742>

Avulso do PL 5089/2023 [14 de 15]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art53_par2
 - cpt
 - cpt_inc11
 - cpt_inc42
 - cpt_inc44
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
- Emenda Constitucional nº 35, de 2001 - EMC-35-2001-12-20 - 35/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2001;35>
- Lei nº 7.170, de 14 de Dezembro de 1983 - Lei de Segurança Nacional - 7170/83
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1983;7170>
- Lei nº 12.850, de 2 de Agosto de 2013 - Lei de Combate ao Crime Organizado (2013);
Lei do Crime Organizado (2013); Lei de Organização Crimiosa (2013) - 12850/13
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12850>
 - art2_par1
- Lei nº 14.197, de 1º de Setembro de 2021 - LEI-14197-2021-09-01 - 14197/21
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14197>

Avulso do PL 5089/2023 [15 de 15]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 5090, DE 2023

Dispõe acerca do regime de teletrabalho e do regime híbrido de jornada de trabalho e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5090/2023 [1 de 12]



PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Dispõe acerca do regime de teletrabalho e do regime híbrido de jornada de trabalho e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho e em regime híbrido de jornada de trabalho observarão o disposto nesta lei.

Art. 2º Para fins desta lei, considera-se:

I – regime de teletrabalho ou trabalho remoto: qualquer forma de trabalho em que a prestação de serviços ocorre fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.

II - regime híbrido de jornada trabalho: a prestação de serviços, com subordinação, ocorre com alternância de períodos de prestação de serviços nas dependências do empregador e fora delas, em domicílio do empregado ou em outros locais que, por sua natureza, não configure trabalho externo.

§ 1º O comparecimento às dependências do empregador, mesmo que de forma habitual, para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou o regime híbrido de jornada de trabalho.

§ 2º O regime de teletrabalho ou trabalho remoto não se confunde nem se equipara à ocupação de operador de telemarketing ou de teleatendimento.



Art. 3º São objetivos do regime de teletrabalho e do regime híbrido de jornada de trabalho:

I – aumentar a produtividade e a qualidade de trabalho dos empregados;

II – promover mecanismos para atrair empregados, motivá-los e comprometê-los com os objetivos da organização;

III – economizar tempo e reduzir custo de deslocamento dos empregados até o local de trabalho;

IV – contribuir para a melhoria de programas socioambientais, com a diminuição de poluentes e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens e serviços disponibilizados para a execução das atividades;

V – proporcionar horários flexíveis, a fim de permitir a conciliação do trabalho e da vida pessoal;

VI – tornar o ambiente de trabalho mais diverso e inclusivo, permitindo que pessoas que possuam condições especiais ou que vivam em áreas remotas tenham acesso a oportunidades de emprego;

VII – estimular o desenvolvimento de talentos, o trabalho criativo e a inovação.

Art. 4º Terão prioridade na realização do regime de teletrabalho e do regime híbrido de jornada de trabalho, os empregados:

I - com deficiência;

II - que tenham filhos, cônjuge ou dependentes econômicos com deficiência;

III - gestantes e lactantes;

IV – com filhos ou criança sob guarda judicial de até quatro anos de idade;



V - com idade superior a 50 anos;

VI – vítimas de violência doméstica ou familiar.

Art. 5º A prestação de serviços no regime de teletrabalho ou no regime híbrido de jornada de trabalho deverão constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará a identificação do estabelecimento da empresa a que está vinculado o empregado.

§ 1º Poderá ser realizada a alteração do regime presencial para o regime de teletrabalho ou híbrido de jornada de trabalho, desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.

§ 2º Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho ou híbrido de jornada de trabalho para o presencial, por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.

§ 3º O empregador não será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, na hipótese de o empregado optar pela realização do regime de teletrabalho ou do regime híbrido de jornada de trabalho fora da localidade prevista no contrato, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

Art. 6º O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou ao regime híbrido de jornada de trabalho poderá prestar serviços por produção ou tarefa ou por jornada de trabalho, estando sujeito ao controle de seu horário no último caso.

Parágrafo único. Na hipótese da prestação de serviços em regime de teletrabalho ou jornada híbrida de trabalho por produção ou tarefa, não se aplicará o disposto no Capítulo II do Título II do Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 7º São deveres dos empregadores, nas relações de emprego em regime de teletrabalho ou em regime híbrido de jornada de trabalho:

I – respeitar a intimidade, o direito de imagem, a privacidade, a segurança pessoal e familiar dos empregados;



II – orientar o empregado quanto às normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à natureza do trabalho a ser realizado;

III – fornecer mecanismos de controle de jornada, se for o caso, e respeitar as jornadas e intervalos, legalmente previstos e contratualmente ajustadas;

IV – respeitar os horários de repouso e descanso, legal e contratualmente ajustados, sendo considerados abusivos ou intimidatórios os contatos e ordens emitidas dentro desses horários, exceto em caso de emergência, devidamente comprovada.

§ 1º Poderá o empregador, mediante acordo entre as Partes, fornecer ou indenizar o empregado pela aquisição e manutenção dos instrumentos, tecnológicos ou não, de trabalho, bem como de outros materiais ou insumos necessários ao desempenho do trabalho, que não integram a remuneração;

§ 2º Poderá o empregador, mediante acordo entre as Partes, pagar as despesas ou indenizar eventuais gastos do empregado com acréscimo em contas de energia elétrica, telefonia ou internet;

§ 3º Os casos mencionados nos incisos I e II deste artigo não integram a remuneração do empregado.

Art. 8º São deveres dos empregados, nas relações de emprego em regime de teletrabalho e em regime híbrido de jornada de trabalho:

I – zelar pela manutenção dos instrumentos de trabalho, tecnológicos ou não, colocados à sua disposição, bem como pelo uso racional dos outros materiais e insumos disponibilizados ou indenizados, conforme acordo entre as Partes, inclusive energia, telefonia e internet;

II – manter segredo dos temas e assuntos que conheça sobre o funcionamento e as atividades da empresa contratante, bem como sobre a situação econômica e lucratividade, entre outros;

III – observar as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à natureza do trabalho a ser realizado;



IV – respeitar o controle de jornada, se for o caso, e respeitar as jornadas e intervalos, legalmente previstos e contratualmente ajustadas;

V – respeitar os horários de repouso e descanso, legal e contratualmente ajustados;

VI – não realizar trabalhos, alheios ou estranhos àqueles previstos expressamente no contrato, durante o horário de expediente ou com uso dos instrumentos fornecidos pelo empregador;

VII — não terceirizar ou envolver terceiros, esposa, filhos ou parentes, em suas atividades contratadas.

Parágrafo único. O empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador.

Art. 9º O empregador deverá promover medidas orientadoras específicas e adequadas para a saúde física do teletrabalho, quanto ao cumprimento da legislação de saúde e segurança do trabalho, inclusive no âmbito do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e do Programa de Gerenciamento de Riscos, ou dos que lhes sucederem.

Art. 10. O empregador efetuará a avaliação do local de teletrabalho, por meio remoto ou com visita presencial, nesse último caso com autorização expressa do empregado para cada visita, quando tal necessidade for identificada na execução dos programas de saúde e segurança do trabalho.

Parágrafo único. A recusa do teletrabalhador às vistorias in loco, apesar da necessidade identificada nos termos do *caput*, implicará a isenção de responsabilidade administrativa ou civil do empregador, em relação às eventuais consequências decorrentes das visitas presenciais não realizadas.

Art. 11. O Empregador e os empregados deverão adotar, conjunta e colaborativamente, medidas que visem à preservação da saúde mental nas modalidades de teletrabalho e jornada híbrida de trabalho.

§ 1º A ausência de resposta do empregado à comunicação feita pelo empregador durante os períodos de descanso não será considerada falta funcional, tendo em vista que o tempo de desconexão é elemento necessário



para a saúde mental do teletrabalhador, salvo em caso de emergência, devidamente comprovada, conforme disposto no artigo 7º, inciso IV.

§ 2º Os empregadores com mais de 50 (cinquenta) empregados deverão manter políticas internas de prevenção, educação e orientação para preservação da saúde mental de seus empregados, dentre elas as seguintes:

I – combate ao cyberbullying, assédio moral virtual, tecnoestresse e vício em tecnologia;

II – orientação dos empregados acerca da moderação do consumo de álcool e de outras substâncias psicoativas;

III – incentivo aos momentos de integração social, presencialmente ou à distância, a fim de minimizar o isolamento dos empregados;

IV – orientação para conciliação das atividades de trabalho com as rotinas domésticas dos empregados;

V – promoção de palestras, treinamentos ou cursos de capacitação voltados à saúde do teletrabalhador, em modo presencial ou virtual, ministrados por profissionais próprios ou mediante contratação específica.

Art. 12. Aos empregados em regime de teletrabalho ou em regime híbrido de jornada de trabalho aplicam-se as disposições previstas na legislação local e nas convenções e nos acordos coletivos de trabalho relativas à base territorial do estabelecimento de lotação do empregado.

§ 1º Os empregados submetidos ao regime de teletrabalho e ao regime híbrido de jornada de trabalho terão o direito de exercer seus direitos coletivos em condições de igualdade em relação aos demais empregados.

§ 2º As empresas e as entidades sindicais deverão disponibilizar meios que facilitem a comunicação dos empregados em teletrabalho com seus representantes e outros empregados.

§ 3º A empresa deverá garantir que os empregados em teletrabalho possam participar efetivamente das atividades organizadas ou convocadas pelo sindicato em defesa dos interesses dos trabalhadores.



§ 4º Negociação coletiva estabelecerá outras condições relativas ao exercício dos direitos coletivos dos empregados nos regimes de teletrabalho e de jornada híbrida de trabalho, tendo em conta as singularidades desta forma de prestação dos serviços.

Art. 13. Considera-se transnacional o teletrabalho quando o empregado estiver em país diverso do qual se localiza o estabelecimento da empresa ao qual esteja vinculado.

§ 1º A Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, não se aplica ao empregado em regime de teletrabalho transnacional, salvo na hipótese de transferência no interesse da empresa na forma do art. 2º da referida lei.

§ 2º No caso de teletrabalho transnacional, aplicar-se-ão as leis do local da prestação de serviços, assim entendido como sendo o local do estabelecimento da empresa ao qual o empregado se encontrar vinculado.

§ 3º Cabe ao empregado, nos casos em que a mudança de país decorrer de sua iniciativa, a regularização de toda a documentação necessária ao ingresso e à permanência no país onde irá residir, inclusive passaporte, vacinas, documentos pessoais e quaisquer outros documentos públicos ou privados que lhe forem exigidos.

§ 4º Na hipótese de alteração do local de trabalho que resulte na impossibilidade material de fruição de benefícios normativos e contratuais, as partes poderão pactuar a substituição destes benefícios por outros equivalentes ou por ajuda de custo de natureza indenizatória, enquanto perdurar a impossibilidade.

§ 5º Na hipótese de contratação de trabalhador estrangeiro para fins de teletrabalho transnacional, caberá ao empregador obter as autorizações cabíveis das autoridades brasileiras competentes.

§ 6º Não haverá distinção de salário e oportunidades de promoção entre os empregados situados no país e os fora dele, se mantidas as funções, cargos e tarefas em igualdade de atribuições, considerando-se estabelecimento empresarial, para os fins do art. 461, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aquele ao qual está vinculado o empregado.



§ 7º Considerar-se-á, no caso de teletrabalho transnacional, as limitações impostas pelo fuso horário, tendo em conta as singularidades desta forma de prestação dos serviços, mas sem prejuízo das condições pactuadas pelas Partes.

Art. 14. Privilegiando a inclusão e educação digital, fica permitida a adoção do regime de teletrabalho e do regime híbrido de jornada de trabalho para os aprendizes e estagiários, desde que previsto no Termo de Compromisso de Estágio ou no Contrato de Aprendizagem, os quais deverão necessariamente se adequar aos parâmetros mínimos estabelecidos nesta lei, bem como na legislação trabalhista geral.

Art. 15. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 651

.....

§ 4º É assegurado ao empregado submetido ao regime de teletrabalho e ao regime híbrido de jornada de trabalho apresentar reclamação no foro do estabelecimento da empresa a que foi vinculado ou no local de sua residência no Brasil.

§ 5º Na hipótese de teletrabalho transnacional, é assegurado ao empregado submetido ao regime de teletrabalho e ao regime híbrido de jornada de trabalho apresentar reclamação no foro do estabelecimento da empresa a que foi vinculado no Brasil.” (NR)

Art. 16. Ficam revogados os artigos 75-A, 75-B, 75-C, 75-D, 75-E, 75-F da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, bem como outros dispositivos em sentido contrário.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O teletrabalho é um termo amplo, que se refere a qualquer forma de trabalho que é realizado à distância, utilizando tecnologias de comunicação e informação. Envolve realizar as atividades laborais fora das instalações



físicas da empresa, podendo ser feito em casa, em locais públicos, em espaços de coworking ou em qualquer lugar que permita ao trabalhador executar suas tarefas remotamente.

Por sua vez, o regime híbrido de trabalho é um modelo no qual os empregados combinam períodos de trabalho presencial nas instalações do empregador com períodos de trabalho fora dessas dependências, geralmente em casa ou em outros locais adequados, como espaços de coworking.

Nesses regimes, os empregados podem desfrutar de uma maior autonomia ao escolherem quando e onde trabalhar, o que pode contribuir para um melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Além disso, a tecnologia desempenha um papel fundamental ao possibilitar a comunicação e a colaboração eficientes entre os membros da equipe, independentemente de sua localização física.

Esses regimes foram amplamente adotados em todo mundo, principalmente devido à pandemia de COVID-19, que acelerou a transição para o trabalho remoto e destacou a viabilidade desse modelo. No entanto, mesmo após a pandemia, muitas empresas estão considerando manter ou adotar esse modelo para oferecer mais flexibilidade aos seus funcionários.

Segundo a Pesquisa de Inovação Semestral 2022 (PINTEC) sobre indicadores temáticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase metade (47,8%) das empresas industriais com 100 ou mais pessoas ocupadas implementou o teletrabalho em pelo menos algum grau em 2022. Na área de administração, no mesmo ano, o teletrabalho foi adotado, em algum grau, por 94,5% das empresas que operaram de forma digitalizada. Desse grupo, quase metade (49,7%) representa empresas com 100 a 249 pessoas ocupadas.

As empresas de maior porte, com 500 ou mais pessoas ocupadas, representaram 27,9% desse total. As áreas de comercialização e desenvolvimento de projetos de produtos, processos e serviços aparecem na sequência com, respectivamente, 85,7% e 71,4% das empresas utilizando teletrabalho em 2022. Em ambos os casos, as empresas com 100 a 249 pessoas ocupadas ainda aparecem em maiores proporções (48,7% e 44,4%, respectivamente).

A menor incidência na adoção do teletrabalho foi identificada na área de produção, onde apenas 38,7% das empresas utilizaram essa modalidade



no ano de 2022. As empresas com 100 a 249 pessoas ocupadas representaram 44,6% desse conjunto, ao passo que as empresas com 500 ou mais pessoas ocupadas representaram 30,5% do total.

Diante desse cenário, é fundamental que o Brasil se empenhe em assegurar a constante evolução de sua regulamentação nacional. A revisão e atualização da legislação em vigor, assim como a melhoria das propostas atualmente em tramitação, têm o potencial de trazer benefícios significativos para os trabalhadores brasileiros, diante da necessidade de estabelecer diretrizes claras e conceitos precisos para evitar a confusão na sociedade e garantir os direitos e deveres de empregadores e trabalhadores.

Uma lei específica garante que os trabalhadores que optam pelo teletrabalho ou pela jornada híbrida tenham seus direitos protegidos, incluindo questões como remuneração, saúde e segurança no trabalho, horas extras, e outros benefícios trabalhistas.

Ademais, a regulamentação pode ajudar a evitar práticas discriminatórias relacionadas ao teletrabalho, garantindo que a escolha de trabalhar remotamente ou hibridamente não resulte em tratamento desigual ou discriminação no local de trabalho.

Portanto, contamos com o apoio dos respectivos Pares para a aprovação da presente proposição legislativa, essencial para a proteção dos interesses de trabalhadores e empregadores que adotam os regimes flexíveis de trabalho, bem como para a promoção de um meio ambiente de trabalho saudável, compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho que regem o Estado Democrático de Direito.

Sala das Sessões,

Liderança do Bloco da Minoria



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

CLT - 5452/43

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

- art75-1
- art75-2
- art75-3
- art75-4
- art75-5
- art75-6
- art461

- Lei nº 7.064, de 6 de Dezembro de 1982 - LEI-7064-1982-12-06 - 7064/82

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1982;7064>

Avulso do PL 5090/2023 [12 de 12]



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 99, DE 2023

Acrescenta § 3º e 4º ao art. 150 do Regimento Interno do Senado Federal, para garantir, em comissão parlamentar de inquérito, o mesmo tempo de leitura do relatório do relator para a leitura de cada um dos relatórios de eventuais votos em separado e para estipular prazo mínimo entre a apresentação de relatório, ainda que parcial, e sua votação pelo colegiado.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Marcos Rogério (PL/RO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 99/2023 [1 de 4]



SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23015.36108-69

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° , DE 2023

Acrescenta § 3º e 4º ao art. 150 do Regimento Interno do Senado Federal, para garantir, em comissão parlamentar de inquérito, o mesmo tempo de leitura do relatório do relator para a leitura de cada um dos relatórios de eventuais votos em separado e para estipular prazo mínimo entre a apresentação de relatório, ainda que parcial, e sua votação pelo colegiado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 150 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 150.

§ 3º O tempo concedido para a leitura do relatório do relator será garantido, em igual monta, para a leitura de cada um dos relatórios de eventuais votos em separado.

§ 4º O prazo mínimo entre a apresentação do relatório, ainda que parcial, e sua votação pela comissão é de 10 (dez) dias.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8712940694>

Avulso do PRS 99/2023 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23015.36108-69

JUSTIFICAÇÃO

Qualquer deliberação adotada por esta casa legislativa exige que se conheçam detalhadamente o conteúdo e as implicações de seu conteúdo. No caso de comissões parlamentares de inquérito (CPI), a complexidade de suas deliberações tem contornos particulares.

O normalmente caudaloso conteúdo probatório e as complexas cadeias de responsabilizações, para as quais se exige haver claras, inequívocas e individuais caracterizações da existência de ato ilícito e de nexo de causalidade entre este e a conduta, dolosa ou culposa, dos indiciados, além de, eventualmente, demonstração e quantificação de dano, demanda dos parlamentares, membros do colegiado, profundas análises, inviáveis de serem realizadas em um par de dias ou horas.

Avaliamos que o prazo mínimo de 10 (dez) dias entre a apresentação de relatório em CPI, ainda que parcial, e sua votação é plenamente razoável e republicano.

Naturalmente, para que se viabilize uma justa avaliação em temas do grau de responsabilidade dos tratados em CPI com o mínimo de seriedade e equilíbrio, deve-se garantir que o tempo concedido para a leitura do relatório do relator seja o mesmo dado para que se leiam cada um dos relatórios de eventuais votos em separado.

Em razão destes argumentos, contamos com o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para a aprovação deste Projeto de Resolução, que inclui os §§ 3º e 4º no art. 150 do Regimento Interno, de forma positivar as práticas referidas acima.

Sala das Sessões,

Senador JORGE SEIF

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8712940694>

Avulso do PRS 99/2023 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>

- art150

Avulso do PRS 99/2023 [4 de 4]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 935, DE 2023

Requer a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 4605/2023.

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 935/2023 [1 de 3]



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

SF/23251.78596-40 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 4605/2023, que “altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição altera a lei que trata sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, para ampliar o rol de locais onde ficará proibida a comercialização de cigarros e demais produtos derivados do tabaco.

Apesar de meritória a proposta do ponto de vista da saúde, a alteração proposta poderá afetar o princípio da liberdade econômica e prejudicar, principalmente, as vendas em pequenos estabelecimentos.

Não se pode esquecer que o setor de tabaco e seus derivados já é altamente regulado, que a comercialização desses produtos já é proibida para menores de idade, assim como toda e qualquer publicidade ligada ao seu consumo. Dessa forma, restringir ainda mais os pontos de venda acabará apenas prejudicando comerciantes de todo o país.

Isto posto, entendemos ser de grande importância a manifestação da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE - sobre o PL 4605/2023.



Assinado eletronicamente por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9910997284>

Avulso do RQS 935/2023 [2 de 3]



Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2023.

**Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)**

SF/23251.78596-40 (LexEdit)



Assinado eletronicamente por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9910997284>

Avulso do RQS 935/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 936, DE 2023

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o dia da Bíblia.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 936/2023 [1 de 2]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

SF/23412.09922-09 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 11/12/2023, a fim de comemorar o dia da Bíblia.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2023.

**Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)**



Assinado eletronicamente por Sen. Zequinha Marinho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4448780196>

Avulso do RQS 936/2023 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 937, DE 2023

Requer voto de solidariedade ao Programa Mais Médicos e aos Médicos Brasileiros Formados no Exterior em razão de campanha difamatória veiculada na mídia.

AUTORIA: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 937/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Alan Rick

REQUERIMENTO N° , DE 2023

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade ao Programa Mais Médicos e aos médicos brasileiros formados no exterior.

JUSTIFICAÇÃO

O Mais Médicos passou a incluir neste ano, com a sanção da Lei 14621/2023 (originada da MP 1165/2023), a avaliação continuada de médicos formados no exterior, durante os primeiros quatro anos no programa. Essa avaliação seriada é supervisionada pelas universidades e professores de medicina, e funciona como uma espécie de “pós-graduação” que facilita a presença de médicos em áreas vulneráveis e isoladas do País, incluindo populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

Essa é uma conquista de extrema importância para os estudantes, porém, mais ainda para a população. São os intercambistas que sustentam o atendimento médico nas regiões mais afastadas do País. São eles que atendem o Brasil profundo, os DSEIs, são os filhos daquela terra e voltam para seus lares, suas cidades, para atender à sua comunidade. Eles não vão estudar medicina no exterior por ser mais fácil. Eles vão porque precisam, porque o custo das universidades de medicina no Brasil se tornou proibitivo.

Além disso, a taxa de desistência é muito menor entre os que se formam no exterior que entre os médicos formados no Brasil. Em um período de três anos, 64%



Assinado eletronicamente por Sen. Alan Rick e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1073677128>

Avulso do RQS 937/2023 [2 de 4]





SF/23699.80461-39

SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Alan Rick

dos profissionais com CRM no Brasil abandonaram o programa, mas apenas 20% dos que estudaram foram desistiram da vaga.

O que vemos é um grande desinteresse dos médicos formados no Brasil em atender os municípios mais pobres, onde ainda existem vazios assistenciais. Em 2022, 1040 municípios ofereceram vagas no programa e chegaram a dezembro sem preencher todas. Um total de 686 cidades abriram vagas para médicos pelo programa e não conseguiram atrair nenhum profissional. De 25 DSEIs que tiveram chamadas, oito não receberam nenhum médico, e sete menos que o ofertado.

E é neste cenário que o Conselho Federal de Medicina – com o apoio dos conselhos regionais – promove mais um ataque contra os profissionais formados no exterior. Uma campanha veiculada nas redes sociais do CFM no dia 14/10/2023 mostra uma comissária de bordo anunciar que o avião será pilotado por “alguém que disse saber pilotar, mas não tem licença de piloto”, e pergunta se “você confiaria sua vida a um profissional não treinado”. O que se segue é o caos, com todos desembarcando às pressas do avião, enquanto um locutor diz que a revalidação do diploma é indispensável para a segurança dos pacientes.

Como já apontamos diversas vezes nas repetidas campanhas dos conselhos contra os médicos intercambistas, este argumento é uma falácia. Os médicos formados no exterior têm treinamento e formação, somente não tiraram a certificação correspondente no Brasil ainda. Uma pessoa que viaja a outro país e é atendida por um médico formado lá não está menos segura que alguém atendido por um médico brasileiro com CRM. Um piloto de voo internacional pode ter sua habilitação emitida por outro país, e ninguém questiona a sua habilidade ou responsabilidade para conduzir a aeronave.

Os médicos brasileiros formados no exterior já cumpriram com todas as exigências acadêmicas e práticas para receberem o diploma, estão habilitados a exercer a atividade no país onde se formaram, e que só vão poder atuar dentro do Programa Mais Médicos, como a lei assim permite. Com regras, com supervisão, com avaliação e



Assinado eletronicamente por Sen. Alan Rick e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1073677128>

Avulso do RQS 937/2023 [3 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Alan Rick

capacitação contínuas durante todo o tempo em que estiverem no programa. Os médicos formados no exterior têm um registro – só não emitido pelos conselhos, mas pelo Ministério da Saúde – e um treinamento prévio obrigatório, o Módulo de Acolhimento e Avaliação. Antes de iniciar as atividades no programa, todo médico formado no exterior – seja brasileiro ou estrangeiro – tem que passar por essa complementação pedagógica com aulas e provas de Língua Portuguesa, doenças tropicais, legislação, funcionamento e atribuições do SUS. Se o profissional reprovar nesse treinamento, ele é desligado do programa.

Além disso, de acordo com as normas do Mais Médicos, a prioridade das vagas é para os médicos formados no Brasil ou os que já passaram pelo Revalida, que têm CRM. Os intercambistas só são chamados onde não houver mais nenhum médico com CRM interessado na vaga. Porque impedir que onde não há sequer um médico com CRM interessado, aquele formado no exterior possa assumir, com supervisão, dentro do programa? Quem perde é a população.

Dessa forma, reafirmamos o nosso apoio aos médicos brasileiros formados no exterior e ao Programa Mais Médicos, registrando nesta casa o nosso voto de solidariedade.

Sala das Sessões,

Senador ALAN RICK



Assinado eletronicamente por Sen. Alan Rick e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1073677128>

Avulso do RQS 937/2023 [4 de 4]



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 29

REQ nº 00577/2023	Irajá	RISF Art. 13	27/09/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00578/2023	Carlos Portinho	RISF Art. 13	26/09/2023	Atividade parlamentar. A ausência do registro da presença ocorreu devido a obstrução realizada nos termos regimentais.
REQ nº 00579/2023	Ana Paula Lobato	RISF Art. 13	De 09/10/2023 a 11/10/2023	Atividade parlamentar.
	Ana Paula Lobato	RISF Art. 13	De 16/10/2023 a 18/10/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00580/2023	Alan Rick	RISF Art. 13	26/09/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00581/2023	Alan Rick	RISF Art. 13	20/09/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00582/2023	Eliziane Gama	RISF Art. 13	26/09/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00583/2023	Eliziane Gama	RISF Art. 13	05/09/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00584/2023	Jaques Wagner	RISF Art. 13	De 23/10/2023 a 26/10/2023	Atividade parlamentar. Participar da 16ª Edição do Los Angeles Brazilian Film Festival (LABRFF), em Los Angeles, EUA.
REQ nº 00585/2023	Rogério Carvalho	RISF Art. 43, I	De 20/09/2023 a 22/09/2023	Licença saúde.
REQ nº 00592/2023	Omar Aziz	RISF Art. 13	05/09/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00594/2023	Lucas Barreto	RISF Art. 13	10/10/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00595/2023	Weverton	RISF Art. 13	19/09/2023	Atividade parlamentar.
	Weverton	RISF Art. 13	26/09/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00596/2023	Flávio Arns	RISF Art. 43, I	04/10/2023 e 05/10/2023	Licença saúde.
REQ nº 00597/2023	Ivete da Silveira	RISF Art. 13	26/09/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00598/2023	Ivete da Silveira	RISF Art. 43, I	27/09/2023 e 28/09/2023	Licença saúde.
REQ nº 00599/2023	Flávio Bolsonaro	RISF Art. 13	De 18/10/2023 a 23/10/2023	Atividade parlamentar. Missão Política ou Cultural de Interesse Parlamentar sem ônus para o Senado Federal, em Montevidéu(Uruguai).
REQ nº 00600/2023	Cid Gomes	RISF Art. 13	03/10/2023 e 04/10/2023	Atividade parlamentar.
	Cid Gomes	RISF Art. 13	10/10/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00602/2023	Davi Alcolumbre	RISF Art. 13	26/09/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00603/2023	Davi Alcolumbre	RISF Art. 13	03/10/2023	Atividade parlamentar.



REQ nº 00604/2023	Davi Alcolumbre	RISF Art. 13	05/09/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00605/2023	Veneziano Vital do Rêgo	RISF Art. 13	03/10/2023	Atividade parlamentar. Missão Política ou Cultural de Interesse Parlamentar em Moscou.
	Veneziano Vital do Rêgo	RISF Art. 13	27/09/2023	Atividade parlamentar. Missão Política ou Cultural de Interesse Parlamentar em Moscou.
REQ nº 00606/2023	Carlos Portinho	RISF Art. 13	17/10/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00608/2023	Renan Calheiros	RISF Art. 13	17/10/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00610/2023	Oriovisto Guimarães	RISF Art. 43, I	De 01/10/2023 a 05/10/2023	Licença saúde.
REQ nº 00611/2023	Daniella Ribeiro	RISF Art. 13	18/10/2023 e 19/10/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00612/2023	Otto Alencar	RISF Art. 13	18/10/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00614/2023	Weverton	RISF Art. 43, II	10/10/2023	Licença Particular.
REQ nº 00615/2023	Weverton	RISF Art. 13	25/10/2023 e 26/10/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00616/2023	Irajá	RISF Art. 13	17/10/2023 e 18/10/2023	Atividade parlamentar.



Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 1

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
REQ nº 00613/2023	Laércio Oliveira	art. 40, § 1º	18/10/2023	CONAHP - Congresso Nacional de Hospitais Privados, em São Paulo.



**REQ
00577/2023**

SF/2370157158-04 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em São Paulo (SP), em 27/09/2023.

Sala das Reuniões, 4 de outubro de 2023.

**Senador Irajá
(PSD - TO)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8245959082>



**REQ
00578/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Portinho

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília-DF, em 26/09/2023, a fim de regularizar a situação do sistema do Senado Federal, conforme justificativa.

JUSTIFICAÇÃO

Recebi e-mail informando que consta, nos registros oficiais do Senado Federal, minha ausência à Sessão deliberativa do dia 26 de setembro de 2023. Ocorre que, no dia 26 de setembro de 2023 estava presente na sessão deliberativa, conforme pode ser comprovada pelas notas taquigráficas, onde consta minhas manifestações e menções feita a minha pessoa por outros parlamentares (link: <https://www.25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/25689>), e pelo vídeo da sessão (link: <https://www.youtube.com/watch?v=J2LdGYi9ia0>).

Observe que me manifestei duas vezes - 17:44 (no vídeo inicia em 1:18:16) e às 18:13 (no vídeo inicia em 1:47:37).

A ausência do registro da presença ocorreu devido a obstrução realizada nos termos regimentais.

Na oportunidade, informo que o termo “obstrução” aparece apenas uma vez no Regimento Interno do Senado Federal (§2º do art. 13), não constando



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7357677814>



no Regimento Interno um procedimento para a realização da obstrução, razão pela qual a presença não foi registrada.

Ademais, visando atender ao comando regimental para efetivação da obstrução, está foi devidamente anunciada por mim, como líder do Partido Liberal, e também pelo líder da oposição no Senado Federal.

Desta feita, resta comprovada minha presença na sessão plenária do Senado Federal do dia 26 de setembro de 2023 e devidamente justificado o não registro da presença, diante da obstrução perpetrada.

Sala das Reuniões, 6 de outubro de 2023.

**Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7357677814>



**REQ
00579/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete Senadora Ana Paula Lobato

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Estados Unidos da América, de 09/10/2023 a 11/10/2023 e de 16/10/2023 a 18/10/2023, em missão cultural de interesse parlamentar.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 07/10/2023 a 18/10/2023.

JUSTIFICAÇÃO

Para tratar de missão cultural de interesse parlamentar.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2023.

**Senadora Ana Paula Lobato
(PSB - MA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Ana Paula Lobato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8094535389>



**REQ
00580/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alan Rick

SF/23341.16972-50 (LexEdit*)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, justificativa de minha ausência no dia 26 de setembro, em razão do deslocamento de retorno da Missão Oficial objeto do Requerimento nº 531/2023

Sala das Sessões, 2 de outubro de 2023.

**Senador Alan Rick
(UNIÃO - AC)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5081381211>



**REQ
00581/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alan Rick

SF/23507.08188-90 (LexEdit*)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art.13 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, justificar a ausência de voto na Sessão Deliberativa Ordinária do dia 20 de setembro de 2023 na qual registrei presença.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 2023.

**Senador Alan Rick
(UNIÃO - AC)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8395114535>



Horário

▼ Texto com revisão

SF/23507.08188-90 (LexEdit*)

18:36 Como eu sempre falo: este aqui tem que ressuscitar quatro vezes para pagar a pena dele. Ah, outro detalhe: está solto. Então, faço R uma pergunta... Esse aqui é réu confessado - réu confessado.

Eu queria falar para vocês também que tem um monte de nomes aqui que estavam de apelido. Tinha "Botafogo" e por aí vai. Esses também serão convocados para a CPI? Eu queria muito que tivesse a CPI da Lava Jato aqui para poder participar também.

Então, eu queria deixar bem claro aqui. Você que é contra a Lava Jato, eu o respeito; mas quem é a favor da Lava Jato, como eu sou a favor da Lava Jato, respeitem-me também, está bom?

Sabe por quê? Sabe por que eu sou a favor da Lava Jato? Porque eu entrei aqui porque eu sou contra a corrupção, contra o desperdício de dinheiro público e contra a covardia com o povo brasileiro.

Quem rouba dinheiro do povo não merece estar como político, não!

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - MG) - O cara que fala que é do povo não rouba dinheiro do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - Obrigado, Senador Cleitinho.

Como último inscrito, Senador Alan.

Senador Alan Rick está à frente, Senador Eduardo Girão.

Senador Alan Rick, por gentileza, V. Exa. convidado está a assumir a tribuna da Casa e tem um prazo regimental de dez minutos, que eu sei que será muito bem utilizado.

Seja bem-vindo.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Para discursar.) - Sr. Presidente Veneziano Vital do Rêgo, minha continência a V. Exa.; meu querido Eduardo Girão, eu tenho certeza de que os temas que nos trazem a esta tribuna hoje são temas que nos unem.

Tenho certeza de que esta Casa não se calará diante de mais uma tentativa infeliz de usurpar a competência do Congresso Nacional, Sr. Presidente. Eu me refiro à decisão da atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Rosa Weber - que vai deixar a Corte no final deste mês, em razão de sua aposentadoria -, de liberar para julgamento a ação que discute a possibilidade - meu caro Senador Girão, defensor da vida - de se descriminalizar o aborto em gestantes com até 12 semanas de gestação, um bebezinho de três meses.

Os autores dessa ação, entre eles o PSOL, pedem que os artigos do Código Penal que tratam do aborto não determinem validade para interrupção da gestação feita até o terceiro mês de gravidez.

Primeiro, eu gostaria de novamente me posicionar contrário a esse absurdo, a essa decisão do Supremo de usurpar a competência do Congresso, uma vez que o STF não é o *locus* institucional competente para fazer esse debate, e, sim, esta Casa e a Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de citar também, Sr. Presidente, o art. 5º da nossa Constituição, que, em seu *caput*, estabelece que há a inviolabilidade do direito à vida, que, no direito penal, se dá a partir da concepção, garantindo o direito ao nascimento.

Senador Girão, um bebê no ventre tem direito à herança. Um bebê no ventre tem garantias civis, garantias jurisdicionais. Imagine não ter a garantia da sua sobrevivência.

O Brasil não pode adotar a cultura da morte. Nós não podemos - e repito, já disse mais de uma vez -: nós não podemos relativizar a vida.

Venho dar a voz àqueles que têm buscado respeito à vida desde a concepção. Venho me dirigir ao povo brasileiro, que, em sua esmagadora maioria, é contrário ao aborto.

O aborto não é a solução para os graves problemas de saúde pública do país. Creio, inclusive, que essa mudança concorre para a piora dos serviços de saúde. O SUS não tem condições de realizar procedimentos cirúrgicos agendados em tempo razoável. Quem precisa do SUS para um procedimento eletivo, Sr. Presidente, sabe a dificuldade que é passar pelo sistema de regulação. Imagine os milhares, talvez - que Deus nos livre desta chaga - os milhões de abortos que estarão nas filas, impactando o serviço de saúde, impedindo cirurgias de pacientes que precisam recuperar sua saúde? Nossa sistema já não comporta as demandas dos serviços básicos da população e ainda querem regularmentar o assassinato de bebês. Essa, por mais dura que seja, é a verdadeira palavra: assassinato. O sangue desses pequeninos inocentes manchará as mãos daqueles que consentirem com essa barbaridade.

18:40 Além da questão de saúde pública, é comprovado que o aborto não é a solução para nenhum problema pessoal ou familiar da mulher, R pelo contrário, é também culpa do homem. Muitas mulheres que chegam à situação dramática de procurar o aborto é porque foram abandonadas pelo marido, pelo namorado, pelo companheiro. Essa também é uma responsabilidade do homem, que, nessa hora, tem que ser homem para assumir o filho. É um atentado contra a saúde física, mental, emocional e espiritual da mulher.

Ao invés de tentarem descriminar o aborto, muito melhor seria que, juntos, uníssemos forças para fortalecer o processo de adoção no Brasil, para simplificarmos os processos de adoção, para garantirmos mais acesso aos métodos contraceptivos, aliás, essa garantia já existe pelo SUS. Mas, principalmente, nós precisamos fortalecer as famílias brasileiras. Quando se fortalece a família, fortalecem-se os valores. Quando se enrijecem as raízes profundas que garantem um laço familiar forte, nós garantimos uma sociedade mais forte.

Então, Sr. Presidente, precisamos dotar o Estado com os meios cabíveis, para que toda criança que nasça sem uma família possa encontrar um lar. É um dever do Congresso, do Executivo e da sociedade. A voz do povo está aqui, no Senado e na Câmara dos Deputados, onde os representantes eleitos pelo voto debatem e tomam as decisões pela população. Temos que pôr um fim nessa interferência do Judiciário! Não dá mais! Quem não tem mandato não pode avançar sobre as pautas que não representam os anseios da nossa sociedade. Isso tem desencadeado uma verdadeira crise institucional neste país. Defendemos a preservação da vida e rejeitamos a prática do aborto.

Sr. Presidente, o senhor conhece o jogador Cristiano Ronaldo? Um dos grandes craques do mundo. Quando a sua mãe, Maria Dolores, descobriu que estava grávida pela quarta vez, procurou um médico para realizar um aborto. Este, porém, respondeu que não havia nenhuma razão física para ela abortar e que esse bebê ainda lhe traria muitas alegrias na vida. Sem a cumplicidade do médico, Dolores tentou outros métodos de aborto que não funcionaram. Por fim, disse que, se a vontade de Deus fosse aquela, que a criança então nascesse e que assim fosse feita a vontade de Deus.



Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick



Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8395114535>



Horário

✓ Texto com revisão

SF/23507.08188-90 (LexEdit*)

18:44 Durante o parto, o mesmo médico que havia lhe orientado, lá atrás, para que não abortasse disse uma frase que ficou para sempre na memória de Dolores: "Olha, com pés como estes, esse bebê vai ser um jogador de futebol". Em outras consultas, o médico, vendo a preocupação da mãe, a animava dizendo: "Mulher, se alegra! Este bebê ainda vai te dar muitas alegrias na sua vida". Cristiano Ronaldo é hoje um dos maiores jogadores de futebol do mundo e, com certeza, trouxe muitas alegrias à D. Dolores.

Outra história que eu gostaria de compartilhar com V. Exa., se me permitir, é a história de uma senhora, de uma jovem chamada Joanne Simpson, 22 anos de idade. Talvez nós não consigamos compreender ou entender quem foi Joanne Simpson. Ela, aos 22 anos de idade, engravidou do namorado, um rapaz sírio, e decidiu colocar aquela criança para adoção. Ela decidiu que não abortaria, mesmo numa situação difícil. Ela escolheu uma família financeiramente capaz de pagar pelos estudos do bebê. Porém, quando os candidatos a pais descobriram que Joanne esperava um menino, desistiram, porque eles queriam uma menina. Então, Joanne, a ponto de dar à luz e sem tempo para procurar uma nova família, acabou concordando em entregar seu filho para um casal humilde. E deste bebê hoje nós conhecemos a história: Steve Jobs. Em entrevista a uma grande rede de TV, ele declarou um dia ser muito grato a Deus por não ter terminado em um aborto.

Então, são histórias, e eu poderia citar muitas outras de brasileiros que talvez nos ouçam ou acompanhem este discurso pelos meios de comunicação desta Casa, mas o aborto nunca será a solução para nada. O Brasil não pode abraçar a causa da morte. O Brasil é um país de cristãos e de pessoas que creem no futuro melhor...

(Soa a campainha.)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) - ... e que enfrentam suas dificuldades e que encaram suas mazelas e as vencem. Que possamos abraçar a vida e possamos fazer valer a vontade da maioria, a voz das ruas, a voz do povo! Deus abençoe o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - Obrigado pela sua participação, Senador Alan Rick.

Senador Rogerio Marinho, antes do Senador Girão?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Fora do microfone.) - O Girão saiu.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - Ah, o Senador Girão se despediu.

Senador Rogerio.

Senador Alan Rick, nossos cumprimentos! Boa noite a V. Exa.!

Senador Rogerio, por gentileza, V. Exa. disporá, porque assim diz o Regimento, não por mim, de dez minutos na tribuna. Seja bem-vindo!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) - Obrigado, nobre Presidente Veneziano, que tem a seu lado o jovem Prefeito de Campina Grande, que honra a história da Paraíba com seus ancestrais, que conviveram conosco aqui, inclusive aqui, no Senado da República. Quero dizer da minha alegria pela sua presença. Seja muito bem-vindo!

Eu peço desculpas a V. Exa. inclusive pelo fato de não estar aqui na hora em que fui chamado pela primeira vez, pois tive que ir ao nosso gabinete, mas é importante esta nossa fala hoje, porque nós tivemos aí um posicionamento importante feito pelo Presidente Lula lá na ONU ontem, com repercussões hoje. Hoje teve um encontro com o Presidente dos Estados Unidos, o Biden. Nesse encontro, nós tivemos as primeiras informações de que o assunto mais importante que foi tratado foi justamente a questão das relações do trabalho.

18:48 E, Presidente, nos chama muito atenção a maneira como há uma insistência em se preservar uma legislação que veio de um documento chamado *Carta del Lavoro*, um documento que foi confeccionado pelo ditador italiano Benito Mussolini, um documento que nós podemos afirmar que é fascista na sua essência, uma palavra tão fácil, que é colocada aqui pelo Partido dos Trabalhadores. Esse documento fascista, Sr. Presidente, permitiu, por sua inspiração, que nós tivéssemos uma verdadeira revolução na questão do direito do trabalho, que foi a Consolidação das Leis do Trabalho, através de um decreto do Presidente da República, e não de uma lei aprovada pelo Parlamento, em 1943. O mundo mudou.

Em 1943, não tinha, Sr. Presidente, internet; não tinha carro elétrico; não tinha a revolução que ocorreu nas vacinas, na biomedicina; tantas mudanças, eu diria assim, drásticas que ocorreram na história da humanidade, e o Presidente Lula e o PT continuam a olhar pelo retrovisor e para o passado, um passado anacrônico, que não nos serve mais - como diria o poeta -, querendo inclusive aprisionar esse mundo novo da tecnologia com a mesma roupação daquelas que vestiram essa indumentária, Sr. Prefeito, quase 80 anos atrás. Nós vivemos na era da tecnologia, na era da flexibilidade, da inovação. É necessário, sim, preservar a integridade física, a segurança dos trabalhadores, mas não é possível, não é defensável, não é racional querermos que todo o conjunto de trabalhadores no mundo inteiro tenham a mesma estrutura de 1943, de inspiração fascista, que é uma palavra que parece que soa tão bem na boca do Partido dos Trabalhadores.

Recentemente, Sr. Presidente, houve uma pesquisa de opinião em relação aos operadores de aplicativos. Mais de 70% daquela categoria diz que não quer a CLT. Parece que o Ministro do Trabalho e o Sr. Presidente fazem ouvidos de mercador: não ouviram, não escutaram, não entenderam que esse tipo de atividade e outras atividades correlatas não cabem nesse figurino. Um Presidente da República que vai à ONU e fala que o neoliberalismo, por sua vez, agravou - abre aspas - "a desigualdade econômica e política que hoje assola as democracias" - fecha aspas - , deixa como legado "uma massa de deserdados e excluídos". E, ainda, "em meio aos seus escombros surgem aventureiros de extrema-direita que negam a política e vendem soluções tão fáceis quanto equivocadas". Parece que ele fala dele mesmo, porque quem vende uma solução fácil e equivocada é quem defende o socialismo como uma ação ou uma atividade que, de alguma forma, melhora a vida das pessoas; alguém que, de forma reiterada, defende o aparelhamento do Estado, o gasto desenfreado, que defende a hipertrofia, o aumento exagerado do poder público, que, por sua vez, não consegue prestar um serviço de qualidade ao conjunto da sociedade. Talvez uma lição de história seja interessante. Antes da Revolução Industrial, Sr. Presidente, no final do século XVII, princípio do século XVIII, 1700, 1800, você tinha mais de 90% da população do mundo abaixo da linha da pobreza. Foi a Revolução Industrial, foram os meios modernos de produção, foi a democracia liberal que permitiu que houvesse uma mudança drástica na humanidade. Hoje, Sr. Presidente, pouco mais de 10% da população está abaixo da linha da pobreza, naquela época eram mais de 90%, e não foi o socialismo não, foi o capitalismo, foi o capitalismo que fez esse verdadeiro milagre. Qual é o país por inspiração socialista que conseguiu modificar a situação econômica da sua respectiva população? Veja, por exemplo, quando implodiu a questão do muro, após a Guerra Fria. Os cidadãos que moravam do lado oriental correram para o lado ocidental, não foi o contrário. Veja o que está acontecendo com a Venezuela, com Cuba, com a Coreia do Norte. Veja a fala do Presidente quando ataca, por exemplo, os bloqueios econômicos. Não tem uma única linha em que ele, pelo menos, lembre o ataque aos direitos humanos cometidos em Cuba ou na Venezuela, o fato de que os detratores ou aqueles que pensam diferente do regime são presos, são calados, são compelidos ao silêncio, são encarcerados, são impedidos de manifestar sua opinião. Talvez, quando se fala em liberdade de expressão, o Presidente não esteja olhando para o próprio umbigo, como diria a Bíblia, para a trave grande que tem no olho, para o argueiro que tem no seu olho, porque o seu Ministro da Justiça claramente, pelo menos é o que fala à boca pequena, quando é flagrado em conversas pouco republicanas, quando abraça seus correligionários, que ele detém o controle da Polícia Judiciária, que é uma polícia que deveria ser do Estado.

18:52 Quando a Advocacia-Geral da União, por exemplo, cria uma espécie de ministério da verdade, fazendo com que aquela profecia distópica até, de George Orwell, se transforme em realidade nos dias de hoje, cria-se uma estrutura dentro da Advocacia-Geral da União para impedir que as pessoas possam se manifestar criticamente contra o governo de ocasião.

Sr. Presidente, vivemos tempos estranhos e desafiadores. Mais do que nunca, é importante que todos nós tenhamos a consciência do que estamos passando, para que não se banalize o mal, para que não se banalize a perfídia, para que não se banalize o ataque deliberado à liberdade de expressão, de pensamento. E por isso, mais do que nunca, este Parlamento é o bastião, é a resistência, é a possibilidade de que as pessoas se sintam de fato representadas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick



Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8395114535>



**REQ
00582/2023**



REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília - DF, em 26/09/2023, a fim de considerar como missão política de interesse parlamentar, minha ausência aos trabalhos da Casa, no dia 26 de setembro de 2023.

Sala das Reuniões, de .

**Senadora Eliziane Gama
(PSD - MA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5236314947>



**REQ
00583/2023**



REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 05/09/2023, a fim de considerar como missão política de interesse parlamentar, minha ausência aos trabalhos da Casa, no dia 05 de setembro de 2023.

Sala das Reuniões, de .

**Senadora Eliziane Gama
(PSD - MA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7818675078>



**REQ
00584/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

SE/23169.72029-02 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Los Angeles (EUA), de 23/10/2023 a 26/10/2023, a fim de participar da 16ª Edição do Los Angeles Brazilian Film Festival (LABRFF), representando o Estado da Bahia.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 20/10/2023 a 28/10/2023.

Sala das Reuniões, 3 de outubro de 2023.

**Senador Jaques Wagner
(PT - BA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaques Wagner

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1535248237>





SF/23169.72029-02 (LexEdit)

CARTA CONVITE

Ref. - 16th Los Angeles Brazilian Film Festival – LABRFF

Caro Senador da República Jaques Wagner,

Ao cumprimentá-lo, gostaria de convidá-lo a estar em Los Angeles durante a 16a. Edição do Los Angeles Brazilian Film Festival (LABRFF), de 23 a 26 de outubro, o qual celebra o cinema Brasileiro na capital mundial do cinema há 16 anos. O LABRFF foi fundado 2 baianos, eu Meire Fernandes, e o jornalista Nazareno Paulo. O festival foi reconhecido 3 vezes pelo Senado Americano como sendo um evento que promove a cultura e a diversidade brasileira na Califórnia.

A cidade de Los Angeles é considerada cidade irmã de Salvador, e por eu ser baiana, sempre trouxe um pouco da Bahia para o LABRFF através de mostras do cinema baiano, homenagens, e parcerias para divulgar o estado como destino de locações cinematográficas. O LABRFF já homenageou Glauber Rocha, Jorge Amado, Pola Ribeiro, José Araripe, Caco Monteiro, dentre outros nomes da Bahia.

Esse ano o festival irá homenagear o compositor Lupicínio Rodrigues, um homem negro que não teve o devido reconhecimento durante a premiação do Oscar de 1944, quando uma das suas canções que fez parte da trilha sonora do filme “Lady, Let’s Dance” não teve sequer o nome do compositor listado nos créditos do filme ou mencionado. Por conta disto, o LABRFF irá fazer uma reparação histórica premiando in memoriam o compositor através do prêmio **“Life Achievement”**. Além disso o festival irá exibir o

2018©LOS ANGELES BRAZILIAN FILM FESTIVAL, INC. ALL RIGHTS RESERVED
9301 Lucerne Ave # 8, Culver City CA 90232
www.labrff.com



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaques Wagner

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1535248237>



documentário sobre o compositor “**Lupício Rodrigues - Confissões de um Sofredor**” que terá estréia inédita nos Estados Unidos.

O LABRFF gostaria de convidar o Senador para representar o Estado da Bahia e discutir na Noite de Gala de Abertura do festival para um público de 300 pessoas incluindo representantes do Consulado Geral do Brasil em Los Angeles e da Prefeitura da cidade. Sabemos que o Senador desempenha um papel crucial na promoção e preservação da rica cultura do Estado da Bahia e que tem profundo entendimento da importância cultural como uma força unificadora e identitária, trabalhando incansavelmente para valorizar e difundir as tradições únicas da Bahia.

O LABRFF por ser organizado por uma produtora baiana sempre trata de fomentar o cinema da terra através de exibições e homenagens. Esse ano o festival irá exibir os longas “**Meu Nome é Gal**” dirigido por Dandara Ferreira e “**A Matriarca**” dirigido por Lula Oliveira, além do curta metragem “**Toda Menina Baiana**” dirigido por Cecília Amado.

Será uma honra tê-lo participando do evento.

Fundadora do Festival

meirefernandes@labrff.com

Phone: +1 213.210.8505

2018©LOS ANGELES BRAZILIAN FILM FESTIVAL, INC. ALL RIGHTS RESERVED
 9301 Lucerne Ave # 8, Culver City CA 90232
www.labrff.com

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaques Wagner

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1535248237>



**REQ
00585/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/23885.77781-10 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 20/09/2023 a 22/09/2023, conforme laudo do Serviço de Junta Médica do Senado Federal em anexo.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2023.

**Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4491296439>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): ROGÉRIO CARVALHO SANTOS	PARTIDO: PT	ESTADO: SE
--------------------------------------	-------------	------------

X HOMOLOGADO

NÃO HOMOLOGADO

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	A PARTIR DE: 20 /09/ 2023 03 (Três) Dias	<input checked="" type="checkbox"/> CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO

CHARLES ANDRÉ CARVALHO- CRM-DF 17363

Assinado eletronicamente

HUGO RICARDO VALIM DE CASTRO- CRM-DF -14293

Assinado eletronicamente

ANA PAULA R.G. S. MELLO- CRM-DF-227770

Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I

DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.

ATO DO PRESIDENTE NO 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

APROVADO

REJEITADO

PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

3º Secretário

4º Secretário



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4491296439>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0F6759BC00580184.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 806394580058CE7F.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

**REQ
00592/2023**



REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 05/09/2023.

Sala das Reuniões, de de .

**Senador Omar Aziz
(PSD - AM)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Omar Aziz

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3731357175>



**REQ
00594/2023**



SENADO FEDERAL

SF/23830.86645-64 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 10/10/2023.

Sala das Reuniões, * data inválida *.

**Senador Lucas Barreto
(PSD - AP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Lucas Barreto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6679177160>



**REQ
00595/2023**



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, justificação de falta nas datas dos dias 19 e 26 de setembro de 2023.

JUSTIFICAÇÃO

Peço a Vossa Excelência se digne a abonar, justificadamente, a falta dos dias 19 e 26 de setembro de 2023, considerando compromissos previamente assumidos em nome da agenda político-partidária.

Sala das Reuniões, 16 de setembro de 2023.

**Senador
Weverton
(PDT - MA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5983287577>



**REQ
00596/2023**

SF/23267.25346-69 (LexEdit*)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 04/10/2023 a 05/10/2023, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2023.

**Senador Flávio Arns
(PSB - PR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6167469221>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): FLÁVIO JOSÉ ARNS	PARTIDO: PSB	ESTADO: PR
-------------------------------	--------------	------------

X HOMOLOGADO

 NÃO HOMOLOGADO

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
<u> </u> TRATAMENTO DE SAÚDE		<u>X</u> CONCESSÃO INICIAL
<u>X</u> ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA	A PARTIR DE: 04 /10/ 2023	
<u> </u> REPOUSO À GESTANTE	02 (Dois) Dias	
<u> </u> REASSUNÇÃO		<u> </u> PRORROGAÇÃO

BRUNO ANDRADE JESS- CRM-DF- 15019

Assinado eletronicamente

HUGO RICARDO VALIM DE CASTRO- CRM-DF -14293

Assinado eletronicamente

ANA PAULA R.G. S. MELLO- CRM-DF-227770

Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I

DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.

ATO DO PRESIDENTE NO 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

APROVADO

REJEITADO

PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

3º Secretário

4º Secretário



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6167469221>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BB455CBD00583C8C.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 806394580058CE7F.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

**REQ
00597/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 26/09/2023, a fim de desempenhar atividade político partidário no meu estado de Santa Catarina.

Sala das Reuniões, 11 de outubro de 2023.

**Senadora Ivete da Silveira
(MDB - SC)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Ivete da Silveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8126535430>

SE/23446.668887-99 (LexEdit)



**REQ
00598/2023**

SF/23682.52345-02 (LexEdit)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 27/09/2023 a 28/09/2023, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2023.

**Senadora Ivete da Silveira
(MDB - SC)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Ivete da Silveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8721013917>



00100.164804/2023-11 - 00100.165020/2023-00



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

SF/20682.52345-02 (LexEdit)

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SENADOR (A)

NOME: IVETE MARLI APPEL DA SILVEIRA	PARTIDO MDB	ESTADO SC	PRONTUÁRIO
	<input checked="" type="checkbox"/> X HOMOLOGADO <input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO		

TIPO X TRATAMENTO DE SAÚDE	AFASTAMENTO A PARTIR DE: 27/09/2023 (02 DIAS)	SITUAÇÃO X CONCESSÃO INICIAL
<input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO		<input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO

BRUNO ANDRADE JESS-CRM/DF 15019

Assinado eletronicamente

ANA PAULA RIBEIRO GOMES SILVEIRA MELLO-CRM/DF 15686

Assinado eletronicamente

CHARLES ANDRÉ CARVALHO - CRM-DF 17363

Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II

* CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I

DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.

DECISÃO DA MESA
 APROVADO
 REJEITADO
PRESIDENTE**1º Vice-Presidente****2º Vice-Presidente****1º Secretário****2º Secretário****3º Secretário****4º Secretário**

Assinado eletronicamente, por Sen. Ivete da Silveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8721013917>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60161C1F0057E6B7.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 806394580058CE7F.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

**REQ
00599/2023**



SF/23030.73011-23 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Montevidéu (Uruguai), de 18/10/2023 a 23/10/2023.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 18/10/2023 a 23/10/2023.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2023.

**Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7015279932>



**REQ
00600/2023**



REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 03/10/2023 a 04/10/2023 e em 10/10/2023.

Sala das Reuniões, de de .

**Senador Cid Gomes
(PDT - CE)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Cid Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7178458521>



**REQ
00602/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Davi Alcolumbre

SF/23525.23634-96 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília - DF, em 26/09/2023.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2023.

**Senador Davi Alcolumbre
(UNIÃO - AP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre



Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1105840576>



**REQ
00603/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Davi Alcolumbre

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília - DF, em 03/10/2023.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2023.

**Senador Davi Alcolumbre
(UNIÃO - AP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8206018879>



**REQ
00604/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Davi Alcolumbre

SF/23464.88638-24 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília - DF, em 05/09/2023.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2023.

**Senador Davi Alcolumbre
(UNIÃO - AP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1792668530>



**REQ
00605/2023**



SF/23734.14630-65 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, Gustavo Afonso Sabóia Vieira,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Moscou, de 26/09/2023 a 03/10/2023.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 26/09/2023 a 03/10/2023.

JUSTIFICAÇÃO

Informo que compus a Comitiva que participou da Conferência Parlamentar Internacional “ Rússia – América Latina ”, que foi realizada por iniciativa da Duma Estatal da Assembleia Federal da Federação da Rússia

Sala das Reuniões, de .

**Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)
Primeiro Vice-presidente**



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2877752876>



**REQ
00606/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Portinho

SF/23407.60219-08 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 17/10/2023.

Sala das Reuniões, 17 de outubro de 2023.

**Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9718769775>



**REQ
00608/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

SF/23576.62950-86 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 17/10/2023.

JUSTIFICAÇÃO

Estive nesta data cumprindo missão em Alagoas.

Sala das Reuniões, 17 de outubro de 2023.

**Senador Renan Calheiros
(MDB - AL)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9418265530>



**REQ
00610/2023**



REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 01/10/2023 a 05/10/2023, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2023.

**Senador Oriovisto Guimarães
(PODEMOS - PR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Oriovisto Guimarães

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5898468681>

SF/23929.46521-22 (LexEdit)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): ORIOVISTO GUIMARÃES	PARTIDO: PODEMOS	ESTADO: PR
---	-----------------------------------	-------------------

X HOMOLOGADO

NÃO HOMOLOGADO

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	A PARTIR DE: 01 /10/ 2023 05 (Cinco) Dias	<u>X CONCESSÃO INICIAL</u> <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO

BRUNO ANDRADE JESS- CRM-DF- 15019

Assinado eletronicamente

HUGO RICARDO VALIM DE CASTRO- CRM-DF -14293

Assinado eletronicamente

ANA PAULA R.G. S. MELLO- CRM-DF-227770

Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I

DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.

ATO DO PRESIDENTE NO 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

APROVADO

REJEITADO

PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

3º Secretário

4º Secretário



Assinado eletronicamente, por Sen. Oiovisto Guimarães

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5898468681>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5A0873A600583C8D.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 806394580058CE7F.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

**REQ
00611/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

SF/23303.01082-00 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 18/10/2023 a 19/10/2023.

Sala das Reuniões, de .

**Senadora Daniella Ribeiro
(PSD - PB)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/763844645>



**REQ
00612/2023**

SF/2023/136.51332-47 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 18/10/2023.

Sala das Reuniões, 18 de outubro de 2023.

**Senador Otto Alencar
(PSD - BA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1202697022>



**REQ
00613/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Laércio Oliveira

SF/23651.74754-09 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em São Paulo (SP), em 18/10/2023, a fim de participar do evento Conahp – Congresso Nacional de Hospitais privados, conforme anexo.

Sala das Reuniões, 18 de outubro de 2023.

**Senador Laércio Oliveira
(PP - SE)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2922580254>





Congresso Nacional
de Hospitais Privados

**PESSOAS QUE
TRANSFORMAM
A SAÚDE**

18 E 19 DE OUTUBRO
Transamerica Expo Center - SP

**Confira a
programação**



Realização:

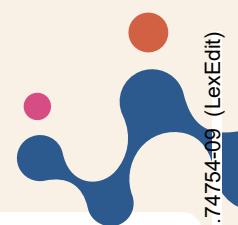
Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/28>







18 de outubro



Palco principal

9h00 - 10h00
Abertura

10h00 - 11h30
Um sistema de saúde do séc. XX que precisa atender às necessidades da população do séc. XXI. Com a crescente demanda do SUS, quais as reais necessidades do MS e os caminhos viáveis para a integração público-privada na saúde de forma efetiva e estruturada?

Apresentação
Helvécio Magalhães, secretário de Atenção Especializada do Ministério da Saúde

Debatedores
Arthur Aguilar, diretor de políticas públicas do Instituto de Estudos Para as Políticas de Saúde (IEPS)
Eugenio Vilaça, consultor do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass)
Gonzalo Vecina, médico e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP)
Mauro Junqueira, secretário-executivo do Conasems
Nelson Teich, ex-ministro da Saúde

Moderador
Paulo Chapchap, conselheiro estratégico do Negócio de Hospitais e Oncologia da Dasa e vice-presidente da Comissão Científica do Conahp 2023

11h30 - 12h00
Coffee break

 Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>

SF/23651.74754-09 (LexEdit)



18 de outubro

Palco principal

SF/23651.74754-09 (LexEdit)

🕒 12h00 - 13h00

A visão do conselho da Anahp sobre o atual cenário da saúde e como os executivos visualizam uma integração público-privada mais efetiva

Debatedores

Eduardo Amaro, diretor do Grupo Santa Joana e presidente do Conselho de Administração da Anahp

Fernando Ganem, diretor geral do Hospital Sírio-Libanês e conselheiro Anahp

Fernando Torelly, CEO do Hcor, presidente e fundador da Associação Voluntários da Saúde e conselheiro Anahp

Henrique Neves, diretor geral do Hospital Israelita Albert Einstein e vice-presidente do Conselho de Administração da Anahp

Henrique Salvador, presidente da Rede Mater Dei de Saúde e conselheiro da Anahp

Mohamed Parrini, CEO do Hospital Moinhos de Vento e conselheiro Anahp

Paulo Moll, CEO da Rede D'Or São Luiz e conselheiro Anahp

Rafael Borsoi, membro do conselho administrativo do Hospital Santa Lúcia e conselheiro Anahp

Romeu Domingues, presidente-executivo do Conselho de Administração da Dasa e conselheiro Anahp

Moderador

Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp

🕒 13h00 - 14h15

Almoço

🕒 14h15 - 15h15

Cases de sucesso | Integração público-privada na prática

Debatidores

Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>



18 de outubro

Palco principal

Flávio Deulefeu, presidente do Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar e presidente do IBROSS

Jorge Oliveira, presidente do Grupo Promedica

Moderadora
Ana Maria Malik, professora titular da FGV-EAESP

15h15 - 16h30
Um país em desenvolvimento com um processo de incorporação tecnológica de país desenvolvido: como equilibrar esta equação?

Debatedores
Alexandre Fioranelli, diretor de Normas e Habilitação dos Produtos no DIPRO/ANS

Helton Freitas, presidente da Seguros Unimed

Manoel Peres, diretor-presidente da Bradesco Saúde

Renato Porto, presidente da Interfarma

Moderador
Émerson Gasparetto, diretor geral de Negócios Hospitalares e Oncologia na Dasa

16h30 - 17h00
Coffee break

17h00 - 18h00
Rumo à coalizão da saúde - não existe qualidade sem equidade. O que precisamos mudar e como precisamos fazer

Moderadora
Denise Santos, CEO da BP - A Beneficência Portuguesa de São Paulo e presidente da Comissão Científica do Conahp 2023

 Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>

SF/23651.74754-09 (LexEdit)



18 de outubro

Palco estratégico ESG

10h00 - 11h00
Por que o ESG se tornou tão importante para as empresas

Debatedores
Nelcina Tropardi, diretora geral de Jurídico, RelGov, ESG e Compliance da Dasa

Rafaella Dantas, head de ESG do BTG Pactual

Valéria Michel, diretora de Sustentabilidade Brasil e Cone Sul da Tetra Pak Ltda

11h00 - 11h15
Lançamento: Publicação Anahp

11h15 - 11h45
Coffee break

11h45 - 12h15
Cases de sucesso | Como o setor de saúde vem ampliando as iniciativas focadas em sustentabilidade ambiental

Apresentação
Thiago Awad, engenheiro de Meio Ambiente e Utilidades da Santa Casa da Bahia

12h45 - 14h15
Almoço

14h15 - 15h15
Pessoas que transformam a saúde: como o pilar social vem sendo trabalhado no setor

Resentação
Fábio Torelly, CEO do Hcor, presidente e fundador da Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio OliveiraAnahp

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>



SF/23651.74754-09 (LexEdit)



18 de outubro**Palco estratégico
ESG**

SF/23651.74754-09 (LexEdit)

15h15 - 15h30

Lançamento do Programa Lideranças, promovido pela Associação Voluntários da Saúde para as Santas Casas de SP

Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp

Eduardo Amaro, diretor do Grupo Santa Joana e presidente do Conselho de Administração da Anahp

Fernando Torelly, CEO do Hcor, presidente e fundador da Associação Voluntários da Saúde e conselheiro Anahp

15h30 - 16h30

Como o pilar governança vem sendo trabalhado no setor

16h30 - 17h00

Coffee break

**Palco estratégico
O papel do médico****10h00 - 11h15**

A responsabilidade do médico para a sustentabilidade do sistema de saúde: uma discussão ética

Debatedores

Donizetti Giamberardino, vice-presidente do CFM

José Cechin, superintendente executivo do IESS

Reynaldo Brandt, médico neurocirurgião do Hospital Israelita Albert Einstein e membro do Conselho de Ética da Anahp



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>



18 de outubro

Palco estratégico O papel do médico

SF/23651.74754-09 (LexEdit)

11h15 - 11h45
Coffee break

11h45 - 13h00
A atuação das instituições hospitalares para incentivar comportamentos mais éticos e conscientes

Debatedores
Leandro Reis Tavares, vice-presidente médico e de serviços externos da Rede D'Or São Luiz
Luiz Francisco Cardoso, diretor de Governança Clínica do Hospital Sírio-Libanês
Victor Piana, CEO do A.C.Camargo Cancer Center

13h00 - 14h15
Almoço

14h15 - 15h15
A atuação das operadoras de planos de saúde e da indústria para a sustentabilidade do setor

Debatedores
Fernando Silveira, CEO da Abimed
Franco Pallamolla, presidente da ABIMO

15h15 - 16h30
As movimentações da indústria para minimizar fraudes e desperdícios na saúde

Debatedor
Carlos Ferrara Junior, pró-reitor acadêmico da Universidade São Camilo

16h30 - 17h00
Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira
Break
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>



19 de outubro



Palco principal

9h00 – 10h30
Há disposição do setor para promover as mudanças profundas e estruturantes que a saúde suplementar precisa? Por onde começar de forma prática?

Debatedores
Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp
Paulo Rebello, diretor-presidente da ANS
Renato Casarotti, presidente da Abramge
Vera Valente, diretora-executiva da FenaSaúde

Moderador
Maurício Ceschin, conselheiro da Rede Mater Dei de Saúde, Pro Matre, Santa Joana e do Grupo Laços Saúde

10h30 – 11h00
Coffee break

11h00 – 12h30
Uma relação de desconfiança que não cabe mais: como evoluir em modelos assistenciais mais eficientes e novos modelos de remuneração?

Debatedores
Andrea Fortes, superintendente médica da SulAmerica Saúde
Conrado Cavalcanti, diretor médico da Amil
Daniel Greca, Business Unit Director Population Health Management do Hospital Sírio-Libanês
Vanessa Teich, superintendente de Economia da Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein

Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira (ANS)

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>





19 de outubro**Palco principal**

SF/23651.74754-09 (LexEdit)

12h30 - 13h45**Almoço****13h45 - 15h00****Integração de dados na saúde, prontuário único do paciente: como fazer?****Debatedores****Ana Estela Haddad**, secretária de Saúde Digital do Ministério da Saúde**Arthur Chioro**, presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)**Arthur Sabbat**, diretor-presidente substituto da ANPD**Carlos Pedrotti**, gerente médico do Centro de Telemedicina do Hospital Israelita Albert Einstein e presidente do SDB**Moderador****Marco Aurélio Ferreira**, diretor de Relações Governamentais da Andhp**15h00 - 16h15****Transformação digital como um novo modelo de gestão: o que o setor está fazendo para lidar com o atraso digital na saúde?****Debatedores****Alex Vieira**, superintendente de Inteligência Digital e TI do Hcor**Fábio Andrade**, diretor de Inovação da Rede D'Or São Luiz**Luiza Mattos**, sócia na Bain&Company**Vitor Ferreira**, presidente da ABCIS e gerente de Tecnologia da Informação do Hospital Moinhos de Vento**Moderador****Guilherme Hummel**, diretor-executivo e mentor do e-Health Mentor Institute (EMI)**15 - 16h45**

Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

*free break*Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>

19 de outubro

Palco principal

16h45 - 17h45
Tecnologia para atendimento de alta qualidade

17h45 - 18h00
Encerramento

Palco estratégico
Inteligência Artificial

10h00 - 11h15
Computação quântica e a disruptão da saúde

11h15 - 11h45
Coffee break

11h45 - 13h00
Desafios éticos da inteligência artificial na saúde

Debatedores
Cesar Taurion, Chief Strategy Officer da Redcore
João Cortese, professor de Bioética da Universidade de São Paulo (USP)
Juliano Maranhão, professor associado da Faculdade de Direito da USP

13h00 - 14h15
Almoço

14h15 - 16h30
Aplicabilidade da inteligência artificial na saúde:
experiências nacionais e internacionais
bem-sucedidas e escaláveis

16h30 - 17h00

Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira
07/08/2023

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>

SF/23651.74754-09 (LexEdit)



 19 de outubro

Palco estratégico VBHC



 10h00 - 11h15
Transição para um modelo de gestão da saúde baseado em valor: desafios e evolução

Apresentação
Marcia Makdisse, sócia-fundadora da Academia VBHC

Debatedores

Felipe Duarte Silva, gerente de Pacientes Internados e Práticas Médicas do Hospital Sírio-Libanês

Paola Andreoli, gerente da Qualidade, Segurança do Paciente no Hospital Alemão Oswaldo Cruz

 11h15 - 11h45
Coffee break

 11h45 - 13h
A transformação do sistema de saúde para atingir a VBHC - Cases internacionais

Apresentação
Klarissa Hoday, especialista em Políticas de Saúde e diretora da Executive Insight

Moderadora
Ana Petry, head de Assuntos Corporativos e Acesso ao Mercado na Viatris

 13h00 - 14h15
Almoço



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>

SF/23651.74754-09 (LexEdit)



⌚ 14h15 - 16h30**VBHC na prática: Cases de implementação****Moderador**

Ary Ribeiro, diretor-executivo na Eibré Clínica de Saúde Mental

⌚ 16h30 - 17h00**Coffee break**

SF/23651.74754-09 (LexEdit)

Garanta seu ingresso para o Conahp 2023**Os ingressos são gratuitos para colaboradores
de hospitais associados à Anahp.**

(Vagas limitadas nessa categoria)

*Programação atualizada dia 05/09/2023. Sujeita a alterações.



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/25>

**REQ
00614/2023**



REQUERIMENTO N° DE

Requeiro, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, em 10/10/2023.

Sala das Sessões, de .

**Senador Weverton
(PDT - MA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6976777861>



**REQ
00615/2023**



REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 25/10/2023 a 26/10/2023.

Sala das Reuniões, 18 de outubro de 2023.

**Senador Weverton
(PDT - MA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6174867544>



**REQ
00616/2023**

SF/23824.99102-47 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 17/10/2023 a 18/10/2023.

Sala das Reuniões, 17 de outubro de 2023.

**Senador Irajá
(PSD - TO)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6401968896>



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
UNIÃO - Mauro Carvalho Junior** (S)

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogério Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Orovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagatolli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 31	
MDB-11 / UNIÃO-8 / PODEMOS-7 / PDT-3	
PSDB-2	
Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Mauro Carvalho Junior.	UNIÃO / MT
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28	
PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1	
Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN
Bloco Parlamentar Vanguarda - 12	
PL-11 / NOVO-1	
Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagatoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogerio Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wilder Morais.	PL / GO
Bloco Parlamentar Aliança - 10	
PP-6 / REPUBLICANOS-4	
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hirán.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mécias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS
Bloco Parlamentar Democracia.	31
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Vanguarda.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Irajá* (PSD-TO)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Seif** (PL-SC)	Rogerio Marinho** (PL-RN)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Morais** (PL-GO)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Mauro Carvalho Junior** (UNIÃO-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 31	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 12
<p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,17)</p> <p>Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (20,26,36)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (6)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (43) Confúcio Moura (34,42) Giordano (44)</p> <p>Líder do UNIÃO - 8 Efraim Filho (4,17)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Davi Alcolumbre (25) Alan Rick (27)</p> <p>Líder do PODEMOS - 7 Oriovisto Guimarães (9)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (23)</p> <p>Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14)</p> <p>Líder do PSDB - 2 Izalci Lucas (5)</p>	<p>Líder Eliziane Gama - PSD (28)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 15 Otto Alencar (7)</p> <p>Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (30) Lucas Barreto (50)</p> <p>Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10)</p> <p>Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (48) Augusta Brito (51)</p> <p>Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,39)</p> <p>Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (19)</p> <p>Líder do REDE - 1</p>	<p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 11 Carlos Portinho (21)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorge Seif (45)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (18,24)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (32)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Vice-Líderes Confúcio Moura (34,42) Daniella Ribeiro (40,41) Jorge Kajuru (8,39)</p> <p>Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Randolfe Rodrigues (35) Weverton (37) Zenaide Maia (38)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Rogerio Marinho - PL (15)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (18,24) Magno Malta (22) Eduardo Gomes (31)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p>	<p> Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (16)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Daniella Ribeiro - PSD (40,41)</p> <p>Vice-Líderes Margareth Buzetti (46) Jussara Lima (47)</p>

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado Líder do Partido Social Democrazia Brasileira (Of. s/n/2023).
6. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
7. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).



9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
16. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
17. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO)
19. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB)
20. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
21. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
22. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
23. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
24. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
25. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
26. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
29. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG) .
30. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
31. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
32. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
33. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
34. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
35. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
42. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
43. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
44. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB)
45. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
46. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1º Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
47. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2º Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
49. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
50. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
51. Em 22.09.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 129/2023-GSFCONTA).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (2)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luís Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS.

Finalidade: Destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (1)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (1)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	6. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	8. VAGO (1,2)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)

Notas:

1. Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
2. Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destitui o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | **Secretária-Adjunta:** Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Finalidade: examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	13. Senador Mécias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mécias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.

2. Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.

3. Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.



**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO
AOS 200 (DUZENTOS) ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR**

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

Finalidade: apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei para revisão e atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2023

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Marco Aurélio Belizze ⁽¹⁾

RELATOR: Flávio Tartuce ⁽¹⁾

RELATORA: Rosa Maria de Andrade Nery ⁽¹⁾

Instalação: 04/09/2023

MEMBROS

Luis Felipe Salomão (2)

Marco Aurélio Belizze (2)

Flávio Tartuce (2)

Rosa Maria de Andrade Nery (2)

Marco Buzzi (2)

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues (2)

Cesar Asfor Rocha (2)

João Otávio de Noronha (2)

Angelica Lucia Carlini (2)

Carlos Eduardo Elias de Oliveira (2)

Claudia Lima Marques (2)

Daniel Carnio (2)

Edvaldo Brito (2)

Flávio Galdino (2)

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka (2)

Gustavo José Mendes Tepedino (2)

José Fernando Simão (2)

VAGO (2,4)

Laura Porto (2)

Marcelo de Oliveira Milagres (2)

Marco Aurélio Bezerra de Melo (2)

Marcus Vinícius Furtado Coêlho (2)

Mario Luiz Delgado Régis (2)

Maria Berenice Dias (2)

Moacyr Lobato de Campos Filho (2)

Nelson Rosenvald (2)

Pablo Stolze Gagliano (2)

Patrícia Carrijo (2)

Paula Andrea Forgioni (2)

Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch (2)

Ricardo Campos (2)

Rolf Madaleno (2)

Rogério Marrone Castro Sampaio (2)

Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho (2)

Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk (3)

Laura Schertel Mendes (3)

Maria Cristina Paiva Santiago (4)



Estela Aranha (4)

Notas:

1. Em 25.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery a Presidente, Vice-Presidente, Relator e Relatadora, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 11/2023)
2. Em 25.08.2023, os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce, Rosa Maria de Andrade Nery, Marco Buzzi, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Cesar Asfor Rocha, João Otávio de Noronha, Angelica Lucia Carlini, Carlos Eduardo Elias de Oliveira, Cláudia Lima Marques, Daniel Carnio, Edvaldo Brito, Flavio Galdino, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Gustavo José Mendes Tepedino, José Fernando Simão, Judith Martins-Costa, Laura Porto, Marcelo de Oliveira Milagres, Marco Aurélio Bezerra de Melo, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Mario Luiz Delgado Régis, Maria Berenice Dias, Moacyr Lobato de Campos Filho, Nelson Rosenvald, Pablo Stolze Gagliano, Patrícia Carrijo, Paula Andrea Forgioni, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Ricardo Campos, Rolf Madaleno, Rogério Marrone Castro Sampaio e Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho foram designados membros desta comissão (ATO nº 11, de 2023).
3. Em 06.09.2023, o Senhor Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk e a Senhora Laura Schertel Mendes foram designados membros desta comissão (ATO nº 12, de 2023).
4. Em 19.09.2023, a Senhora Judith Martins-Costa deixa de compor a comissão, e as Senhoras Maria Cristina Paiva Santiago e Estela Aranha foram designadas membros desta comissão (ATO nº 13, de 2023).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | **Secretário-Adjunto:** Gabriel Udelsmann

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: codcivil@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁹⁾

Leitura: 05/04/2023

Instalação: 14/06/2023

Prazo final: 23/10/2023

Prazo final prorrogado: 19/12/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,2)	1. VAGO ^(1,2,10)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(7,8)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁷⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁷⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(4,11)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(3,5)

Notas:

- Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).
- Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).



6. Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).
7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLRESDEM).
8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLRESDEM).
9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagatolli e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).
10. Em 20.06.2023, o Senador Marcelo Castro deixou de compor a Comissão (Of. 97/2023 - BLDEM).
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 130/2023-BLVANG).
12. Em 22.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 131/2023-BLDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | **Secretária-Adjunta:** Renata Felix Perez

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpiongs@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	8. Senador Weverton (PDT-MA) (2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,13)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4,9,10,21)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (4,15,19)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (7)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (18,20)	10. (18)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾

Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (1,17)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1,22)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	4. Senador Romário (PL-RJ) (1)

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi



Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB).
19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDEM).
20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDEM).
21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDEM).
22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	8. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(10,14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,9,11,12)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. (5,9,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
- Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLID/BLALIAN).
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG).
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLID/BLALIAN).
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁴⁾

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
1.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾	1.

Notas:

- Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
- Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
- Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
- Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS).
- Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5,27,29,30,37)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2,27,29)	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5,8,30,37)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,8,13,32,34,44,47)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,8,30,41)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,38,40)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2,5,8,18)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,5,8,38,40)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2,15,19)	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2,8,12,16,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,8,28,30,39,41)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (17,18)	11. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (17,18,30,39,41)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3,35,42)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (3)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (3)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (3,9,20,22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3,48,49)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3,23,35,42,46)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3,36,42)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (3)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3,24,31)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (3)	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1,14,43,45)
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,10,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,21,26,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolph Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 126](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.



5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN).
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))
21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLIBD-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))
22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))
23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM).
24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM).
25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ).
26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLIBD-BLALIAN).
27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM).
28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM).
29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM).
30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM).
31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM).
32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM).
33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN).
34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM).
35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM).
36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM).
37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM).
38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB).



39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM).
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM).
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM).
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLRESDEM).
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG).
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM).
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG).
46. Em 17.10.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLRESDEM).
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM).
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLRESDEM).
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,11,16)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹²⁾
(17)	5. (17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLID/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogério Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE)⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,15)	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(2,15)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDEM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDEM).
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).
- Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).
15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,12)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3. VAGO (2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. VAGO (2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (11)
Senador Romário (PL-RJ) (1)	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (5)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. VAGO (1,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDEM).
- Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG).
- Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM).
- Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).



Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (3)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3,14,16)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3,14,16)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)	5. Senador Beto Faro (PT-PA) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,11)
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (1,11,15)	2. Senador Wilder Morais (PL-GO) (1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegerá o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegerá o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).
- Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).



14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2)	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (2)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (2)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,10,14)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,11,13)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,12)	1. Senador Jaime Bagatoli (PL-RO) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagatoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG).
13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLRESDEM).
14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,5,10)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	3. Senador Wilder Morais (PL-GO) (1,8)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 17.08.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG).
- Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLRESDEM).
- Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(4,13,16)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (3,5,15)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (11,12,15,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,18)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,19)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1,20,21)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luís Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLRESDEM).
- Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).
- Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).
- Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).
- Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
- Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
- Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM).



15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM).
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA).
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM).
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLRESDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG).
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG).
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (3)	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3)	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (3)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	5. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (8)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. VAGO (2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)
VAGO (1,11)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (7)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPREP).
- Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLRESDEM).
- Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
- Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (5)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (5)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (5)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (6)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (6)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (6)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6,13,14)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,13,14)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (11)
Senador Magno Malta (PL-ES) (4)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (8)

Notas:

1. Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
2. Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
3. Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
4. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
5. Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
6. Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM).
7. Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
8. Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN).
9. Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM).
10. Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
11. Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
12. Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
14. Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM).
15. Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3,23,24)	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (3,14,22,25)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,14,20,21)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (9,14,19,22,25)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,5,15,18)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)	4. Senador Beto Faro (PT-PA) (2)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	1. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (1,16)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolph Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLRESDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG).
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG).
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLRESDEM).
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM).
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM).
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM).
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM).
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM).
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM).
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

Finalidade: discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

(Requerimento 53, de 2023 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
VAGO ^(2,16)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM).
6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM).
9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (7)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (7)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (7)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (7)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)
Senador Giordano (MDB-SP) (8)	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8)	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (8)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8)	6. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (1)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,13,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,13,18)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,13,19)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	6. Senador Beto Faro (PT-PA) (20)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (6)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2,17)	2. VAGO (12,17)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (9)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (9)

Notas:

- Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLID/BLALIAN).



15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG).
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLRESDEM).
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

E-mail: cddd@senado.leg.br



**15.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS**

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio
E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (6,12)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (4)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (7,15)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (6)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (7)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (7)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (1)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) (2)	1. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (10,13)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (10)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (8)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8,14,16)

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).
3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).
5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN).
9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).
11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM).
13. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
14. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).
15. Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM).
16. Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	12ª Eleição Geral: 18/09/2019
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	13ª Eleição Geral: 21/03/2023
7ª Eleição Geral: 14/07/2009	

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)

Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)

Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	
----------------------------------	--

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

